



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

GABRIELA BORGES SILVEIRA

**ASSEGURAÇÃO EXTERNA DAS DIVULGAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE  
COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO ORGANIZACIONAL**

**FLORIANÓPOLIS  
2023**

GABRIELA BORGES SILVEIRA

**ASSEGURAÇÃO EXTERNA DAS DIVULGAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE  
COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO ORGANIZACIONAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Hans Michael van Bellen

**FLORIANÓPOLIS  
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Gabriela Borges  
ASSEGURAÇÃO EXTERNA DAS DIVULGAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE  
COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO ORGANIZACIONAL / Gabriela  
Borges Silveira ; orientador, Hans Michael van Bellen,  
2023.

112 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em  
Contabilidade, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Contabilidade. 2. Divulgações de Sustentabilidade. 3.  
Asseguração Externa. 4. Provedor de garantia. 5. Qualidade  
da Asseguração Externa. I. van Bellen, Hans Michael . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Contabilidade. III. Título.

Gabriela Borges Silveira

**Título: ASSEGURAÇÃO EXTERNA DAS DIVULGAÇÕES DE  
SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO  
ORGANIZACIONAL**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Sônia Maria da Silva Gomes, Dr.(a)  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Luiz Panhoca, Dr.  
Universidade Federal do Paraná

Prof.(a) Denize Demarche Minatti Ferreira, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz Alberton, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Contabilidade.

---

Prof.(a). Ilse Maria Beuren, Dr.(a)  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Hans Michael van Bellen, Dr.  
Orientador

Florianópolis - SC, 2023.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Gabriela por acreditar que esse doutoramento era possível, além das dificuldades da vida e das suas limitações pessoais. Não seria possível chegar até aqui, sem essa resiliência.

A minha família, aos meus pais José Gabriel e Claudete e irmãs Ana Claudia e Hortência, pelo apoio e compreensão dados a mim durante a essa jornada.

Ao meu companheiro de vida e amigo Robson Farias por toda dedicação, compreensão, respeito e amor.

A minha estimada amiga Cristiane Mallmann Huppés, que foi minha professora na graduação, por me incentivar, aconselhar e consolar.

Aos colegas de doutorado, Andréia Cittadin, Celliane Ferraz Pazetto, Ernando Fagundes, Glenda de Almeida Soprane, Igor Pereira da Luz, Juliane Pacheco, Larissa Marx Welter e Ronan Marçal Reis. Em especial a Glenda, Celliane e Andréia, pelos laços de amizade criados que vão além das fronteiras acadêmicas.

Aos colegas do Observatório de Sustentabilidade e Governança pelas contribuições geradas a partir das parcerias nas pesquisas e debates acadêmicos, bem como pela agradável convivência durante esta empreitada.

Ao meu orientador, Hans van Bellen, por ter aceito a explorar juntamente comigo a temática deste trabalho e por, especialmente, se tornar um amigo.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Prof. José Alonso Borba, Prof. Sérgio Murilo Petri e Prof. Luiz Alberton, que contribuíram para minha jornada acadêmica desde o mestrado.

Aos componentes da banca de avaliação desta tese pelas contribuições e toda a atenção prestada.

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no curso de doutorado, sem o qual não seria possível encerrar este ciclo.

## RESUMO

A crise de credibilidade das divulgações de sustentabilidade tem motivado as empresas a adotarem, complementarmente, a asseguração externa como uma estratégia para aumentar a confiança do público na sustentabilidade corporativa. Contudo, há um importante debate na literatura que questiona a efetividade dessa prática. Motivada por esse questionamento, esta tese teve como objetivo avaliar os efeitos da qualidade das divulgações de sustentabilidade, da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa de empresas brasileiras entre os anos de 2012-2021. Tendo como lente teórica a Teoria da Legitimidade, o presente trabalho buscou qualificar a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação organizacional com a premissa de que empresas com baixa qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguração externa de menor qualidade. Também, argumenta-se que atributos relacionados aos provedores de garantia (auditor financeiro e firma Big4) afeta a qualidade da asseguração externa. Para atingir o objetivo proposto, foram analisadas 336 observações derivadas de 50 diferentes empresas no período de 2012 a 2021. Os dados foram analisados por meio de modelos estatísticos de regressão hierárquico linear para dados em painel. Os resultados sugerem que efeito negativo e significativo da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade na qualidade da asseguração externa reforça a perda de independência do provedor de garantia, resultante dos conflitos de interesses estabelecidos pela familiaridade e dependência econômica entre o auditor e empresa relatora. Além disso, as evidências demonstram o efeito negativo e significativo dos provedores de garantia classificados como grandes firmas de contabilidade (Big4) na qualidade da asseguração externa, indicando que o reconhecimento e domínio desses profissionais no mercado de asseguração externa é consequência de seu capital reputacional, percebido pelas empresas relatoras como suficientes para atribuir legitimidade as suas divulgações de sustentabilidade. A tese contribui com a literatura ao identificar importantes determinantes da qualidade da garantia, principalmente, aqueles pautados no relacionamento cliente e provedor, algo pouco explorado, sobretudo em âmbito nacional. Em termos práticos, este trabalho traz importantes implicações para profissionais e reguladores da área contábil, pois mostram que os serviços de asseguração externa carecem de apoio institucional para o desenvolvimento de normas e padrões específicos, bem como aperfeiçoamento profissional no assunto “sustentabilidade”.

**Palavras-chave:** Divulgações de Sustentabilidade. Asseguração Externa. Provedor de garantia. Qualidade da Asseguração Externa. Legitimidade

## ABSTRACT

The credibility crisis of sustainability disclosures has motivated several companies to adopt, in addition, external assurance as a strategy to increase public trust in corporate sustainability. However, there is an important debate in the literature that questions the effectiveness of this practice. Motivated by this question, this thesis aimed to evaluate the effects of the sustainability disclosures quality, the joint provision of audit and external assurance services and the nature of the assurance provider on the external assurance quality of Brazilian companies. Having the Theory of Legitimacy as a theoretical lens, the present work sought to qualify the sustainability external assurance disclosures as an organizational legitimation strategy with the premise that companies with low quality in sustainability disclosure are more likely to hire lower quality external assurance. In addition, this thesis argues that attributes related to assurance providers (financial auditor and Big4 firm) affect the external assurance quality. To achieve the proposed objective, 336 observations derived from 50 different companies in the period from 2012 to 2021 were analyzed. The data were analyzed using statistical models of linear hierarchical regression for panel data. The results suggest that the negative and significant effect of the joint provision of audit and sustainability assurance services on the external assurance quality reinforces the loss of independence of the assurance provider, resulting from conflicts of interest established by familiarity and economic dependence between the auditor and reporting company. In addition, the evidence demonstrates the negative and significant effect of the BIG4 variable, indicating that the recognition and dominance of the Big4 audit firms in the external assurance market is a consequence of their reputational capital, perceived by the reporting companies as sufficient to attribute legitimacy to their sustainability disclosure. The thesis contributes to the literature by identifying important determinants of assurance quality, mainly those based on the customer-provider relationship, something little explored, especially at the national level. In practical terms, this work has important implications for professionals and regulators in the accounting area, as it shows that external assurance services lack institutional support for the development of specific norms and standards, as well as professional improvement in the subject of “sustainability”.

**Keywords:** Sustainability Disclosures. External Assurance. Assurance Provider. External Assurance Quality. Legitimacy

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Retrato teórico .....	17
Figura 2. Modelo da relação tripartida do processo de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade adaptado a visão estratégica do gerenciamento da legitimidade organizacional.....	54
Figura 3. Esquema de caracterização da amostra de pesquisa .....	69
Figura 4. Modelo Conceitual e Operacional da Pesquisa.....	70
Figura 5. Comportamento médio da qualidade da asseguração externa e das divulgações de sustentabilidade .....	85



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estudos anteriores que avaliaram elementos de qualidade do processo de asseguração externa das informações de sustentabilidade.....	26
Tabela 2. Elementos de qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade .....	34
Tabela 3. Relação entre os objetivos e hipóteses.....	66
Tabela 4. Seleção da Amostra (2012-2021) .....	69
Tabela 5. Mensuração da profundidade dos processos de asseguração externa.....	72
Tabela 6. Mensuração da amplitude dos relatórios de asseguração externa. ....	73
Tabela 7. Mensuração da qualidade das divulgações de sustentabilidade. ....	75
Tabela 8. Síntese das variáveis de pesquisa. ....	80
Tabela 9. Estatísticas descritivas .....	84
Tabela 10. Matriz de correlação .....	88
Tabela 11. Estimção do modelo nulo .....	88
Tabela 12. Multicolinearidade – VIF Modelos 1 e 2.....	90
Tabela 13. Resultados dos modelos HLM2 – Equações 1 (M1) e 2 (M2) .....	90
Tabela 14. Hipóteses de pesquisa.....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUDIT_ASSURANCE	Prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade
AA1000AS	AA1000AS sustainability assurance
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
Big4	Grandes firmas de contabilidade - KPMG, PWC, Deloitte e EY
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
ENDIV	Índice de endividamento da empresa
ESG	Environmental, Social and Corporate Governance
FEE	Fédération des Experts Comptables Européens
FR	Formulário de Referência
GRI	Global Reporting Initiative
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IR	Integrated Reporting ou Relato Integrado
ISAE	International Standard on Assurance Engagements
KPMG	KPMG Auditores Independentes
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
RENT	Rentabilidade
QASSURANCE	Qualidade da asseguração externa
QDISCLOSURE	Qualidade da divulgação de sustentabilidade
RS	Relatório ou relatórios de sustentabilidade
ROA	Retorno sobre ativos
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
TAM	Tamanho da empresa
TREL	Tempo de Relacionamento

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. BASE TEÓRICA</b> .....	20
2.1. REVISÃO DA LITERATURA .....	20
2.1.1. Provedores de garantia.....	20
2.1.2. Qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.....	26
2.2. TEORIA DA LEGITIMIDADE .....	37
2.2.1 Legitimidade Organizacional .....	39
2.2.2 Técnicas de legitimação.....	41
2.2.3 Fundamentos da Teoria da Legitimidade e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade .....	45
2.2.4 Desenvolvimento das hipóteses.....	54
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	67
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	67
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	67
3.2.1 Seleção da amostra .....	67
3.2.2 Definição conceitual e operacional das variáveis de pesquisa .....	70
3.2.3 Modelos e técnicas para análises e tratamento dos dados .....	82
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	84
4.1 Análise descritiva das variáveis e estatística inferencial .....	84
4.2 Análise multivariada confirmatória: regressão hierárquica linear para dados em painel (HLM2) .....	88
<b>5. CONCLUSÕES</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101

## 1. INTRODUÇÃO

As empresas, como parte integrante da sociedade, utilizam recursos escassos, bens comuns compartilhados pela sociedade, para o desenvolvimento de suas atividades (Luo & Tang, 2014). Nesse sentido, o aumento da consciência pública sobre o impacto das atividades de grandes corporações atraiu a atenção de partes interessadas. A crescente atenção global, como o interesse de investidores e demais partes interessadas na prestação de contas acerca das interações entre as organizações, natureza e sociedade, motivou empresas a divulgarem voluntariamente informações relacionadas à sustentabilidade (Braam & Peeters, 2018, Simpson, 2021).

A expansão da divulgação acerca das ações organizacionais que criam impactos ambientais, sociais e econômicos é uma realidade reconhecida entre a comunidade empresarial, profissionais de contabilidade e acadêmicos (Cho, Michelon, Patten & Roberts, 2014; Peters & Romi, 2014; Michelon, Patten & Romi, 2019). O levantamento feito pela KPMG (2022), por exemplo, constatou que o reporte acerca do desempenho de sustentabilidade das 250 maiores empresas do mundo (G250) cresceu de 12% em 1993 para 96% em 2022. Entretanto, embora o relatório de sustentabilidade (RS) tenha se tornado prática comum de comunicação corporativa, importantes críticas documentadas por estudos anteriores, particularmente relacionadas a qualidade dessas divulgações, desencadearam a necessidade de informações mais confiáveis.

Estudos, como Boiral (2016) e Papoutsi e Sodhi (2020), apontaram a retórica bem-sucedida e sem substância do RS, afirmando a incapacidade do relato de refletir uma estimativa confiável do desempenho de sustentabilidade de uma organização, bem como de promover contribuições reais para a sustentabilidade. A respeito disso, Simpson (2021) explica que a existente crise de confiança dos *stakeholders* em relação ao RS decorre, principalmente, da natureza voluntária e não regulamentada dessa divulgação.

A configurada crise dos RS motivou as empresas a buscarem por serviços adicionais que possam lhe atribuir confiabilidade ou aumentar a confiança do público nas suas divulgações. Segundo KPMG (2022), a adoção da asseguuração externa do RS entre as 250 maiores empresas do mundo (G250) cresceu de 30% em 2005 para 63% em 2022. Nesse contexto, Simpson (2021) aponta que o fato de a asseguuração externa contribuir para a credibilidade das divulgações e reputação das empresas é causa determinante para aumento dessa prática. García-Sánchez, Raimo, Uribe-Bohorquez e Vitolla (2022) apresentaram

evidências de que os serviços de asseguração externa criam uma vantagem competitiva capaz de influenciar positivamente a reputação das empresas.

A asseguração externa das divulgações de sustentabilidade é um mecanismo importante pelo qual a relevância, a confiabilidade e a integridade das informações divulgadas pelas empresas são verificadas por um profissional independente (Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2019). Porém, a natureza voluntária e não regulamentada dessa prática abre espaço para que a efetividade do processo de garantia seja questionada (Boiral & Gendron, 2011; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

A falta de padrões voltados para a complexidade das informações de sustentabilidade e de regulamentação específica para o desempenho da prática de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade concede as empresas relatoras gerência sobre esse processo (Hickman & Cote, 2019). Dessa forma, as empresas relatoras controlam os aspectos mais críticos desse processo, como a escolha do provedor de garantia; o nível de garantia aplicado (extensão e a profundidade do trabalho realizado pelo provedor); e o escopo da auditoria, que inclui determinar qual parte do conteúdo do relatório será verificado, controlando o acesso às informações (Boiral et al., 2019).

O controle gerencial sobre o processo de asseguração externa permite que empresas com baixa qualidade na divulgação de sustentabilidade utilizem a adoção dessa prática para gerenciar a percepção do público acerca da confiabilidade das informações divulgadas em seus relatórios (O'Dwyer & Owen, 2005; Fonseca, 2010; Braam & Peeters, 2018). De forma estratégica, as empresas - ao solicitarem serviços de asseguração externa de menor qualidade - buscam manter os custos com essa contratação baixos e ao mesmo tempo que se esforçam por mais legitimidade (Hummel, Schlick & Fifka, 2017).

Além disso, as empresas com baixa qualidade na divulgação de sustentabilidade, na maioria das vezes, não desejam revelar os pontos críticos de seu desempenho (Hummel, Schlick & Fifka, 2017). Nesse cenário, considerando as pressões comerciais que envolvem o relacionamento cliente-provedor entre as firmas de auditoria e as empresas relatoras, os auditores conduzir verificações superficiais e simbólicas em vez de verificações substanciais (Boiral et al, 2019), dado que os usuários desses relatórios não compreendem e nem distinguem diferentes formas de garantia (Farooq & De Villiers, 2019b).

Apesar da concorrência de diferentes profissionais no mercado da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade (firmas de contabilidade, empresas de consultoria especializada em sustentabilidade, entre outros), diferentes estudos documentaram a predominância das firmas de contabilidade Big4 nesse mercado (Simnett, Vanstraelen & Chua,

2009; Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2016; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2018). Esse domínio é explicado pela natureza profissionalizada e estruturada da auditoria financeira, empregada como um rótulo de qualidade para legitimar as firmas Big4 como provedores qualificados para assegurar externamente as divulgações de sustentabilidade (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019).

Além do capital reputacional das firmas de contabilidade Big4, a experiência e o conhecimento desenvolvidos durante os serviços de auditoria contábil financeira são transferidos internamente para o processo de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade. Nesse aspecto, o conhecimento prévio, aprofundado e específico acerca do cliente (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018) e os métodos e procedimentos importados dos serviços de auditoria financeira afetariam de forma positiva a qualidade dos processos de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

No entanto, o potencial de conflito de interesses da prestação conjunta dos serviços de auditoria e asseguração externa para a mesma empresa-cliente suscitou questões importantes sobre a capacidade das firmas de auditoria manterem sua independência, considerando os importantes aluguéis econômicos que um determinado cliente de auditoria possa representar (Boiral & Gendron, 2011; Sethi, Martell & Demir, 2017). Para Hummel, Schlick e Fifka (2017) essa preocupação deve observada, pois a literatura crítica sobre a asseguração externa das informações de sustentabilidade destacou que os gerentes demonstram forte interesse em capturar o processo de garantia, com o objetivo de legitimar, de forma estratégica, as informações de sustentabilidade divulgadas.

Mediante o exposto, a tese formula a seguinte problemática: **quais os efeitos da qualidade das divulgações de sustentabilidade, da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa?** E, por conseguinte, o objetivo geral desse trabalho de tese é avaliar os efeitos da qualidade das divulgações de sustentabilidade, da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa de empresas brasileiras entre os anos de 2012-2021. Para tanto, são definidos os seguintes objetivos de específicos:

- a) Analisar o efeito da qualidade das divulgações de sustentabilidade na qualidade da asseguração externa.
- b) Analisar o efeito da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa na qualidade da asseguração externa.

- c) Examinar o efeito da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa.
- d) Discutir a motivação do uso da prática de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade no gerenciamento estratégico da legitimidade organizacional de empresas brasileiras de capital aberto.

A motivação e os fundamentos teóricos deste trabalho de tese estão apoiados na abordagem estratégica da Teoria da Legitimidade, com foco no aspecto funcionalista do gerenciamento da legitimidade (Dowling & Pfeffer, 1975; Lindblom, 1994; Suchman, 1995; Deegan, 2006). Nessa lente teórica, a legitimidade pode ser, até determinado ponto, “controlável” pelas organizações por meio de estratégias de legitimação que mudam a percepção do público (Richardson, 1985; Ashforth & Gibbs, 1990). Por esse ângulo, a asseguração externa é uma estratégia de legitimação simbólica, a qual não é, necessariamente, motivada por melhorias significativas no desempenho de sustentabilidade das organizações (Owen et al. 2000; O’Dwyer & Owen, 2005), mas sim “capturada” pela gestão para “promover a imagem corporativa” (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020) empregada para figurar a consistência dos valores da organização com os valores sociais predominantes (Deegan, 2006).

Com base na fundamentação descrita, argumenta-se que o gerenciamento estratégico da legitimidade organizacional se dá pela contratação de serviços de asseguração de qualidade de menor qualidade. Isso porque as assegurações substanciais e abrangentes, além de representam custos mais elevados para as empresas, são mais susceptíveis de revelar problemas relacionados ao desempenho da organização (Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Farooq & De Villiers, 2019b).

Ainda, a qualidade da informação de sustentabilidade é apontada como um dos principais desafios que afetam a realização dos processos de asseguração externa dessas informações (IAASB, 2018). Nessa lógica, pressupõe-se que a qualidade das informações de sustentabilidade antecede a qualidade dos trabalhos de asseguração externa. Portanto, argumenta-se que empresas com baixa qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguração de menor qualidade.

Com relação ao relacionamento cliente-provedor entre as firmas de auditoria e as empresas relatoras, caracterizado pela existência do *trade-off* entre os potenciais benefícios da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade e a familiaridade e dependência econômica do provedor (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020), também argumenta-se que a perda de independência reforça captura

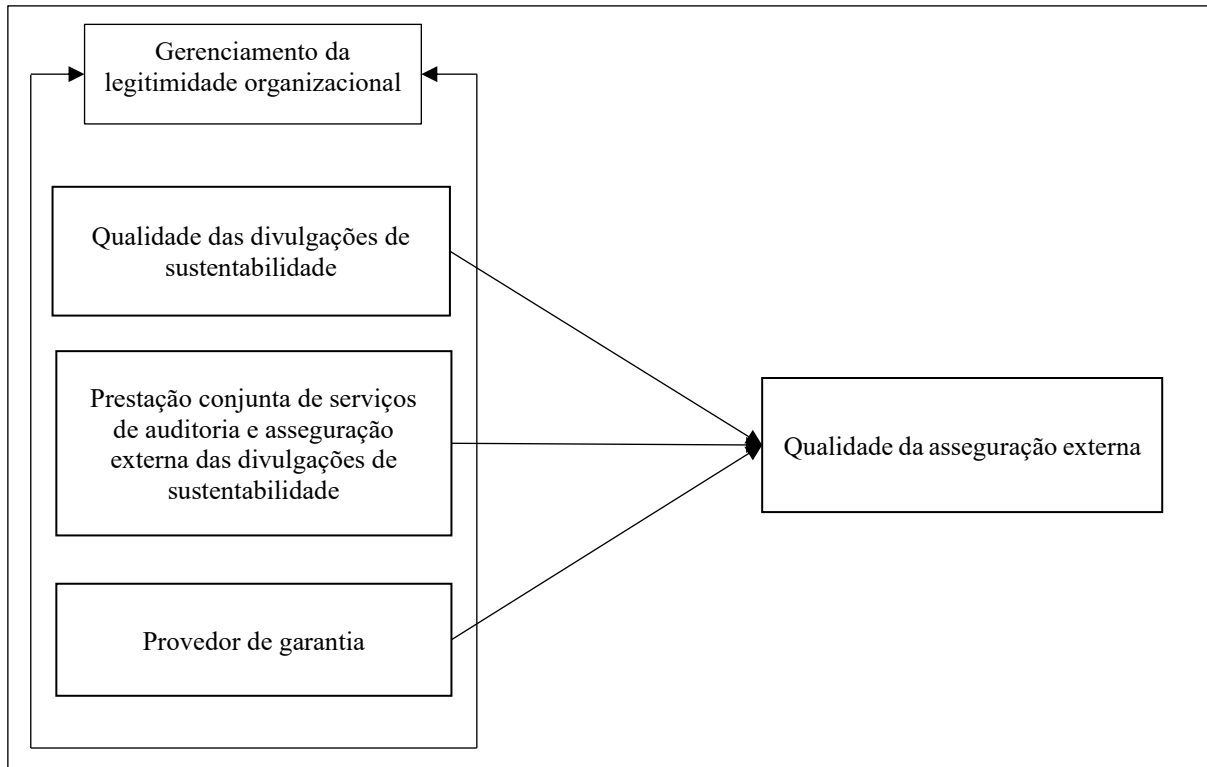
gerencial sobre o processo de asseguarção, sugerindo que a asseguarção das divulgações de sustentabilidade é usada pelos gerentes como uma estratégia deliberada para estabelecer e manter a legitimidade organizacional (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

Nesse aspecto, apesar do conhecimento prévio sobre a organização relatora e as competências técnicas advindas dos tradicionais serviços de auditoria financeira oferecerem benefícios para o processo de asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020), a contratação da firma que audita as demonstrações contábeis para realizar o trabalho de asseguarção é um aspecto crítico para qualidade desses processos, considerando que a familiaridade e dependência econômica do auditor reduz a objetividade e independência do profissional em questão (Farooq & De Villiers, 2017). Assim, é possível argumentar que prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade afetam a qualidade da asseguarção externa.

No que se refere a natureza do provedor da garantia, mesmo que a competência técnica das grandes firmas de auditoria (Big4) seja reconhecida no mercado de asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade, estudos anteriores documentaram incertezas de que os trabalhos de asseguarção realizados por Big4 melhorem a qualidade das divulgações de informações de sustentabilidade (por exemplo, Rossi & Tarquinio, 2017; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020). Dessa forma, o gerenciamento estratégico da legitimidade organizacional se dá pela priorização em contratar um profissional com reputação no mercado, considerando que a chancela de uma firma de auditoria Big4 seja percebida pelas empresas e pelo público como símbolo capaz de credibilidade as divulgações de sustentabilidade (O'Dwyer & Owen, 2005; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

Diante do que foi exposto, formula-se a tese de que a qualidade das divulgações de sustentabilidade, a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa e a natureza do provedor de garantia são fatores que influenciam a qualidade da asseguarção externa. No geral, argumenta-se que os efeitos desses fatores podem qualificar a asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação simbólica empregada no gerenciamento da legitimidade organizacional. A Figura 1 resume o retrato teórico desta tese.





**Figura 1. Retrato teórico**

Fonte: Elaboração Própria (2023).

O desenvolvimento de pesquisas complementares acerca do papel do provedor (oferta) e da empresa relatora (demanda) na determinação da qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade motivaram esta tese. De forma crítica, a tese busca ampliar o conhecimento sobre as reais motivações que levam as empresas a contratarem os serviços de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade: é possível que empresas contratem serviços de asseguração externa de menor qualidade com a intenção de encobrir seu verdadeiro desempenho de sustentabilidade? Para preencher essa lacuna, este trabalho identifica importantes determinantes da qualidade da asseguração externa.

Alguns pesquisadores ressaltaram que são escassas as pesquisas empíricas que investigam a relação entre as medidas referentes ao desempenho de sustentabilidade e as práticas de asseguração externa dos RS e que há compreensão limitada da demanda por esta emergente prática de auditoria não-financeira em diferentes países (Kolk & Perego, 2010; Casey & Grenier, 2015; Hummel, Schlick & Fifka, 2017). Especificamente, não há, até o momento da realização deste trabalho, conhecimento de estudos que investiguem qualidade da divulgação de sustentabilidade como antecedente da qualidade da asseguração externa.

Hummel, Schlick e Fifka (2017) argumentaram que o desempenho de sustentabilidade de uma empresa está relacionado à profundidade do processo de asseguração, enquanto o tipo

de provedor de garantia está relacionado à amplitude dos relatórios de asseguração. Diferentemente dos referidos autores, esta tese pressupõe que as empresas relatoras também influenciam o reporte da opinião do provedor de garantia sobre as informações de sustentabilidade. Desse modo, argumenta-se que a captura gerencial sobre os processos de asseguração externa limita a participação dos provedores de garantia na determinação da qualidade desses serviços.

Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020) apontam para a lacuna de pesquisa referente ao debate acerca da qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade em contextos que ocorrem a prestação conjunta de serviços de auditoria e não auditoria ao mesmo cliente. Os autores explicam que há um problema típico de *trade-off* entre a associação positiva relacionada aos potenciais benefícios da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e a associação negativa relacionada ao efeito de dependência econômica do provedor de garantia. Nesse aspecto, pouco se sabe sobre o real impacto na qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade quando o provedor de garantia também é a firma que presta o serviço de auditoria financeira.

Esta tese também investiga as práticas de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade em um contexto diferente dos estudos já realizados, a fim de contribuir para difusão desse campo de pesquisa no Brasil. Os estudos sobre as práticas de divulgação e asseguração externa de informações de sustentabilidade estão crescendo e seguem relevantes em países emergentes e em desenvolvimento (Farooq & De Villiers, 2017; Simpson, 2021), onde questões ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*); como desastres naturais, aumento da poluição e da população, esgotamento de recursos, alto desenvolvimento industrial e pobreza, entre outros; são generalizadas (Engelbrecht, Yasseen & Omarjee, 2018).

Além disso, as evidências desse trabalho, também, apresentam contribuições do ponto de vista teórico da Teoria de Legitimidade ao caracterizar a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação empregada no gerenciamento da legitimidade organizacional. A abordagem teórica adotada nesta tese se apresenta como uma visão alternativa as teorias adotadas em estudos anteriores. Por exemplo, Cho et al. (2014) documentaram que a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade não está associada com maior valor de mercado, pois o mercado financeiro não gratifica de forma econômica empresas que adotam tal prática. Desse modo, considerando o custo com asseguração externa suportados pela empresa relatora, assegurar esse tipo de informação não seria justificável, a menos que haja necessidade de reforçar a credibilidade da divulgação por outros motivos.

No contexto internacional, o fato de países como Dinamarca, Malásia, China, África do Sul, Espanha, entre outros, estabelecerem algum tipo de requisitos obrigatórios para as divulgações de sustentabilidade provocou mudanças nas regulamentações da asseguração externa (Simpson, 2021). Especificamente, no Brasil, a Resolução CVM N° 14, de 9 de dezembro de 2020 aprovou a Orientação Técnica CPC 09 - Relato Integrado, que torna obrigatória, quando da decisão de elaboração e divulgação do Relato Integrado (que abrange informações de natureza ambiental e social), a asseguração externa do mesmo por auditor independente registrado na CVM, em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nesse cenário, esta tese apresenta contribuições práticas devido a discussão acerca de requisitos básicos de qualidade para o desenvolvimento do mercado de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.

O mercado de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade não é dirigido por padrões que determinem critérios básicos de qualidade (Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020). Ao contrário da auditoria financeira, que possui procedimentos e escopo de relatório e verificação bem definidos, a asseguração das divulgações de sustentabilidade tem seu escopo definido pela administração, uma vez que, as empresas determinam parte do conteúdo de um relatório que será garantido, bem como o nível de garantia que será executado (Boiral et al., 2019). Nesse aspecto, elencar requisitos mínimos de qualidade podem mitigar a captura gerencial dando mais suporte aos provedores de garantia frente ao domínio das empresas relatoras.

Ademais, tendo em conta o domínio das firmas de contabilidade nesse mercado, as entidades que orientam e normatizam a profissão contábil devem refletir formas de aperfeiçoamento profissional no assunto “sustentabilidade”. Assim, considerando que o papel social da asseguração externa dos RS se concentra na capacidade de o provedor garantir que os interesses e as expectativas das partes interessadas, principalmente externas, sejam atendidos (Manetti & Toccafondi, 2012); os resultados deste estudo podem auxiliar reguladores e formuladores a desenvolver apoio institucional a essa prática.

## **2. BASE TEÓRICA**

A base teórica do estudo é composta por três seções de sustentação ao desenvolvimento da tese. A primeira apresenta a revisão da literatura acerca da prática de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade descritas em provedores de garantia e qualidade da asseguração externa. A segunda seção discorre sobre aspectos conceituais da Teoria da Legitimidade, discutidos a partir dos conceitos de legitimidade organizacional, das técnicas de legitimação e dos fundamentos da Teoria da Legitimidade aplicados ao campo da asseguração das divulgações de sustentabilidade. Por fim, desenvolvem-se as hipóteses de pesquisas fundamentadas nos argumentos teóricos da Teoria da Legitimidade e evidências de estudos anteriores sobre a temática.

### **2.1. REVISÃO DA LITERATURA**

A asseguração externa das divulgações de sustentabilidade examina, avalia e relata a confiabilidade e a integridade das informações acerca do desempenho de sustentabilidade de uma organização com a finalidade de aumentar a percepção do público sobre a credibilidade dos relatórios (Hodge, Subramaniam & Stewart, 2009; Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Simnett, 2012). Ressalta-se que “asseguração” por vezes é usado neste trabalho de forma intercambiável com outros termos, como “garantia” ou “verificação”.

Esta revisão da literatura segue a disposição lógica do processo decisório que envolve a prática de asseguração externa das divulgações informações sobre sustentabilidade. Dessa forma, assim que as empresas decidem assegurar seu relatório, as decisões subsequentes se referem a contratação do profissional (provedores de natureza contábil versus não contábil) para a prestação dos serviços de garantia e dos termos do contrato de garantia que definem a qualidade do processo de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.

#### **2.1.1. Provedores de garantia**

Na maioria das jurisdições, incluindo o Brasil, a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade é uma prática de adoção voluntária por parte das empresas (Farooq & De Villiers, 2018). Nesse mercado, competem diferentes tipos de provedores de garantia, e os mais atuantes são divididos em três grupos distintos: empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas) (GRI, 2013). Cohen e Simnett (2015) apontam uma variedade

de provedores de garantia com diversas experiências profissionais, conhecimentos e habilidades referentes a matéria de informações de sustentabilidade.

Entretanto, a competição no mercado de assegução externa das divulgações de sustentabilidade é dividida pela literatura em dois grandes grupos, discriminados em provedores de natureza contábil *versus* não contábil (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Perego, 2009; Perego & Kolk, 2012; Martínez-Ferrero, García-Sánchez, 2017b; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Farooq & De Villiers, 2019a). O grupo de provedores provenientes da área contábil compreende, principalmente, as quatro grandes firmas de contabilidade – KPMG, PwC, EY e Deloitte – que tradicionalmente fornecem aos seus clientes serviços de auditoria contábil-financeira. Enquanto que o grupo de provedores não contábil é representado por profissionais de origem diversificada, como empresas de engenharias, certificações técnicas e de consultoria especializada (Farooq & De Villiers, 2019a).

A competitividade entre os provedores de garantia resultou em divergências quanto à natureza, escopo e à abordagem do processo de assegução externa entre contadores e não contadores (O'Dwyer & Owen, 2005). Essas divergências derivam de seu conhecimento e de sua experiência em procedimentos e no processo de assegução como um todo, na indústria, nos negócios e nas operações de seus clientes e, ainda, no objeto de assegução (Adams & Evans, 2004). Nesse ponto, Farooq e De Villiers (2019a) afirmam que não há consenso sobre qual provedor é o mais indicado para realizar os serviços de assegução e de como (ou seja, abordagem) esse trabalho deve ser realizado.

Nenhuma qualificação específica é exigida aos provedores de garantia para que eles ingressem no mercado de assegução externa das divulgações de sustentabilidade (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020). Todavia, processo de assegução é considerado uma prática complexa que exige que os provedores de garantia possuam habilidades específicas devido aos numerosos e diversos assuntos relacionados a sustentabilidade (por exemplo processos sociais, direitos humanos, considerações éticas e questões ambientais) que podem estar presentes nos relatórios (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018). Além disso, a natureza qualitativa de parte dessas informações requer uma avaliação subjetiva (Hasan, Roebuck & Simnett, 2003). Nesse contexto, a natureza do objeto e a complexidade envolvida em avaliá-lo levaram a uma situação em que o processo de assegução não pode ser facilmente regulamentado (Manetti & Becatti, 2009).

Farooq e De Villiers (2017) identificam as principais áreas de debate na literatura que ressaltam as heterogeneidades entre provedores de natureza contábil e não contábil: conhecimento necessário sobre o processo de assegução, das operações do cliente e de

sustentabilidade; tamanho; independência e objetividade; percepção das empresas relatoras e do público sobre a natureza dos provedores de garantia; impacto do tipo provedor na qualidade das divulgações de sustentabilidade; e abordagem para conduzir o processo de asseguração externa.

A respeito do conhecimento necessário sobre o processo de asseguração externa, das operações do cliente e de sustentabilidade, Cohen e Simnett (2015) explicam que competência técnica se refere ao conjunto de habilidades específicas e experiência exigida para entender adequadamente o assunto de sustentabilidade e os métodos usados para medir e relatar essas informações. Nesse aspecto, as firmas de contabilidade, por sua experiência na prestação de serviços de auditoria financeira, são vistas como especialistas em termos de procedimentos (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017b, 2018) e detentoras de um entendimento detalhado e abrangente das operações dos repórteres (Gillet, 2012; Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2016; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

Por outro lado, referente ao conhecimento especializado em sustentabilidade, os provedores de natureza não contábil (por exemplo, ambientalistas, biólogos, especialistas em ética e sociólogos) têm uma vantagem sobre os contadores, pois compreendem melhor o conteúdo que envolve as informações de sustentabilidade (Gray, 2000; O'Dwyer & Owen, 2005; Hummel, Schlick & Fifka, 2017). Nesse aspecto, os dois grupos se complementam e o trabalho de equipes multidisciplinares de contadores e não contadores pode ser o mais indicado para as particularidades do processo de asseguração externa dos RS (Jones & Solomon, 2010).

No que se refere a independência e objetividade, é importante ressaltar que a falta de independência afeta a capacidade do provedor de garantia realizar o trabalho de maneira objetiva, comprometendo a qualidade, o que resultaria em uma opinião distorcida para os usuários das informações (Farooq & De Villiers, 2017). Independência consiste na capacidade do provedor em fornecer uma opinião imparcial sobre o relatório, essencial para garantir a confiança do público nas informações de sustentabilidade (Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020). Nesse ponto, os provedores de natureza contábil estão sujeitos a um órgão profissional de contabilidade que fiscaliza e normatiza todo e qualquer exercício relacionado à área contábil e, portanto, cientes do cumprimento de requisitos de conduta ética, esses profissionais tem o dever de atuar de forma independente e de se proteger de qualquer ameaça que afete sua objetividade (Gray, 2000; Peters & Romi, 2014).

Outro aspecto relacionado a independência é a função do tamanho dos provedores. As principais empresas de contabilidade (KPMG, PwC, EY e Deloitte – Big4) abrem vantagem em relação aos provedores não contábeis, pois atuam em nível global e podem usar seu tamanho

para obter economias de escala que se traduzem em custos mais baixos de asseguarção para seus clientes (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Farooq & De Villiers, 2017), além de investir em pesquisa e desenvolvimento em novos espaços de auditoria (Andon, Free & O'Dwyer, 2015). Dessa forma, a probabilidade de que os provedores de contabilidade se tornem dependentes economicamente de seus clientes é menor (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Perego & Kolk 2012).

Entretanto, a reputação dos contadores como profissionais independentes e objetivos foi passível de questionamentos por notáveis escândalos corporativos, como o caso Enron e Arthur Anderson (Dando & Swift, 2003). Ademais, alguns provedores de natureza não contábil também são grandes e têm um conjunto mais diversificado de clientes e, assim, menos propensos a ter uma considerável parcela de seus honorários dependente de “importantes clientes” (Farooq & De Villiers, 2019a); considerando que provedores contábeis podem prestar de forma conjunta os serviços de auditoria e asseguarção externa ao mesmo cliente (Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2016; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

A natureza não regulamentada da prática e falta de consenso sobre como o processo de asseguarção externa deve ser realizado (Dando & Swift, 2003) resultaram em variações significativas entre as abordagens adotadas pelos diferentes provedores de garantia, as quais estão convencionadas aos objetivos definidos por demandas e preocupações específicas das partes interessadas (Channuntapipat, Samsonova-Taddei & Turley, 2019). Apesar da ausência de um padrão internacional de uso obrigatório para os trabalhos de asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade, o Padrão International Standard on Assurance Engagements (ISAE) 3000 e o Padrão AccountAbility (AA) 1000 Assurance Standard (AS) são os mais difundidos entre os provedores (Martínez-Ferrero & García-Sanchez, 2018; Channuntapipat, Samsonova-Taddei & Turley, 2019).

O ISAE3000, desenvolvido pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (órgão internacional responsável por definir padrões para a profissão contábil), enfoca as características procedimentais do processo de asseguarção e não foi desenvolvido especificamente para as informações de sustentabilidade, pois abrange quaisquer trabalhos de asseguarção que não sejam trabalhos de auditoria e revisão de informações financeiras históricas. Enquanto isso, o padrão AA1000AS, fornecido pela organização sem fins lucrativos AccountAbility, se concentra na avaliação da aderência das práticas de RS do cliente aos Princípios da AccountAbility (ou seja, inclusão, materialidade, capacidade de resposta e impacto) e da relevância das informações relatadas para as partes interessadas (Channuntapipat, Samsonova-Taddei & Turley, 2019).

Ressalta-se que, no Brasil, o Comunicado Técnico CTO 01 – Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, que tem por base o Comunicado Técnico IBRACON n.º 07/12, orienta que os profissionais de contabilidade, enquanto não houver norma específica para o caso das Informações sobre Sustentabilidade e Responsabilidade Social, deverão utilizar a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão – Resolução CFC n 1.163/09, norma brasileira consoante à norma internacional ISAE3000.

Ainda, apesar dos padrões ISAE3000 e a NBC TO 3000 serem usados tradicionalmente por profissionais de contabilidade, outras categorias de profissionais podem incorporar aos seus protocolos internos de verificação a metodologia das normas contábeis. O IAASB, em sua versão mais recente da ISAE3000 em 2013, revisou a definição que restringia o uso do padrão por outros profissionais de natureza não contábil, e, isso, segundo Channuntapipat, Samsonova-Taddei e Turley (2019), é visto como uma tentativa de legitimar o ISAE3000 como o principal padrão para a prática de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.

A aplicabilidade dos padrões de garantia tem importantes implicações para o processo de asseguração externa. Channuntapipat, Samsonova-Taddei e Turley (2019) explicam que a ISAE3000 está fortemente vinculada à estrutura de auditoria financeira e, com isso, os provedores de garantia devem avaliar as informações relatadas com base no assunto predeterminado e acordado entre eles e as organizações relatoras. Os referidos autores explicam que por esse motivo os trabalhos de asseguração com base no ISAE3000 refletem um escopo limitado determinado por critérios definidos a serem assegurados. Já os trabalhos baseados no AA1000AS estão focados nas partes interessadas, e, portanto, sujeitos a uma abordagem de escopo mais aberta que pode ser determinada por meio do processo de inclusão das partes interessadas.

O produto final dos serviços de asseguração consiste em um relatório ou declaração no qual o provedor expressa uma conclusão destinada a aprimorar o grau de confiança dos usuários pretendidos, que não a parte responsável, sobre o resultado da avaliação ou mensuração de um objeto em relação a critérios acordados (IFAC, 2003). Nesses relatórios, constam alguns elementos básicos como título; destinatário; descrição do nível de asseguração obtida sobre o objeto; identificação dos critérios aplicáveis; escopo e conteúdo assegurado; limitação inerente; a responsabilidade da organização relatora e do provedor de garantia; declaração de que o trabalho foi executado de acordo com os critérios da norma; requisitos de independência e competência; resumo do trabalho realizado/metodologia; conclusão, observações e/ou recomendações; identificação e assinatura do profissional responsável; data e local da emissão



do relatório (O'Dwyer & Owen, 2005; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Rossi & Tarquinio, 2017).

No que se refere a opinião do provedor, o nível de garantia indica a extensão e a profundidade do trabalho realizado pelo provedor e, portanto, o grau de confiança que os usuários podem ter no relatório assegurado (GRI, 2013). Em geral, há dois níveis de garantia para indicar a extensão e profundidade do trabalho de asseguaração: razoável e limitada para os provedores que utilizam o padrão ISAE3000 e alto e moderado para os provedores que abordam o padrão AA1000AS (AccountAbility, 2008; IAASB, 2013).

Em trabalhos de asseguaração de nível de garantia razoável (ISAE3000) ou alto (AA1000AS) o provedor comunica um maior nível de verificação, mesmo que não absoluto, devido algumas limitações relacionadas os sistemas de controle interno da organização e suas conclusões são formuladas de maneira positiva (Martínez-Ferrero & García-Sanchez, 2018). Por exemplo, o provedor afirma que o controle interno é eficaz, em todos os aspectos materiais, com base nos critérios acordados (IAASB, 2013). Enquanto os trabalhos de asseguaração de nível de garantia limitada (ISAE3000) ou moderada (AA1000AS) o risco de garantia é maior do que expresso por um nível razoável e a opinião do profissional é expressa de forma negativa. Na opinião negativa, o provedor comunica um baixo nível de verificação, o qual é incapaz de detectar a existência de erros ou omissões substanciais nos relatórios (Martínez-Ferrero & García-Sanchez, 2018).

Manetti e Becatti (2009) afirmam que opiniões negativas resultam de informações de sustentabilidade que não são úteis em retratar o desempenho de sustentabilidade de maneira confiável e imparcial. Nesse aspecto, uma combinação dos dois níveis de garantia pode ser benéfica. Dessa forma, o provedor pode emitir uma opinião positiva com um parágrafo de limitação em determinadas situações em que atribuir um alto nível de verificação e empregar um nível mais baixo de verificação a questões menos críticas. No entanto, o nível de garantia aplicado depende dos termos do contrato de garantia. Hummel, Schlick e Fifka (2017) documentam que a empresa relatora e o provedor de garantia acordam os compromissos de garantia das informações de sustentabilidade de forma conjunta. Esse fato, traz importantes preocupações acerca da qualidade dos trabalhos de asseguaração externa, discutidas no subitem a seguir.

### 2.1.2. Qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade

É reconhecível na literatura o potencial valor e a relevância de um compromisso de asseguração externa para aumentar a confiança dos usuários da informação nas divulgações de sustentabilidade (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018).

O'Dwyer e Owen (2005) afirmam que a qualidade dos relatórios de asseguração externa aumenta a comparabilidade, credibilidade e capacidade dos RS em atender as demandas informacionais das partes interessadas. Entretanto, a ausência de padrões comumente aceitos para realização do processo de asseguração e as diferentes abordagens e atributos de distintos profissionais que atuam nesse mercado implicam significativas variações nos principais aspectos desse processo, tais como os objetivos, escopo e nível de garantia, procedimentos e conteúdo dos relatórios de garantia (O'Dwyer & Owen, 2005; Hodge, Subramaniam & Stewart, 2009; Farooq & De Villiers, 2017). Tal circunstância amplifica as incertezas quanto à qualidade dos trabalhos de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018).

Não há na literatura definição comum e concreta para qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, considerando que esse campo de pesquisa ainda está em desenvolvimento (Hummel, Schlick & Fifka, 2017). No geral, boa parte da literatura avaliou a qualidade desses processos por meio de análises do conteúdo e características dos relatórios de asseguração externa, dado que esse relatório é o único elemento que exterioriza o trabalho de asseguração. Diversos estudos realizaram análises de conteúdo por meio dos elementos de divulgação ou construção de índices a partir da extensão dos relatórios de asseguração, como demonstra a Tabela 1.

**Tabela 1. Estudos anteriores que avaliaram elementos de qualidade do processo de asseguração externa das informações de sustentabilidade**

Autor (es)	Amostra	Elementos de divulgação	Objetivos
Ball, Owen e Gray (2000)	72 (setenta e duas) declarações de asseguração externa de relatórios ambientais selecionados para o prêmio Association of Chartered Certified Accountants Environmental Reporting Awards (ACCA ERAS).	Análise de conteúdo sobre a independência do provedor; o nível de garantia aplicado; e a natureza e conteúdo das informações asseguradas (objeto da garantia).	Avaliar até que ponto as práticas de asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade promovem a transparência organizacional e o engajamento das partes externas.

O'Dwyer e Owen (2005)	81 (oitenta e um) relatórios selecionados para o prêmio de 2002 da Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) no Reino Unido e no European Sustainability Reporting Awards.	Estrutura avaliativa formada por elementos das diretrizes da AccountAbility, Fédération des Experts Comptables Européens (FEE) e do GRI.	Realizar uma análise crítica das declarações de asseguração externa dos relatórios ambientais, sociais e de sustentabilidade.
Deegan, Cooper e Shelly (2006)	161 (cento e sessenta e uma) declarações de asseguração externa anexas aos RS de empresas australianas.	Estrutura avaliativa formada por elementos das diretrizes da Fédération des Experts Comptables Européens (FEE, 2002) e do GRI.	Avaliar os elementos de conteúdo das declarações de asseguração externa dos RS.
Deegan, Barry e Shelly (2006)	170 (cento e setenta) declarações de asseguração externa da Europa e Reino Unido anexas aos relatórios TBL.	Estrutura avaliativa formada por elementos das diretrizes da Fédération des Experts Comptables Européens (FEE) e do GRI.	Documentar um estudo das declarações de asseguração externa de relatórios <i>triple bottom line</i> (TBL) na Europa e no Reino Unido.
Manetti e Becatti (2009)	34 (trinta e quatro) declarações de asseguração de uma amostra internacional anexas aos RS elaborados de acordo com a GRI (2006).	Estrutura avaliativa formada por elementos das principais padrões de garantia AA1000AS (AccountAbility) e ISAE3000 (IAASB).	Analisar as diferentes tipologias de declarações de asseguração externa e a eficácia da implementação dos padrões AA1000AS e ISAE3000.
Manetti e Becatti (2012)	Amostra internacional de 161 (cento e sessenta e uma) declarações de asseguração externa anexas ao RS.	Quatro áreas distintas de avaliação: opinião do provedor; coerência intrínseca da declaração de asseguração; cooperação do provedor com terceiros; e o papel das partes interessadas no processo de asseguração.	Verificar se ocorre o engajamento das partes interessadas nos processos de asseguração externa dos RS.
Perego e Kolk (2012)	Declarações de asseguração externa anexas aos relatórios de sustentabilidade do Painel da Fortune Global 250 maiores empresas.	Análise de conteúdo baseada na estrutura fornecida por O'Dwyer e Owen (2005).	Investigar como a diversidade de padrões de garantia e tipo de provedores de garantia moldam a qualidade das declarações de garantia de sustentabilidade.
Zorio, García-Benau e Sierra (2013)	161 (cento e sessenta e uma) declarações de asseguração externa anexas aos RS de companhias de capital aberto da Espanha.	Índice elaborado a partir de elementos dos padrões AA1000AS (AccountAbility) e ISAE3000 (IAASB).	Desenvolver de um índice para medir a qualidade dos relatórios de garantia.
Gillet (2012)	29 (vinte e nove) empresas pertencentes ao Índice de Câmbio Francês CAC 40.	Análise de conteúdo sobre a natureza e escopo do trabalho; status e função do provedor; e nível de asseguração.	Examinar as práticas das empresas francesas no que diz respeito à asseguração externa de informações de sustentabilidade.

Seguí-Mas, Bollas-Araya e Polo-Garrido (2015)	55 (cinquenta e cinco) declarações de asseguração externa anexas aos RS de cooperativas da Lista Global300 no período de 2001-2013.	Análise de conteúdo baseada na estrutura fornecida por O'Dwyer e Owen (2005) e Perego e Kolk (2012).	Investigar as práticas de asseguração dos RS das maiores cooperativas do mundo.
Gürtürk e Hahn (2016)	61 (sessenta e uma) declarações de asseguração externa anexas ao RS de empresas do Reino Unido FTSE 100 e da Alemanha DAX e MDAX.	Regras de codificação para análise de conteúdo modificadas e ampliadas de Perego e Kolk (2012).	Examinar a qualidade, as semelhanças e diferenças entre as declarações de asseguração externa em RS.
Rossi e Tarquinio (2017)	95 (noventa e cinco) declarações de asseguração anexas aos RS de empresas não financeiras italianas listadas no FTSE Italy All-Share Index de 2008 a 2012.	A estrutura de classificação é baseada nas diferentes recomendações principais sugeridas por acadêmicos e profissionais (GRI, ISAE3000, AA1000AS, O'Dwyer & Owen, 2005; Manetti & Becatti, 2009).	Analisar o nível de conteúdo das declarações de asseguração e testar se ele é afetado por determinadas variáveis corporativas e pelo tipo de provedor contratado.
Hummel, Schlick e Fifka (2017)	122 (cento e vinte e duas) empresa listada no índice Bloomberg European 500 em janeiro de 2013.	Índice com base em pesquisas anteriores (Park & Brorson 2005; O'Dwyer & Owen 2005; Edgley, Jones & Solomon, 2010; O'Dwyer, Owen & Unerman, 2011; Manetti & Toccafondi 2012; Perego & Kolk 2012; Zorio, García-Benau & Sierra, 2013) e padrões de garantia ISAE 3000 e AA1000AS, e as recomendações do GRI.	Examinar a influência de características relacionadas a empresa e provedor de garantia na qualidade da asseguração.
Martínez-Ferrero, García-Sánchez e Ruiz-Barbadillo (2018)	Amostra internacional de 901 (novecentas e uma) declarações de asseguração externa do banco de dados Ethical Investment Research Service (EIRIS) no período de 2007-2014.	Índice com base em pesquisas anteriores (O'Dwyer & Owen, 2005; Perego, 2009; Perego & Kolk, 2012; Zorio, García-Benau & Sierra, 2013).	Examinar o impacto da expertise e experiência do provedor na qualidade da asseguração.
Boiral, Heras-Saizarbitoria e Brotherton (2019)	301 declarações de asseguração externa de RS provenientes de empresas do setor de mineração e energia.	Análise de conteúdo sobre os principais resultados do processo de asseguração e informações gerais; declarações sobre o conteúdo dos relatórios; declarações sobre a qualidade da informação; reservas e críticas; e sugestões de melhoria.	Analisar as opiniões dos provedores sobre a qualidade e as limitações dos RS e suas recomendações para melhorá-los.

Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020)	337 declarações de asseguração externa de RS provenientes de empresas do setor de mineração e energia.	Análise de conteúdo qualitativa de três categorias: profissionalismo dos provedores; processo de garantia; e resultados do processo de asseguração.	Analisar a confiabilidade dos relatórios de asseguração externa dos RS e sua contribuição para a prestação de contas às partes interessadas.
García-Sánchez et al. (2022)	604 declarações de asseguração externa de RS ou relato integrado de empresas multinacionais.	Índice com base no escopo e conteúdo do processo de asseguração: nível de garantia, escopo, responsabilidades do provedor de garantia e recomendações	Examinar o impacto dos serviços de asseguração externa na reputação corporativa e no engajamento dos <i>stakeholders</i> .

Fonte: Elaborado com base nos autores citados (2023).

A comunicação dos aspectos relevantes do processo de asseguração reflete, até certo ponto, a natureza e o rigor do trabalho de asseguração executado e a sua descrição pode ser principal fonte para inferir a qualidade desses processos (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018).

Em geral, as pesquisas anteriores (Tabela 1) enfocaram o conteúdo recomendado pelos principais padrões de relato e asseguração das informações de sustentabilidade reconhecidos no campo profissional, como AA1000AS (*AccountAbility*), ISA3000 (IAASB) e diretrizes da GRI. Também enfatizam o maior detalhamento de informações acerca do trabalho desenvolvido, pois supõe-se que quanto mais informação o provedor divulgar mais abrangente será o processo de asseguração. Nesse aspecto, os relatórios de asseguração mais abrangentes devem fornecer maiores informações, desde que úteis, sobre os procedimentos adotados, conter opiniões claras sobre o objeto analisado e incluir recomendações de melhoria para a precisão, credibilidade e qualidade dos RS (O’Dwyer, Owen & Unerman, 2011; Rossi & Tarquinio, 2017).

Além de fornecer uma análise descritiva e aprofundada sobre o conteúdo e divulgação dos elementos dos relatórios de asseguração externa, alguns dos estudos anteriores (Tabela 1) revelam um retrato muito crítico a respeito dos contratos de garantia, destacando a existência de captura gerencial sobre esses processos.

Segundo Farooq e De Villiers (2019b), a captura gerencial ocorre quando a gestão exerce seu controle para limitar o escopo do trabalho dos processos de asseguração. Em outras palavras, ela age no sentido de restringir o exame acerca da confiabilidade das informações de sustentabilidade ao excluir questões essenciais relacionadas a integridade, materialidade e equilíbrio (divulgação total dos assuntos relevantes, seja bons ou ruins). Nesse sentido, Gillet (2012) descreve a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como uma “busca por legitimidade”.

Ball, Owen e Gray (2000) por meio de uma análise de conteúdo dos relatórios de asseguração de relatórios ambientais selecionados para o prêmio *Association of Chartered Certified Accountants Environmental Reporting Awards* (ACCA ERAS) documentaram a falta de independência de uma boa parte dos provedores da amostra, bem como constataram o foco no sistema de gestão ambiental e não na qualidade da informação reportada. Além disso, os autores encontraram evidências do controle da gestão no trabalho dos provedores de garantia.

Corroboram O'Dwyer e Owen (2005) que encontraram evidências de ameaças à independência do provedor de garantia e do alto grau de controle gerencial sobre o processo de asseguração ao analisar o conteúdo da asseguração externa de relatórios ambientais, sociais e de sustentabilidade do Reino Unido e da Europa. Os referidos autores, ainda, concluíram que a extensão das declarações de asseguração está relacionada com o provedor, observando seus conhecimentos e competências, relação de independência com a empresa cliente e a forma de comunicar o processo de asseguração realizado.

Deegan, Cooper e Shelly (2006) ao examinarem as declarações de asseguração externa anexas aos RS de empresas australianas, mostram que, em média, o conteúdo das declarações de garantia não atendem as recomendações da GRI ou FEE. Nesse sentido, os autores enfatizaram a dificuldade dos usuários desses relatórios em compreender as responsabilidades do provedor de garantia, qual conteúdo do RS foi revisado e qual era o significado da conclusão e opinião do provedor, reforçando a necessidade de orientação ou regulamentação na área. Posteriormente, Deegan, Barry e Shelly (2006), com referência a uma amostra de declarações de asseguração da Europa e do Reino Unido, confirmaram alta variabilidade e ambiguidade inerente ao conteúdo das declarações e destacaram a falta de transparência e objetividade dos provedores de garantia por não indicarem os critérios utilizados para avaliar os RS.

A análise de realizada por Manetti e Becatti (2009) mostrou a alta frequência de afirmações de asseguração limitada emitidas por provedores de asseguração Big4, com conclusões expressas, essencialmente, de forma negativa. Nesse sentido, os autores recomendam que o padrão de contabilidade ISAE300 aborde o tema “sustentabilidade”, introduzindo recomendações específicas para os provedores de garantia com a finalidade aumentar a eficácia e credibilidade dos processos de asseguração das divulgações de sustentabilidade.

Em seguida Manetti e Becatti (2012), em uma amostra internacional mais abrangente, sugeriram potenciais avanços nos processos de asseguração, ao considerar uma tendência de consulta aos *stakeholders* (principalmente internos à organização) durante os processos de asseguração. Entretanto, eles também destacaram que os obstáculos e dificuldades (escassa a

atenção em verificar os princípios de materialidade e relevância das informações publicadas nos RS) que impedem o envolvimento total das partes interessadas (inclusão de partes externas à organização) nesses processos foram numerosos e a qualidade das declarações de asseguração, nesse sentido, deve ser melhorada.

Manetti e Becatti (2012) enfatizam que para superar os problemas de qualidade atribuídos a asseguração externa dos RS, é necessário reforçar os mecanismos de engajamento das partes interessadas, durante os processos de elaboração e asseguração externa dos RS, ou seja, garantir a materialidade e a relevância das informações divulgadas. Nesse sentido, os autores frisam que o engajamento das partes interessadas não se confunde com gerenciamento das partes interessadas (gestão unilateral das expectativas das partes envolvidas com o objetivo de mitigar os diversos interesses em jogo), mas sim contempla o compromisso mútuo com a solução de problemas que possam surgir nas relações entre a empresa e ambiente social no qual ela opera.

Perego e Kolk (2012), usando um painel da *Fortune Global 250* ao longo de 10 anos, demonstraram que a qualidade da asseguração depende da natureza do provedor de garantia, considerando adoção de distintas abordagens, recursos e capacidades que influenciam objetivamente a qualidade. Nesse aspecto, os autores argumentam que os provedores de garantia são “meros” instrumentos de seus clientes e que os processos de garantia se encontram dissociados das reais práticas organizacionais. Desse modo, diversas corporações projetam uma imagem desvinculada ou simbólica de responsabilidade por meio da asseguração, minando assim a credibilidade desses processos. Por fim, os autores enfatizam a necessidade de que os padrões de internacionais de contabilidade de asseguração externa aprimorem o conhecimento interdisciplinar relacionado aos procedimentos de auditoria e “*accountability for sustainability*”.

Gillet (2012) compreendeu a análise de conteúdo dos relatórios de asseguração externa das informações de sustentabilidade de empresas francesas acerca da natureza e escopo do trabalho; status e função do provedor; e nível de asseguração. Os autores tiveram como base dois tipos de dados: provenientes da análise de conteúdo das declarações de asseguração externa dos RS e dados de entrevistas semiestruturadas realizadas com gerentes de sustentabilidade e provedores de garantia. Os resultados destacaram três questões: a falta de integridade dos processos de asseguração, a necessidade de competência e independência dos provedores e a busca por legitimidade das empresas que se engajam em processos de asseguração. A falta de integridade dos processos de asseguração reflete da ausência de precisão das conclusões

estabelecidas pelo provedor (não incluem recomendações e/ou limitações) e a carência de explicações quanto a natureza e o escopo do trabalho de garantia.

Enquanto a necessidade de competência e independência dos provedores a análise das entrevistas feitas por Gillet (2012) mostram que a maioria dos entrevistados reconhece que as firmas de auditoria contábil são competentes (conhecimento específico e qualificação) para realizar corretamente a verificação dos RS. No entanto, a análise das declarações de garantia levantou dúvidas sobre a real experiência e independência desses provedores. Por fim, o referido autor considerou a busca por legitimidade um dos principais motivos para que as empresas contratem os serviços de asseguarção externa. Nesse aspecto, Gillet (2012) sugere que, indiferente do teor do trabalho prestado, a asseguarção em si traria legitimidade organizacional; a qual denota uma realidade simples: proteger a imagem e a reputação da empresa, preservando seu acesso aos recursos disponibilizados pela sociedade.

Seguí-Mas, Bollas-Araya e Polo-Garrido (2015) estudaram as práticas de asseguarção externa dos RS das 300 maiores cooperativas do mundo. Os resultados da análise de conteúdo das declarações de asseguarção demonstram a necessidade de informações sobre a independência, responsabilidade e competências dos provedores. Além de reforçar a inclusão de recomendações de melhoria e conclusões sobre a materialidade e integridade dos relatórios. Enquanto que os resultados da abordagem estatística apontam que, apesar de sua experiência consolidada em assegurar demonstrações financeiras e sua maior penetração no mercado de asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade, as declarações de garantia fornecidas por contadores apresentaram uma qualidade inferior do que aquelas fornecidas por não-contadores. Em contrapartida, Zorio, García-Benau e Sierra (2013) estimaram como razoavelmente aceitável a qualidade da asseguarção externa dos RS em contexto espanhol, sendo que o índice de qualidade é maior se os serviços de asseguarção forem prestados por um auditor contábil.

Gürtürk e Hahn (2016) investigaram especificamente o conteúdo, padrões aplicados, contrato de garantia (escopo, nível e método) e as características dos provedores por meio da análise de conteúdo das declarações de asseguarção referentes a RS de empresas com sede no Reino Unido e na Alemanha. Os resultados destacaram diferenças significativas no conteúdo, procedimentos adotados e na implementação de padrões. Os não contadores aplicam uma diversidade mais ampla de métodos (análise de risco, análise de mídia e o engajamento das partes interessadas), enquanto os processos de garantia conduzidos por contadores são mais homogêneos, relatados de forma menos extensa, e baseados na ISAE3000, um padrão de garantia não relacionado à sustentabilidade. Descritas a arbitrariedade no conteúdo das



declarações e a opacidade na comunicação sobre o processo de asseguaração, os autores sugerem que a falta de transparência das práticas atuais pode diminuir a credibilidade atribuída aos RS e os potenciais benefícios internos (tomada de decisão e melhoria do desempenho organizacional) para a gestão.

De forma semelhante Rossi e Tarquinio (2017) documentam alta variabilidade no conteúdo das declarações em particular com referência aos critérios utilizados, conclusões e recomendações fornecidas pelo provedor. As principais deficiências foram encontradas nas descrições do processo de planejamento, nas explicações sobre o engajamento das partes interessadas e seus objetivos e nos comentários e pareceres conclusivos. Os autores ainda testaram se a qualidade da asseguaração externa é afetada por variáveis corporativas e pela natureza do provedor contratado. Quanto a isso, os resultados mostram que a governança corporativa (a existência de comitê de RSC e especialista em sustentabilidade) desempenha um papel importante no fornecimento de trabalhos de asseguaração externa de maior qualidade. Enquanto que as empresas de contabilidade Big4 foram associadas a um nível de divulgação mais baixa. Nesse ponto, os autores explicam que os provedores de contabilidade (em oposição aos provedores não contábeis) estão menos motivados a fornecer declarações de asseguaração mais convincentes, detalhadas e claras; pois acreditam que suas competências e independência são amplamente reconhecidas no tradicional mercado de auditoria e, por isso, seu trabalho é tido como legítimo.

No ponto de vista da Teoria da Legitimidade, o relatório de asseguaração externa pode ser caracterizado como uma estratégia baseada nas práticas de divulgação corporativa (Deegan, 2002), pois ele objetiva comunicar a sociedade a opinião de um terceiro sobre as informações de sustentabilidade (Farooq & De Villiers, 2017). Assim, as organizações podem direcionar estrategicamente esses relatórios para a busca ou melhoria de sua legitimidade social (O'Dwyer, Owen & Unerman, 2011; Rossi & Tarquinio, 2017).

Hummel, Schlick e Fifka (2017), com base na literatura de auditoria financeira (DeAngelo, 1981), preenchem a lacuna até então existente acerca do conceito de qualidade da garantia e a definem como a probabilidade conjunta do provedor descobrir e relatar problemas referente aos sistemas e processos de relato das informações de sustentabilidade do cliente. Esses dois aspectos de qualidade são refletidos na profundidade do processo de garantia, referindo-se à descoberta de problemas, e na amplitude do relatório de garantia, referindo-se ao relato dos problemas descobertos. Desse modo, os autores concebem um conceito subjetivo de qualidade da asseguaração externa das divulgações de sustentabilidade, que pode ser expresso

por meio de elementos que constituem a profundidade do processo e amplitude do relatório de garantia, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2. Elementos de qualidade da asseguuração externa das divulgações de sustentabilidade**

Elementos	Definição	Categoria
Escopo	Universo das divulgações de sustentabilidade cobertas pelo trabalho de garantia.	Profundidade/Amplitude
Cobertura	Quantidade de indicadores de desempenho de sustentabilidade cobertos pela garantia.	Profundidade
Métodos ou procedimentos	Variabilidade de procedimentos ou métodos aplicados nos processos de garantia. Consistem na presença/ausência de procedimentos de garantia: a documentação, entrevistas, análises de dados, visitas <i>in loco</i> e pesquisa de mídia pública.	Profundidade/Amplitude
Nível	Risco de o processo de garantia não detectar distorções potencialmente relevantes que possam afetar a opinião do provedor sobre o objeto examinado. Níveis mais alto de garantia requerem maior intensidade (procedimentos) para reduzir suficientemente o risco da garantia.	Profundidade/Amplitude
Materialidade	O provedor é solicitado para avaliar se as divulgações de sustentabilidade refletem os significativos impactos econômico, ambiental e social da organização relatora.	Profundidade/Amplitude
Recomendações	Sugestões de melhorias para os RS, sistemas e processos relacionados ao desempenho de sustentabilidade das organizações.	Profundidade/Amplitude
Destinatários	Destinação do relatório de garantia a todas as partes interessadas (internas e externas). Abordagem dos usuários pretendidos em conformidade com os dois padrões ISAE 3000 e AA1000AS e como recomenda a GRI.	Amplitude
Padrão de garantia	Padrão que rege o trabalho do provedor de garantia, por exemplo ISAE 3000 e AA1000AS.	Amplitude
Competência do provedor	Informações sobre a competência do provedor, tais como aptidão, conhecimento ou capacidade específicos em sustentabilidade.	Amplitude
Independência do provedor	Informações acerca da independência do provedor. A independência é o principal indício de objetividade do trabalho de garantia e a forma de garantir que a opinião do provedor não seja influenciada pela relação com a empresa relatora.	Amplitude
Área de responsabilidade	Informações sobre a responsabilidade da empresa relatora e do provedor. A responsabilidade da empresa consiste na elaboração e apresentação de forma adequada das informações de sustentabilidade de acordo com a diretrizes de divulgação e controles internos que ela determinou como necessários para permitir que elaboração dessas informações seja livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Já a responsabilidade do provedor é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no RS, com base no nível de trabalho de garantia contratado, o qual é conduzido pelo padrão adotado pelo provedor.	Amplitude
Veracidade	Conclusão/opinião do provedor sobre a veracidade das informações contida nos RS.	Amplitude
Limitações	Principais limitações detectadas pelo processo de garantia em relação às informações de sustentabilidade.	Amplitude
Informações diversas	Divulgação completa das informações relativas à identificação dos responsáveis pelo trabalho de asseguuração, data e local.	Amplitude

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hummel, Schlick e Fifka (2017).

A profundidade dos processos de asseguração externa, de acordo com Hummel, Schlick e Fifka (2017), baseia-se na intensidade com que são realizados, dado que um trabalho mais intensivo tem maior probabilidade de revelar pontos críticos acerca do desempenho de sustentabilidade. Os elementos de profundidade, normalmente, são negociados entre a contratante e o provedor de garantia, considerando que processos de asseguração mais intensivos implicam custos mais altos para a empresa relatora. Já amplitude dos processos de asseguração externa compreende a extensão do relatório de garantia, baseada em uma lista mínima de elementos de divulgação versus não divulgação, que possibilita ao usuário da informação avaliar melhor o processo e os resultados da garantia.

Os resultados das análises de conteúdo de Hummel, Schlick e Fifka (2017) revelaram que, em conjunto, as declarações de asseguração externa fornecem, em média, informações suficientes sobre questões gerais, como as que se relacionam ao provedor de garantia (informações diversas, independência e área de responsabilidade) e o processo de garantia (escopo, padrão, métodos, nível e veracidade), mas faltam informações acerca da conclusão ou opinião do provedor de garantia (materialidade, limitações e recomendações). As principais diferenças documentadas entre os provedores de garantia contadores e não contadores refletidas na profundidade do processo de garantia correspondem aos elementos de materialidade e recomendações.

De acordo com Hummel, Schlick e Fifka (2017), os profissionais de contabilidade são mais propensos a divulgar elementos “formais”; como padrão utilizado, nome da empresa e área de responsabilidade, porém são mais comedidos em relatar aspectos relacionados ao exame de materialidade e recomendações. Dessa forma, os autores chegam à conclusão de que os provedores de garantia que não pertencem à profissão contábil estão associados a declarações de garantia mais amplas, podendo ser resultantes de um conhecimento mais especializado em serviços de revisão de informações não-financeiras.

Os relatórios de asseguração externa fornecem evidências tanto dos atributos relacionados as competências do provedor quanto refletem as motivações que levam empresas a assegurar suas divulgações de sustentabilidade. Do ponto de vista das organizações, Hummel, Schlick e Fifka (2017) verificaram que a maioria das empresas da amostra optam pela asseguração parcial de seus relatórios, bem como pelo nível de garantia limitada. Zorio, García-Benau e Sierra (2013) destacam que o tamanho da empresa cliente é considerada significativa para alcançar maior qualidade no relatório de garantia, desde que empresas maiores possuem mais recursos para se engajarem em processos de garantia mais intensivos. Nesse aspecto, a influência das empresas é mais prevalente durante as negociações com o provedor de garantia

sobre os termos do contrato de garantia. Assim, a profundidade do processo de garantia é determinada principalmente em função das motivações pelas quais as empresas buscam assegurar externamente seus RS, incluindo considerações acerca do custo-benefício (Hummel, Schlick & Fifka, 2017).

Por outro lado, a amplitude da declaração de garantia é determinada principalmente pelos atributos dos provedores de garantia, uma vez que, elaborar e reportar essas declarações é de competência dos profissionais em questão. A respeito disso, Martínez-Ferrero, García-Sánchez e Ruiz-Barbadillo (2018) apresentam evidências de que trabalhos de asseguarção de maior qualidade estão relacionadas as duas competências do provedor de garantia: especialização e experiência. Entretanto, Boiral, Heras-Saizarbitoria e Brotherton (2019) observaram que os discursos dos provedores de garantia parecem moldado por uma retórica otimista e cautelosa, na qual os problemas e fraquezas dos RS raramente são direta e explicitamente abordados. Segundo os autores, a retórica atual dos relatórios de asseguarção externa pode ser explicada por pressões das empresas relatoras, que tendem a usar a asseguarção externa como uma ferramenta para melhorar sua legitimidade social.

Em uma perspectiva crítica, Boiral, Heras-Saizarbitoria e Brotherton (2019) defendem que essas declarações tendem a se assemelhar com um mito racional, ou seja, uma prática formal superficialmente conectada com questões reais e adotada de forma simbólica para melhorar a imagem legítima e racional da organização. Nos trabalhos de asseguarção externa prestados por firmas de contabilidade, esse mito racional tende a camuflar, por meio da retórica contábil tranquilizadora, a falta de transparência e confiabilidade dos RS. Os autores, ainda, reforçam que, seja qual for a aparência rigorosa proporcionada pela “marca” das grandes firmas de contabilidade, os princípios contábeis subjacentes ao processo de garantia parecem mal adaptados à natureza qualitativa, complexa e multifacetada das informações contidas nos RS.

Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020), baseados em uma análise de 337 RS assegurados de forma externa dos setores de mineração e energia, constataram que as declarações de garantia não demonstram um processo de verificação material, substancial e confiável. Por esse motivo, a asseguarção externa das informações de sustentabilidade é descrita como uma prática hiper-real amplamente divorciada de questões críticas de sustentabilidade e das preocupações das partes interessadas, baseada na retórica contábil autorreferencial e procedimental, sustentada por padrões de garantia desconectados dos requisitos específicos de RS.

García-Sánchez et al. (2022), na perspectiva da teoria dos *stakeholders*, apontaram que a contratação de serviços de asseguarção externa pode levar a melhorias na reputação corporativa e no engajamento dos *stakeholders*. Os autores encontraram evidências empíricas

que confirmam que a asseguração externa de informações não financeiras aumenta a confiança que diferentes usuários depositam nesta informação, favorecendo o diálogo com *stakeholders* e a inclusão de empresas em *rankings* de empresas conceituadas. Especificamente, os resultados sugeriram que os serviços de asseguração externa de maior qualidade criam uma vantagem competitiva capaz de influenciar positivamente a reputação das empresas. Já os atributos do provedor de garantia não têm efeito direto e indireto na reputação corporativa, a menos que o provedor seja um auditor, o que favorece uma maior qualidade de serviço de asseguração e afeta indiretamente a probabilidade de a empresa ser incluída em um *ranking* de reputação.

## 2.2. TEORIA DA LEGITIMIDADE

A Teoria da Legitimidade as organizações operam “[...] em sociedade por meio de um contrato social, comprometendo-se a realizar várias ações socialmente desejadas em troca de aprovação dos seus objetivos, de outras recompensas e de sua sobrevivência” (Guthrie & Parker, 1989, p.344). A legitimidade ocorre quando os valores de uma organização e o sistema social mais amplo no qual ela opera são congruentes (Lindblom, 1994; Suchman, 1995). Onde houver disparidade, ou seja, a incongruência de valores, a legitimidade de uma organização pode ser questionada (Lindblom, 1994).

Os fundamentos da Teoria da Legitimidade são decorrentes dos pressupostos da economia política que reconhece os conflitos de poder existentes na sociedade e os vários conflitos que ocorrem entre vários grupos na sociedade (Deegan, 2002). A economia política busca compreender a interação do poder, dos objetivos dos detentores do poder e do sistema de troca produtiva; analisando em primeiro lugar, as trocas em qualquer quadro institucional em que ocorrem e, em segundo lugar, as relações entre as instituições sociais, como governo, leis e direitos de propriedade, cada uma fortalecida pelo poder e pela economia, ou seja, o sistema de produção e troca de bens e serviços (Zald, 1970; Jackson, 1982).

Gray, Kouhy e Lavers (1995) explicam que a questão central da economia política é que o domínio econômico não pode ser estudado isoladamente do quadro político, social e institucional em que o econômico ocorre. Nesse aspecto, as organizações são uma construção social, sujeitas a um contrato social implícito que estabelece que as organizações só podem operar se forem percebidas como legítimas pela sociedade (Deegan, 2007). Em outras palavras, as organizações são parte do sistema social e existem porque a sociedade tem o “poder” de lhes conferir um estado de legitimidade (Eugénio, 2010).

As organizações como participantes da sociedade não detêm o direito inerente aos recursos, pois ilegitimidade de suas operações restringe seu acesso aos recursos (Dowling & Pfeffer, 1975; Deegan, 2002). Nesse aspecto, Deegan (2002) afirma que quando a sociedade não se convence de que a organização está operando em um nível aceitável, ou legítimo, pode revogar o “contrato” da organização para continuar com suas operações. Conforme Machado e Ott (2015), a sociedade revoga o “contrato” quando, por exemplo, os consumidores restringem a demanda pelos produtos da empresa, fornecedores suprimem a oferta de componentes, retirada ou redução de capital de trabalho e recursos financeiros para o negócio, ou o *lobby* exercido sobre o governo para regulamentar ações que não estejam em conformidade com as expectativas da sociedade.

Logo, adquirir e manter a legitimidade torna-se uma questão crítica para as organizações (Elsbach & Sutton, 1992), posto que a legitimidade não possui um ponto de estagnação, pois a interação entre as organizações e a sociedade - que levam em conta a evolução da sociedade (decorrente de mudanças de valores sociais) e/ou eventos de legitimidade caracterizados por externalidades negativas (por exemplo, poluição do ambiente, desastres ambientais, escândalos de corrupção, multa por não conformidade) - afeta a percepção do público sobre o que é desejável, adequado ou apropriado dentro de um conjunto de valores socialmente construído (Hybels, 1995; Suchman, 1995). De forma a manter-se legítima perante a sociedade, a organização subsiste em criar legitimidade para seus produtos e métodos aplicados em suas operações (Perrow, 1981).

Suchman (1995), considerando que a legitimidade, como conceito, é um construto complexo, identificou duas principais abordagens para o estudo do gerenciamento da legitimidade, com importantes implicações para aplicação da teoria da legitimidade: a abordagem estratégica e abordagem institucional da legitimidade.

A abordagem estratégica enfatiza a forma pela qual as organizações buscam legitimar seu comportamento, gerenciando ou manipulando as percepções da sociedade sobre suas operações, para que sejam congruentes com as normas de comportamento aceitável. Sob essa abordagem a legitimidade é vista como um recurso organizacional altamente controlado pela administração (Pfeffer, 1972; 1981; Dowling & Pfeffer, 1975; Ashforth & Gibbs, 1990; Lindblom, 1994). Nessa visão, as organizações tendem a gerenciar sua legitimidade de forma simbólica, utilizando, principalmente, estratégias baseadas na comunicação para influenciar a percepção da sociedade (Suchman, 1995). No que diz respeito a percepção da sociedade, é importante ressaltar que a legitimidade pode ser tanto factual quanto perceptiva. A legitimidade factual é visível para sociedade, seja por sua própria observação ou por ampla divulgação na

mídia. Entretanto, muitas vezes a sociedade não é capaz de discernir com facilidade o real desempenho da organização, explicando, assim a importância das percepções (Alrazi, De Villiers & Van Staden, 2015)

Por outro, a abordagem institucional sobre a legitimidade é mais abrangente e ressalta a maneira pela qual os valores ou normas da sociedade afetam as organizações. Dessa forma, os construtos culturais determinam como a organização é construída, administrada, compreendida e avaliada (Suchman, 1995), e reconhece, também, o papel interativo da organização na mudança da sociedade (Hybels, 1995). Sob esse entendimento, as organizações são mais propensas a adotar técnicas de legitimação substantivas que promovam mudanças reais, seja em conjunto ou como uma alternativa às técnicas baseadas somente na comunicação (Suchman, 1995). Nessa visão, as normas e regras consolidadas na sociedade criam padrões que regulam o comportamento organizacional no ambiente social (Fonseca & Machado-da-Silva, 2002).

Considerando que a legitimidade, como teoria, é descritiva e tem um papel explicativo no estudo do comportamento da gestão (Gray, Owen & Adams, 1996), o presente trabalho compreende que a aplicação da Teoria da Legitimidade aos estudos organizacionais enfoca o papel das organizações na sociedade, observando o uso de técnicas de legitimação pelas organizações para fins de gerenciamento da legitimidade organizacional. Destaca-se que o conceito abstrato de sociedade fornecido pela Teoria da Legitimidade (Hummel & Schlick, 2016) é delineado nesta pesquisa pela definição de Freeman (1984) de que os *stakeholders* ou partes interessadas são grupos que podem afetar ou são afetados pelo cumprimento do objetivo das organizações.

Assim, leva-se em conta a importância dos desdobramentos acerca dos conceitos de legitimidade organizacional e técnicas de legitimação.

### **2.2.1 Legitimidade Organizacional**

A legitimidade organizacional é uma construção complexa, configurada como uma importante definição para o desenvolvimento da Teoria da Legitimidade. Inicialmente, as definições para legitimidade organizacional basearam-se em conceitos da psicologia e da sociologia e foram alicerçadas e fundamentadas na teoria social e enquadradas nos termos de valor organizacional, com o foco na forma como esses valores são demonstrados por meio de ações das organizações e os efeitos dessas ações sobre os valores sociais (Clark, 1956; Parsons, 1956; Levine & White, 1961). Clark (1956) definiu valores sociais como as percepções do público sobre o que é considerado desejável: noções do que deve ser alcançado e como alcançar.

A necessidade de legitimidade surge porque as organizações operam na sociedade por meio de um contrato social, uma vez que, como parte integrante de uma sociedade, sua existência, continuidade e crescimento, também, depende do apoio contínuo da sociedade (Shocker & Sethi, 1973). Dowling e Pfeffer (1975) explicam que a legitimidade organizacional estabelece que a continuidade das empresas depende do alinhamento entre os valores da organização (implícitos em suas ações e comunicações) e os valores de um sistema social mais amplo. Meyer e Rowan (1977, p.352) concebem a legitimidade como elemento central para existência das empresas, no qual as “[...] organizações que incorporam elementos racionalizados socialmente legitimados em suas estruturas formais maximizam sua legitimidade e aumentam seus recursos e capacidades de sobrevivência”.

Expectativas da sociedade pressupõem que as organizações devem alcançar vários objetivos sociais de uma maneira socialmente aceitável (Shocker & Sethi, 1973; Ashforth & Gibbs, 1990; Woodward, Edwards & Birkin, 1996), as quais podem ser explícitas (formais e na forma de leis e regulamentos) e/ou implícitas (informais, hipotéticas e baseadas em justificativas morais) (Mathews, 1983; Gray, Owen & Adams, 1996). Por consequência, a continuidade das organizações não depende apenas de que operem dentro das restrições legais (legitimidade de uma perspectiva legal) e garantam recursos adequados no mercado (legitimidade de uma perspectiva de mercado), mas também de seu comportamento responsável e consistente com as normas e valores morais vigentes da sociedade em que operam (Dowling & Pfeffer, 1975; Power, 1991; Lindblom, 1994). Assim, “[...] a sobrevivência empresarial não depende apenas da eficiência e lucros, mas também da aceitação social dos produtos e dos métodos operacionais utilizados em sua fabricação” (Machado & Ott, 2015, p.139).

Lindblom (1994, p. 2) define legitimidade como “[...] uma condição ou status que existe quando o sistema de valores de uma entidade é congruente com o sistema de valores de um sistema social mais amplo do qual a entidade faz parte”. De forma mais ampla, Suchman (1995, p. 574) considera legitimidade como a “[...] percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejadas, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente constituído por normas, valores, crenças e definições”. O autor afirma que a legitimidade é socialmente construída, criada por meio de um processo de troca e depende, portanto, da interação entre organização e sociedade. Dessa forma, Suchman (1995) relaciona a natureza interativa da legitimidade organizacional e o gerenciamento estratégico da legitimidade em uma estrutura que operacionaliza as ideias de conquista, manutenção e reparação da legitimidade.



Além de apresentar as configurações de legitimidade (ganhar, manter e reparar), Suchman (1995) identifica três tipos de legitimidade a serem gerenciadas pela organização: pragmática, moral e cognitiva. A legitimidade pragmática no nível mais simples consiste numa espécie de troca de apoio para uma política organizacional com base no valor esperado da política de determinado conjunto de componentes. Enquanto a legitimidade moral remete a uma lógica pró-social que está fundamentada na ideia de que uma organização precisa de aprovação normativa para que possa continuar a operar. Essa categoria de legitimidade se baseia em julgamentos da sociedade, ou seja, no que ela percebe como certo ou moral na promoção do bem-estar da sociedade como um todo; ao invés de priorizar interesses de determinado público relevante da organização. Já a legitimidade cognitiva pode envolver tanto apoio afirmativo para uma organização quanto uma simples aceitação da organização como necessária ou inevitável, fundamentados em alguns conceitos culturais. Apesar de reconhecer importância da distinção entre as categorias de legitimidade sugerida por Suchman (1995), esse trabalho de tese não explora empiricamente tal classificação.

A necessidade de as empresas buscarem legitimidade se distingue em se obter apoio ativo ou serem participantes passivos da sociedade, pois em determinados momentos elas precisarão agir proativamente para ganhar legitimidade, ou reativamente para manter ou reparar sua legitimidade (Suchman, 1995). Assim, dependendo de qual estratégia é abordada pelas organizações, ela não é, necessariamente, proativa – desde que a proatividade exige a constância de atitudes substanciais (por exemplo Alrazi, De Villiers & Van Staden, 2015) – mas, simplesmente, faz o que é necessário para manter sua legitimidade.

### **2.2.2 Técnicas de legitimação**

A legitimidade ocorre sempre que as ações de uma organização e seus resultados, objetivos e métodos de operação estão em congruência com as expectativas da sociedade (Alrazi, De Villiers & Van Staden, 2015). Lacunas de legitimidade são resultado da incongruência entre os valores organizacionais e valores de um sistema social mais amplo que ameaçam a imagem ou reputação corporativa por meio de sanções legais, econômicas ou sociais; como processos judiciais, boicotes a produtos por clientes, retirada de investimentos por acionistas, dificuldades em obter empréstimos de bancos, aumento das atividades de *lobby* por impostos mais altos ou maior regulamentação e dificuldade na contratação de mão de obra qualificada (Dowling & Pfeffer, 1975; Lindblom, 1994; Deegan, 2002). Logo, o uso de técnicas de legitimação surge em atenção à busca de legitimidade resultante de fatores sociais, políticos e econômicos (Soobaroyen & Mahadeo, 2016).

Uma lacuna de legitimidade decorre de mudanças no desempenho organizacional, mudanças nas expectativas da sociedade ou uma combinação de ambas (Sethi, 1979; Deegan, 2002). Além disso, as lacunas de legitimidade podem resultar de ameaças ou alguma dificuldade específica que ocorre no ambiente de legitimação da organização, denominado como evento de legitimidade (Patten, 1992) – por exemplo, evento ambiental (rompimento de barragem de mineração) e evento social (discriminação racial caracterizada por agressões verbais ou físicas). Isso em razão de que a sociedade se modifica e passa incorporar novas e múltiplas estruturas, afetando a percepção do público sobre a legitimidade. Dando importância a mudanças de valores e legitimidade, as organizações poderão adotar técnicas de legitimação para garantir que lacunas de legitimidade sejam reduzidas, com a finalidade de manter a continuidade de suas operações e acesso contínuo a recursos (Hybels, 1995).

Em suma, técnicas de legitimação abrange diversos tipos de comportamentos e ferramentas utilizados pelas organizações para fins de gerenciamento da legitimidade organizacional. Perrow (1970), Dowling e Pfeffer (1975) e Pfeffer (1981) incorporaram e expandiram os conceitos de legitimidade organizacional e técnicas de legitimação, o que foi essencial para ampliar os estudos sobre ótica da Teoria da Legitimidade.

Perrow (1970) argumenta que as organizações utilizam inúmeras técnicas de legitimação para adaptar seus objetivos e resultados às expectativas da sociedade, tal como recorrer as práticas de comunicações corporativas para gerenciar sua legitimidade, associando-se a símbolos e valores considerados legítimos pela sociedade. Nessa lógica, Dowling e Pfeffer (1975) identificam diversas técnicas de legitimação que podem ser utilizadas pelas organizações quando confrontadas com ameaças ou eventos de legitimidade; como práticas de comunicação, mudanças nos objetivos e na estrutura e/ou política e demais práticas específicas que buscam caracterizar a organização com estruturas e símbolos legítimos.

Lindblom (1994) argumenta que a legitimidade é uma condição ou status, enquanto a legitimação é o processo subjacente a esse estado que permite a utilização de diferentes estratégias. Suchman (1995) explica que, primeiramente, a organização examina sua configuração de legitimidade, que é determinada pela relação entre os valores da organização e os valores da sociedade, influenciados por diversos fatores sociais, políticos e econômicos enfrentados pela organização. Para posteriormente, na hipótese de uma lacuna de legitimidade surgir, impulsionada por diversos fatores ou ameaças de crises específicas, afetar seu status de legitimidade, a organização tem de avaliar se deve agir e, em caso afirmativo, decidir sobre qual melhor estratégia empregar. O autor também afirma que este processo de legitimação, isto é, de realinhamento de valores, é contínuo. Nesse sentido, as organizações agem em prol da

legitimação de suas operações e, a depender do cenário de legitimidade enfrentado, necessitam ganhar, manter ou reparar sua legitimidade – gerenciar a legitimidade organizacional.

De acordo Suchman (1995), primeiramente, as organizações necessitam obter a legitimidade (ganho) e depois manter o status de legítima (manutenção), mas se não forem hábeis em refletir as mudanças nas expectativas da sociedade deverão agir para reparar a legitimidade (reparação). O autor explica que as organizações que buscam obter legitimidade, quando, por exemplo, se inserem em uma nova atividade no mercado, enfrentam o desafio de serem aceitas em seu contexto social. No que se refere ao objetivo de manter a legitimidade, as organizações precisam considerar três aspectos críticos: a heterogeneidade dos públicos, a estabilidade traz consigo uma certa rigidez e a institucionalização causa a sua respectiva oposição. O objetivo de recuperar a legitimidade se assemelha ao ganho de legitimidade, porém consiste em um reflexo reativo a uma crise não prevista. Dessa, é possível que as mesmas estratégias utilizadas para o ganho de legitimidade sejam utilizadas para a sua reparação, contanto que a organização ainda desfrute de alguma credibilidade com públicos relevantes.

Wills (2017) explana que à medida que a lacuna de legitimidade é reduzida ao um nível irrelevante ou removida por meio de uso de técnicas de legitimação um estado de legitimidade desejado é alcançado. Nesse ponto, alcança-se uma nova configuração de legitimidade e a partir desse momento a organização busca manter esse status. A manutenção da legitimidade também é significativa, já que as expectativas e valores das organizações devem mudar em conjunto com as expectativas e valores da sociedade. Além disso, organização também busca obter legitimidade em momentos específicos, por exemplo quando uma nova organização é criada ou uma organização existente passa exercer novas atividades. Nesse cenário, a organização precisará estabelecer seu direito legítimo de operar utilizando técnicas de legitimação apropriadas para obter legitimidade.

Segundo a literatura as técnicas ou estratégias de legitimação podem ser classificadas em substantivas, simbólicas ou mistas (substantiva e simbólica) (Dowling & Pfeffer, 1975; Pfeffer, 1981; Richardson, 1985; Ashforth & Gibbs, 1990; Deegan, 2006). A legitimação substantiva compreende uma transformação estrutural da ação da organização em conformidade com os valores sociais (Richardson, 1985) e, portanto, há uma mudança real nos objetivos, estruturas e processos de uma organização (Dowling & Pfeffer, 1975; Ashforth & Gibbs, 1990; Deegan, 2006). Em contrapartida, a legitimação simbólica configura uma transformação figurativa da identidade ou significado dos atos da organização para se adequar aos valores sociais (Richardson, 1985), ou seja, não há mudança real no desempenho da

organização, mas sim a tentativa de retratar símbolos para parecer consistente com os valores sociais predominantes (Ashforth & Gibbs, 1990; Deegan, 2006).

Em busca de legitimação, Lindblom (1994) afirma que as empresas podem adotar as estratégias de divulgações das práticas corporativas de diversas formas. A autora exemplifica que a organização pode procurar educar e informar seus públicos relevantes sobre as mudanças (reais) no desempenho e nas atividades da organização - essa estratégia é geralmente adotada em resposta ao reconhecimento de que a lacuna de legitimidade surgiu de uma falha real de desempenho da organização. Como também, a organização pode buscar mudar as percepções dos públicos relevantes sem mudar seu comportamento real – essa estratégia pode ser adotada como uma resposta a lacuna de legitimidade decorrente de distorções nas percepções dos públicos relevantes. Da mesma forma, a organização pode tentar manipular essa percepção, desviando a atenção do público de aspectos críticos da organização para outras questões associadas a símbolos emotivos, por exemplo empresas potencialmente poluidoras que enfrentam lacunas de legitimidade em relação a poluição podem optar em ignorar esse fato e preferir relatar aspectos mais positivos do seu envolvimento com instituições de caridade ambientais. Além disso, as organizações podem buscar alterar as expectativas externas de seu desempenho, quando estas consideram que os públicos relevantes têm expectativas que não condiz com suas responsabilidades.

É importante ressaltar que, independentemente de como sejam qualificadas as técnicas de legitimação utilizadas pelas organizações, para que as estratégias empregadas sejam eficazes, a comunicação entre as organizações e sociedade torna-se fundamental (De Villiers & Van Staden, 2006; Alrazi, De Villiers & Van Staden, 2015). Uma das formas utilizadas pelas empresas para essa finalidade é a divulgação corporativa. Deegan (2002, p. 292) reconhece que “políticas de divulgação corporativa são consideradas como um importante meio pelo qual a administração pode influenciar as percepções externas sobre a sua organização.”

Pérez (2015) explica que a reputação corporativa deriva principalmente de dois componentes distintos: um comportamental e um informativo. Segundo Unerman (2008), o maior peso é coberto pelo componente informacional e, nesse aspecto, a divulgação não financeira voluntária, aquela que excede o imposto por obrigações regulatórias, representa um importante meio de tentar influenciar as percepções dos *stakeholders* sobre a empresa. Ao longo dos anos, as empresas optaram por divulgar essas informações em relatórios independentes, como relatórios ambientais, relatórios de sustentabilidade ou responsabilidade social corporativa (RSC) e relatórios integrados. Esses documentos visam atender às necessidades de informação não apenas dos investidores, mas também de outras categorias de

*stakeholders*, como fornecedores, clientes, funcionários, governos e comunidade local (Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2018; García-Sánchez et al., 2022).

### **2.2.3 Fundamentos da Teoria da Legitimidade e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade**

#### 2.2.3.1 Responsabilidade Social Corporativa e as divulgações de sustentabilidade

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) compreende ações e políticas específicas realizadas no âmbito organizacional, especialmente as de discricionariedade, que levam em consideração as expectativas do público e o desempenho econômico, social e ambiental das corporações (Carrol, 1979; Aguinis, 2011).

Gray, Kouhy e Lavers (1995) afirmam que a RSC se baseia nos fundamentos da economia política, e, portanto o reconhecimento de que o econômico (representado pelo financeiro) é apenas um elemento da existência organizacional e precisa ser (no mínimo) complementado ou (preferencialmente) entrelaçado com o reconhecimento do social e político. Desse modo, as divulgações baseadas na RSC legitimam as práticas empresarias perante a sociedade, pois o reconhecimento de que uma organização esteja em conformidade com os valores de um sistema social mais amplo se dá pela maneira pela qual o público avalia se ela é merecedora de confiança (King & Whetten, 2008).

A demonstração de responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável tornou-se relevante para muitas organizações que estão expostas a pressões crescentes de várias partes interessadas, exigindo maior capacidade de resposta e transparência nesta área (Boiral & Gendron, 2011). Zorio, García-Benau e Sierra (2013) explicam que os relatórios de RSC, dirigidos a um amplo leque de usuários, são ferramentas que as empresas utilizam para mostrar sua contribuição para uma sociedade cada vez mais atenta às questões sociais e ao desenvolvimento sustentável.

O engajamento das partes interessadas é um processo que cria um contexto dinâmico de interação, respeito mútuo, diálogo e mudança (Andriof, Waddock, Husted & Rahman, 2002). Nesse processo, as empresas buscam envolver as partes interessadas nos processos de tomada de decisão, compartilhando informações, abrindo o diálogo e criando um modelo recíproco de responsabilidade (Svendsen, 1998).

Clarkson (1995) distingue as partes interessadas em primárias e secundárias, com as partes interessadas primárias (incluindo acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, governo e comunidades) percebidas como as mais críticas para a sobrevivência do negócio. De acordo com Henriques e Sadosky (1999) as partes interessadas também podem ser

classificadas em partes interessadas reguladoras, partes interessadas organizacionais, partes interessadas da comunidade e mídia. Os grupos de partes interessadas, além de representarem diferentes graus de impacto nos negócios e vice-versa, se diferenciam em termos de conteúdo e formato dos relatórios que tratam de suas preocupações (Freedman & Stagliano, 2008) e dos critérios que eles usam para avaliar a adequação do comportamento corporativo (Bebbington, Larrinaga & Moneva, 2008).

Braam et al. (2016) explicam que o aumento da consciência pública sobre a participação das corporações nas mudanças ambientais atraiu a atenção de uma série de partes interessadas. Os autores ressaltam que muitas empresas podem ser reputadas com a responsabilidade ambiental corporativa defasadas por agravar os problemas ambientais, como mudanças climáticas, esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos. A título de exemplo, no Brasil, a Samarco e suas controladoras Vale e BHP pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana e Brumadinho, ambas no estado de Minas Gerais, que resultou na poluição de rios e mares, afetando a qualidade da água para vida aquática e humana, além de afetar significativamente a comunidade ao entorno com a perda de vidas, moradia e trabalho (Agência Brasil, 2021).

Os relatórios de RSC evoluíram para uma resposta integrada em que as empresas voluntariamente se comprometem a fornecer informações sobre suas operações de uma maneira que melhor atenda às preocupações da sociedade (Sethi, Martell & Demir, 2017). Investidores e outras partes interessadas estão exortando cada vez mais as empresas se tornarem responsáveis pelos impactos de suas decisões e atividades no ambiente e na sociedade e as pressionam, assim, a aceitar maior responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável (Braam & Peeters, 2018). Nesse sentido, a divulgação das práticas organizacionais ao público surge em resposta a crise de responsabilidade, bem como se configura em uma importante base para que a sociedade avalie os valores da empresa (Zhang & Chen, 2019).

Os relatórios de sustentabilidade (RS) podem ser definidos como “a prática de medir, divulgar e prestar contas às partes interessadas internas e externas pelo desempenho organizacional em direção à meta de desenvolvimento sustentável” (GRI 2006, p. 3); como também objetiva relatar informações acerca das ações organizacionais que criam impactos sociais, ambientais e econômicos, também denominado de desempenho de sustentabilidade (Accountability, 2008). A divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade envolve as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) de um negócio que minimizam os impactos resultantes das operações empresariais no ambiente (Channuntapipat et al., 2019).

A divulgação de informações de sustentabilidade tornou-se um meio comum de comunicação do compromisso corporativo em relação ao desempenho de sustentabilidade (Perego & Kolk, 2012; Cho, Michelon, Patten & Roberts, 2014). A adoção dessa prática, principalmente por grandes empresas, é uma resposta às pressões institucionais para a sustentabilidade corporativa, justificada pela busca de legitimidade organizacional (Cho & Patten, 2007; Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; O’Dwyer, Owen & Unerman, 2011). Para isso, levando em conta o pressuposto central da Teoria da Legitimidade, as empresas precisam pelo menos aparentar que operam dentro das “regras” estabelecidas pela sociedade, ou seja, dentro dos limites do contrato social (O’Dwyer, Owen & Unerman, 2011; Cohen & Simnett, 2015).

Embora as divulgações de sustentabilidade configurem uma importante base para que o público avalie o real desempenho de sustentabilidade das organizações, esses relatórios têm sido amplamente criticados por não fornecer informações significativas. Gray (2006, p. 803), por exemplo, argumenta que a grande maioria das práticas envolvendo divulgações acerca da sustentabilidade é “[...] voluntária, parcial e, principalmente, bastante trivial, e com esses dados, nenhum leitor poderia fazer qualquer tipo de estimativa fiável do desempenho de social ou ambiental da organização”.

Demais estudos destacaram importantes críticas a esses relatórios: a ausência de informações equilibradas (divulgação de todos os assuntos relevantes, bons e ruins) e materiais (assuntos relevantes) (Adams & Evans, 2004), a falta de confiabilidade (conteúdo que pode ser verificado, ou seja, suportado por evidências) e transparência (Unerman, Bebbington & O’Dwyer, 2007; Cho et al., 2015), a captura gerencial de informações e a falta de engajamento das partes interessadas no processo de relato (Ball, Owen & Gray, 2000; Owen et al., 2000; Smith, Haniffa & Fairbrass, 2011).

Outros estudos relatam a natureza tendenciosa e otimista dos RS (retórica bem-sucedida e sem substância), utilizados muitas vezes como ferramentas de *marketing* destinada a influenciar positivamente as percepções das partes interessadas, em vez de fornecer uma comunicação credível do desempenho de sustentabilidade da empresa relatora (Perego, 2009; Cho, Michelon & Patten, 2012; Boiral, 2016). Nesse ponto, alguns estudos argumentaram que os RS são um exercício de hipocrisia corporativa, usados para criar uma fachada a respeito das ações organizacionais, limitando a capacidade desses relatórios de promover mudanças reais (Cho et al., 2015; Maroun, 2018). De outra forma, esses relatórios podem ser caracterizados como “*greenwashing*” quando as medidas de desempenho comunicadas não forem apoiadas

por contribuições reais para a sustentabilidade (Gray, Owen & Adams, 1996; Papoutsis & Sodhi, 2020).

Caracterizada a falta de credibilidade das divulgações de sustentabilidade, o processo de relato deixa de ser suficiente para aumentar a confiança do público na sustentabilidade corporativa (Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020). Acerca dessa circunstância, conhecida como lacuna de credibilidade, Odriozola e Baraibar-Diez (2017) explicam que as informações relatadas pelas empresas não são acreditáveis ou confiáveis em consequência da diferença entre o que é relatado e o que parece ser verdade na percepção dos usuários da informação.

Para abordar a lacuna de credibilidade e recuperar a confiança perdida, as empresas podem adotar voluntariamente a estratégia de verificar de forma externa e independente suas informações de sustentabilidade (Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017a; Michelon, Patten & Romi, 2019; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020). Ademais, devido à complexidade e a diversidade das questões abordadas nos RS, a auto verificação dessas informações pela sociedade é impraticável (Boiral & Henri, 2017).

A capacidade da divulgação não financeira de influenciar as percepções dos *stakeholders* e, conseqüentemente, a reputação corporativa, está estritamente ligada à credibilidade da própria informação (Pflugrath, Roebuck & Simnett, 2011). A asseguração externa das divulgações de sustentabilidade tem o potencial de promover relatórios confiáveis que levam a divulgações de melhor qualidade, das seguintes maneiras: melhoria de sistemas subjacentes (por exemplo, sistemas de informação) e processos (por exemplo, avaliação de materialidade), instrução das empresas relatoras a fornecerem informações suportadas por evidências, além de tornar o processo de elaboração mais rigoroso (Farooq & De Villiers, 2019b).

#### 2.2.3.2 Asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação

No contexto das divulgações de sustentabilidade, de forma ampla a “*Sustainability Assurance*” refere-se a serviços de garantia ou verificação externa de informações relacionadas ao desempenho de sustentabilidade divulgadas em relatórios corporativos (Manetti & Becatti, 2009) e seus principais objetivos consistem em: confirmar a veracidade da informação; assegurar que os recursos estão sendo empregados de forma eficaz; relatar o desempenho da organização no contexto da sustentabilidade; abordar aspectos que reflitam os impactos ambientais, sociais e econômicos significativos da organização e permitir que público avalie o desempenho organizacional, respondendo às expectativas e interesses dos usuários (GRI,



2013). Portanto, a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade corresponde ao exame, avaliação e relato sobre confiabilidade e a integridade das informações acerca do desempenho de sustentabilidade de uma organização (O'Dwyer, 2011).

Farooq e De Villiers (2017) definem a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como um compromisso no qual um provedor de garantia terceirizado é contratado para assegurar as informações de sustentabilidade. Desse modo, a natureza tripartida dos compromissos de asseguração externa envolve (i) uma parte responsável, (ii) um provedor de garantia (especialista independente) e (iii) os usuários pretendidos. A parte responsável configura a organização relatora (mais especificamente, o conselho de administração), e os usuários previstos correspondem aos leitores do RS.

Em suma, um provedor de garantia independente é contratado para avaliar o RS, elaborado pelo conselho de administração, com a finalidade de emitir uma opinião para os usuários do relatório (por exemplo, comunidade local, governo, mídia, organizações não governamentais, fornecedores, credores, investidores, ou seja, a sociedade em geral) sobre a adequação das informações relatadas aos critérios de padrão de divulgação acordado, como os padrões de sustentabilidade Global Reporting Initiative – GRI ou/e Relato Integrado (Farooq & De Villiers, 2018).

As expectativas positivas a respeito da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade sugerem que este processo possui o potencial de reduzir a assimetria de informação e os custos de agência (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010) e influenciar positivamente as percepções dos usuários sobre a credibilidade da divulgação corporativa (Dando & Swift, 2003; Hodge, Subramaniam & Stewart, 2009; O'Dwyer, Owen & Unerman, 2011). Além disso, asseguração externa pode auxiliar as empresas a controlar a gestão de riscos de suas operações, bem como melhorar suas políticas e sistemas de controle interno para, então, aperfeiçoar os processos de elaboração dos RS (Jones & Solomon, 2010; Gillet, 2012; Casey & Grenier, 2015).

Entretanto, devido evidências do poder da empresa relatora de influenciar o processo de elaboração dos RS, existe a preocupação de que a asseguração externa possa agregar credibilidade à relatórios que não refletem o real desempenho das organizações e não as responsabilizam por seus impactos ambientais e sociais (Gray, 2000, 2001; Owen, et al., 2000). A esse respeito, a captura gerencial ou *managerial capture* dos RS se dá pelo controle total por parte da gestão de todo o processo “[...] coletando e disseminando estrategicamente apenas as informações que considerar adequadas para promover a imagem corporativa, em vez de ser

verdadeiramente transparente e responsável perante a sociedade a que serve” (Owen et al., 2000, p. 85).

A natureza voluntária das informações de sustentabilidade e a falta de uma estrutura regulatória e obrigatória promovem um grau substancial de controle da empresa relatora sobre o processo de elaboração dos RS em relação a quais informações são divulgadas e quais critérios são aplicados (Dando & Swift, 2003). Jones e Solomon (2010) argumentam que a gestão é quem define a agenda de sustentabilidade, sendo a responsável pela preparação do relatório (coleta e processa os dados para a divulgação). Por essa razão, é possível que os gerentes se comportem de maneira oportunista, transformando o RS em uma estratégia simbólica em função da melhoria de imagem da empresa e da busca por legitimidade social (Comissão Europeia, 2014). Nesse aspecto, o efeito da captura gerencial sobre os RS pode levar a uma representação não fidedigna da organização (Michelon, Patten & Romi, 2019).

Tendo em conta todos aspectos críticos acerca da elaboração dos RS já mencionados, compreende-se que a qualidade da divulgação pode afetar o trabalho de asseguaração externa, desde que a asseguaração externa é definida como “um trabalho no qual um profissional visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos usuários pretendidos, que não a parte responsável sobre as informações do objeto” (IAASB, 2013, p. 7). Sobre esse aspecto, a qualidade questionável das divulgações de sustentabilidade sugere falta de substância do processo de revisão externa dessas informações (Boiral *et al.*, 2019).

Somado a problemática dos RS, a natureza discricionária e a ausência de regulamentação específica para os trabalhos de asseguaração externa nesse campo comprometem a eficácia desses processos (Boiral & Gendron, 2011; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020). Para Deegan, Cooper & Shelly (2006), a ambiguidade e a grande variabilidade inerentes às práticas de asseguaração externa questionam o valor agregado desses processos. Grande parte desses questionamentos giram em torno das motivações das empresas em adotar essa prática, bem como dos diferentes tipos de provedores de garantia e das suas respectivas abordagens, competências e independência para realizar este tipo de verificação externa (O’Dwyer & Owen, 2005; Martínez-Ferrero; García-Sánchez, 2017b; Hummel, Schlick & Fifka, 2017).

O’Dwyer e Owen (2005), Fonseca (2010) e Braam e Peeters (2018) concordam sobre a capacidade estratégica da administração de controlar quais informações devem ser asseguradas e quais informações não devem ser asseguradas, usando a prática para proteger e gerenciar a percepção dos usuários sobre a confiabilidade das informações de sustentabilidade. Em

consequência, a asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade tende a refletir mais os interesses e objetivos das empresas do que a demanda do público por informações mais transparentes e confiáveis (O'Dwyer & Owen 2005; Smith, Haniffa & Fairbrass, 2011; Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019).

Hickman e Cote (2019) comentam que a falta de padrões obrigatórios para os relatórios e asseguarção externa de sustentabilidade concede as empresas relatoras o domínio para gerenciar esses dois processos. Os referidos autores exemplificam que, diferentemente dos padrões para as demonstrações contábeis, a ausência de princípios permite que a administração defina o escopo dos relatórios, identifique quais indicadores-chave de desempenho são monitorados e relatados, altere estrategicamente os indicadores de desempenho para reforçar a imagem da empresa e determinar qual parte do conteúdo do relatório será verificado.

Boiral et al. (2019) ressaltam que as empresas relatoras controlam os aspectos mais críticos do processo de asseguarção externa, incluindo a escolha do provedor de garantia, o escopo da auditoria e o acesso às informações. Esses autores presumem que auditorias substanciais e abrangentes são mais caras e podem revelar omissões, aquelas que podem ser inconvenientes para empresa revelar, como a falta de transparência sobre riscos ambientais, ausência de informações sobre casos de corrupção, conflitos com as comunidades locais. Portanto, desse ponto vista, a asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade também pode ser uma prática capturada pela organização.

Com relação à captura gerencial dos processos de asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade, outro aspecto importante a ser considerado é a maneira pela qual esse processo pode ser contratado. Isso em razão de que as empresas relatoras podem exercer uma prevalente influência sobre os provedores e, desse modo, comprometer sua capacidade de agir de forma independente (Smith, Haniffa & Fairbrass, 2011; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Boiral & Heras Saizarbitoria, 2019; Hickman & Cote, 2019). Devido aos interesses econômicos e profissionais de inserção neste mercado, os provedores de garantia também podem ser tentados a dar prioridade à satisfação do cliente sobre o ceticismo profissional e a verificação imparcial (Boiral *et al.*, 2019; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

De acordo com a Teoria da Legitimidade, as organizações tendem a adotar práticas adicionais em resposta às expectativas sociais ao invés de requisitos de melhoria do seu desempenho (Kolk & Perego 2010; Martínez-Ferrero & García-Sánchez 2017b; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Hickman & Cote, 2019; Boiral *et al.*, 2019). Em resumo, as empresas empregam a divulgação de sustentabilidade para melhorar a percepção pública de seu desempenho em sustentabilidade (Deegan, 2002). Por exemplo, na arena ambiental, Bansal e

Clelland (2004, p.94) expandem a definição de legitimidade de Suchman (1995) e definem a legitimidade ambiental como “a percepção ou suposição generalizada de que o desempenho ambiental de uma empresa é desejável, adequado ou apropriado”. Desse modo, uma organização garante legitimidade quando seu desempenho ambiental está em conformidade com as expectativas das partes interessadas.

Considerando a literatura que suporta amplas evidências do importante papel do desempenho de sustentabilidade na determinação da divulgação de sustentabilidade de uma empresa (Cho & Patten 2007; Clarkson, Richardson & Vasvari, 2008; Alrazi, De Villiers & Van Staden, 2015; Hummel & Schlick, 2016; Acar & Temiz, 2020); este estudo adota a definição de Bansal e Clelland (2004) em um contexto mais amplo, incluindo os demais aspectos da sustentabilidade: as divulgações de sustentabilidade consistem em uma forma de legitimar as atividades e preservar a continuidade da organização, transmitindo a percepção ou suposição generalizada de que o seu desempenho em sustentabilidade está em conformidade com as expectativas da sociedade.

As empresas, como integrantes de uma sociedade, têm sua existência, continuidade e crescimento, em grande parte, dependente do apoio contínuo da sociedade (Sethi, 1979). Nesse contexto, manter a legitimidade no longo prazo é uma questão crítica para as organizações (Elsbach & Sutton, 1992). Isso porque, a legitimidade é estabelecida de forma temporal e cultural (conjunto de crenças e valores de um sistema social mais amplo) (Sethi, 1979; Deegan, 2002). Portanto, garantir legitimidade torna-se um imenso desafio para as organizações (Alrazi, De Villiers & Van Staden, 2015).

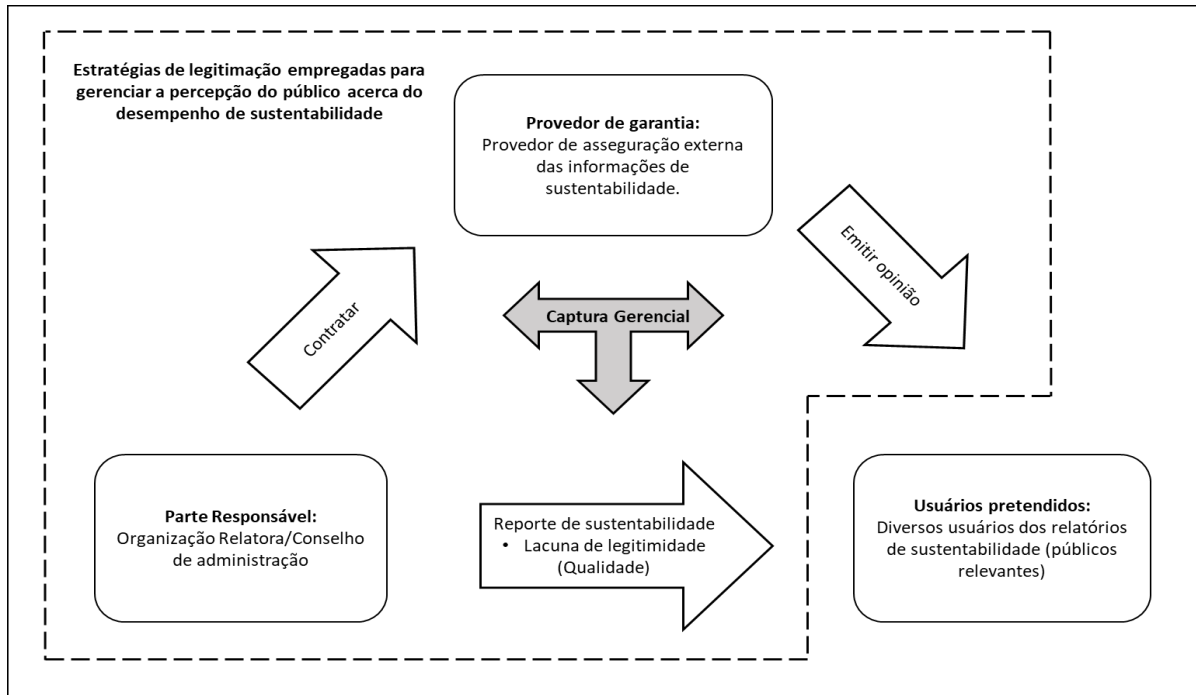
Dentro da conjuntura do gerenciamento da legitimidade organizacional, a crise de credibilidade dos relatos de sustentabilidade se configura em uma lacuna de legitimidade, resultantes da mudança da perspectiva do público acerca do desempenho da organização, que acarretam ameaças a imagem legítima da organização (Dowling & Pfeffer, 1975; Lindblom, 1994; Deegan, 2002; Adams & Evans, 2004). De modo consequente, a assegução externa das informações de sustentabilidade se qualifica como estratégia de legitimação para garantir que essa lacuna de legitimidade seja reduzida (Hybels, 1995; O’Dwyer, Owen & Unerman, 2011; Cohen & Simnett, 2015).

Em outras palavras, as empresas buscam aumentar o grau de confiança de seus relatos de sustentabilidade por meio da opinião de um profissional independente sobre a adequação das informações reportadas e, desse modo, manter ou reforçar sua legitimidade (Pflugrath, Roebuck & Simnett, 2011; Perego & Kolk, 2012; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Rossi & Tarquinio, 2017).

Cohen e Simnett (2015) confirmam que os relatórios de RSC e a respectiva asseguração externa são ferramentas estratégicas que as organizações podem utilizar para influenciar as percepções da sociedade sobre a sua legitimidade (Cohen & Simnett, 2015). Nesse ponto, é importante considerar que os trabalhos de asseguração das divulgações de sustentabilidade, embora realizados superficialmente, são capazes de distorcer a percepção da sociedade sobre a empresa em questão: a legitimidade pode ser percebida, ainda que simbólica (Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

Boiral e Gendron (2011) definiram o status da asseguração das divulgações de sustentabilidade como um “mito racional”. Mitos racionais refletem a adesão superficial e cerimonial para estruturas e crenças aparentemente racionais destinadas a, principalmente, atender pressões externas e reforçar a legitimidade organizacional, no entanto, esses mitos são dissociados de práticas organizacionais (Meyer & Rowan, 1977). Dessa forma, a asseguração externa pode ser vista uma estratégia de legitimação simbólica (Richardson, 1985; Ashforth & Gibbs, 1990), a qual não é necessariamente motivada por melhorias significativas no desempenho de sustentabilidade das organizações (Owen et al. 2000; O’Dwyer & Owen, 2005), mas sim “capturada” pela gestão para “promover a imagem corporativa” (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020) empregada para figurar a consistência dos valores da organização com os valores sociais predominantes (Deegan, 2006).

Para auxiliar a compreensão do objeto desta tese a Figura 2 apresenta o modelo da relação tripartida do processo de asseguração externa das informações de sustentabilidade adaptado a partir de Farooq e De Villiers (2019a).



**Figura 2. Modelo da relação tripartida do processo de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade adaptado a visão estratégica do gerenciamento da legitimidade organizacional**

Fonte: Adaptado a partir de Farooq e De Villiers (2019a).

A Figura 2 fornece um resumo do relacionamento entre (1) uma parte responsável (organização relatora), (2) um provedor de garantia (especialista independente) e (3) os usuários pretendidos (usuários da informação de sustentabilidade). Na visão estratégica do gerenciamento da legitimidade organizacional compreende-se que a captura gerencial inerente às decisões relativas à contratação do provedor de garantia e da definição dos termos de contrato de garantia, que refletem na emissão da opinião do provedor, são utilizadas como estratégias de legitimação para gerenciar a percepção do público acerca do desempenho de sustentabilidade.

#### 2.2.4 Desenvolvimento das hipóteses

Esta seção apresenta o desenvolvimento das hipóteses de pesquisa testadas neste trabalho de tese, as quais representam a conjuntura sobre as relações entre a qualidade das divulgações de sustentabilidade, prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, natureza do provedor de garantia e a qualidade da asseguração externa.

2.2.4.1. Efeito da qualidade das divulgações de sustentabilidade na qualidade da asseguração externa.

O desempenho de uma organização não é perfeitamente visível para as partes externas e os dados relevantes acerca da conduta organizacional, muitas vezes, não podem ser obtidos de outras fontes, a não ser por meio das divulgações corporativas (Frost & Seamer, 2002). Nesse contexto, as divulgações de sustentabilidade podem transmitir o real desempenho de sustentabilidade de uma empresa, desde que as informações relatadas apresentem boa qualidade: classificáveis, quantificáveis e verificáveis (Toms, 2002).

A qualidade dos RS pode ser mensurada por meio da transparência das informações e da conformidade com os princípios básicos de relato, como a materialidade, inclusão de *stakeholders*, integridade, comparabilidade, equilíbrio, precisão e confiabilidade (GRI, 2013). Nesse sentido, Hummel e Schlick (2016) afirmam que somente a divulgação de alta qualidade permite que os usuários externos dos RS avaliem o verdadeiro desempenho de sustentabilidade de uma empresa. Para os autores a divulgação de alta qualidade baseia-se na divulgação de informações de sustentabilidade quantitativas (suportadas por dados numéricos e/ou monetários) e nos critérios de qualidade da divulgação financeira, tais como verificabilidade, confiabilidade, comparabilidade e consistência (Leuz & Wysocki, 2008).

De acordo com a Teoria da Legitimidade, as empresas utilizam a divulgação de sustentabilidade como estratégia de legitimação para influenciar a percepção do público sobre seu desempenho (Deegan, 2002; Sethi, 1978). Nesse aspecto, deve-se considerar que empresas com baixo desempenho em sustentabilidade utilizam divulgações mais extensas como uma ferramenta de gerenciamento de risco para reduzir a pressão pública e prevenir algum tipo intervenção ou sanção. Dessa forma, relatórios “proativos” sobre atividades relacionadas à sustentabilidade auxiliam essas empresas a desviar a atenção e moldar positivamente a percepção da sociedade sobre seu compromisso com os valores sustentáveis, diminuindo, assim, os riscos de legitimidade (Braam et al., 2016).

Braam et al. (2016) estudaram a relação entre o nível e a natureza das práticas de divulgação voluntária de relatórios ambientais, diferentes métricas de desempenho ambiental corporativo e asseguração externa de empresas holandesas durante o período 2009-2011. Os autores verificaram que as empresas divulgam sistematicamente uma imagem incompleta de como suas decisões e atividades afetam o meio ambiente. A respeito disso, Braam et al. (2016) afirmam que a legitimidade desempenha um papel importante nas escolhas das empresas quanto à divulgação ambiental, pois a essas divulgações podem ser empregadas para minimizar a potencial influência negativa do baixo desempenho ambiental na legitimidade e reputação corporativa em vez de indicar seu verdadeiro desempenho.

Hummel e Schlick (2016), ao investigarem a relação entre o desempenho e a divulgação de sustentabilidade de 195 empresas da Europa no ano de 2011, encontraram uma relação negativa entre o desempenho de sustentabilidade e a divulgação de sustentabilidade de baixa qualidade. Dessa forma, os referidos autores, a partir da Teoria de Legitimidade, constataram que empresas com baixo desempenho em sustentabilidade se utilizam da divulgação de sustentabilidade de baixa qualidade para disfarçar seu real desempenho e simultaneamente proteger sua legitimidade. Nesse sentido, os autores sugerem que essas empresas preferem divulgar informações de baixa qualidade - informações opacas, incompletas ou superficiais - para obscurecer seu fraco desempenho em sustentabilidade, ao mesmo tempo em que tentam manter a legitimidade.

Papoutsis e Sodhi (2020) investigaram se os RS refletem o desempenho da sustentabilidade corporativa. O questionamento que se coloca é se esses RS fornecem informações úteis sobre o desempenho real de sustentabilidade das empresas. Os autores afirmam que a relação entre desempenho de sustentabilidade e divulgação de sustentabilidade é significativa, porém permanece ambígua. Em um ponto de vista, as empresas transmitem a suas partes interessadas uma ideia de que seus esforços de sustentabilidade são úteis na indicação de seu desempenho. Por outro lado, as empresas podem utilizar esses relatórios, principalmente, para influenciar as percepções das partes interessadas, sem ter que dedicar muito esforço à sustentabilidade, entregando-se à “lavagem verde” - *greenwashing*.

Raciocínio semelhante se aplica à asseguuração externa das divulgações de sustentabilidade particularmente no que diz respeito ao gerenciamento da percepção do público acerca da confiabilidade e credibilidade das informações divulgadas em seus relatórios (O'Dwyer & Owen, 2005; Fonseca, 2010; Braam & Peeters, 2018). Argumenta-se que a qualidade da divulgação das informações de sustentabilidade pode revelar as reais preocupações que motivam as empresas a adotar a asseguuração externa como estratégia de legitimação. Com base na Teoria da Legitimidade, as empresas que apresentam baixa (alta) qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais (menos) propensas a empregar a asseguuração externa para aumentar a credibilidade de suas práticas e gerenciar sua legitimidade.

O gerenciamento da legitimidade organizacional pode se dar pela contratação de serviços de asseguuração externa de qualidade de menor qualidade. A asseguuração externa realizada de maneira robusta é um meio essencial para aumentar a credibilidade, a confiabilidade e a eficácia das informações de sustentabilidade e, conseqüentemente, a melhoria do desempenho organizacional (AccountAbility, 2008).



Trabalhos de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade de maior qualidade consistem em processos de garantia de maior amplitude e profundidade (Hummel, Schlick & Fifka, 2017) e de escopos que, além da verificação do conteúdo preparados pela gerência, se estendam a confiabilidade e o equilíbrio (ou seja, a divulgação material, seja ela positiva ou negativa) dos relatórios (Farooq & De Villiers, 2019b). No entanto, os serviços de garantia mais intensivos representam custos mais elevados, suportados pela empresa relatora, como também são mais susceptíveis de revelar problemas relacionados ao desempenho da empresa (Hummel, Schlick & Fifka, 2017).

Para Adams e Evans (2004) o escopo do trabalho de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade pode ser definido pela empresa relatora sem que haja a participação das partes interessadas e dos provedores de garantia. Ainda que empresa relatora e provedor de garantia possam concordar sobre o escopo da garantia, de acordo com Park e Brorson (2005), as empresas relatoras, a qualquer momento, podem solicitar alterações no escopo da garantia para limitar o foco dos provedores apenas no conteúdo que desejam ser assegurado.

Farooq e De Villiers (2019b) buscaram compreender as razões para as variações no escopo dos processos de asseguração externa e como esses processos afetam a confiabilidade e o equilíbrio dos RS. Nesse sentido, os referidos autores explicam que a empresa relatora e provedores de garantia buscam promover seus próprios interesses, isto é, de aprimorar a percepção da credibilidade da divulgação (captura gerencial) e desenvolver novos mercados de garantia (captura profissional). Os resultados documentados nesse estudo demonstram que as empresas relatoras são relutantes em divulgar informações materiais que possam afetar negativamente sua imagem corporativa. A respeito disso, os autores afirmam que, na ausência de regulamentação, a asseguração externa se transformou em uma “dança” cuidadosamente coreografada, com o objetivo de verificar a confiabilidade do que os gerentes e conselho da administração se sentem à vontade para colocar em seus RS e do que os provedores de garantia se sentem à vontade para fornecer garantia.

A partir da Teoria da Legitimidade, as empresas, ao solicitarem serviços de asseguração externa de menor qualidade, buscam manter as taxas de garantias mais baixas ao mesmo tempo que se esforçam por mais legitimidade. Além disso, as empresas com baixa qualidade na divulgação de sustentabilidade, muitas vezes, não desejam revelar os pontos críticos de seu desempenho (Hummel, Schlick & Fifka, 2017). Nesse aspecto, a asseguração externa, ainda que de forma superficial, é capaz de conferir uma imagem legítima as organizações desde que

os usuários desses relatórios não compreendem e nem distinguem diferentes formas de garantia (Farooq & De Villiers, 2019b).

Além disso, em 2018, o IAASB publicou um documento com o *feedback* das principais conclusões referente dos desafios que envolvem os processos de garantia de informações não financeiras, incluindo a asseguração externa dos RS. Neste documento, as firmas de contabilidade relataram alguns desafios referentes as formas emergentes de relatórios corporativos, que podem afetar os processos de asseguração externas dessas divulgações. As principais dificuldades elencadas pelos provedores de garantias estão relacionadas com a qualidade da informação, como a materialidade das informações; afirmativas de assuntos de natureza diversa; imaturidade da governança e do controle interno das empresas relatoras para os processos de elaboração de relatório; e evidências para as informações qualitativas (narrativas) e orientadas para o futuro.

Com base no que foi exposto, supõe-se que a qualidade das informações de sustentabilidade antecede a qualidade dos trabalhos de asseguração externa. Desse modo, formula-se a seguinte hipótese:

**H1: Empresas que apresentam baixa qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguração externa de menor qualidade.**

2.2.4.2. Efeito da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade e a qualidade da asseguração externa

O profissional contábil se tornou o concorrente dominante no mercado de asseguração dos RS (Zhou, Simnett & Green, 2016), pois as firmas de auditoria podem utilizar sua rede de clientes de auditoria financeira para adentrar nesse mercado (Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2016). Assim, considerando que as firmas de auditoria podem oferecer serviços de auditoria contábil e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade simultaneamente à mesma empresa cliente, a prestação conjunta de ambos os serviços pode ser um determinante influente da decisão sobre a escolha do provedor de garantia (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

A prática de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade exige que o provedor de garantia tenha conhecimento amplo e específico da empresa cliente. O universo diversificado, complexo, único e extenso de questões relacionadas aos problemas sociais, éticos e ambientais das organizações (Park & Brorson, 2005) e a falta de padrões obrigatórios de relato (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020) levam a uma ampla heterogeneidade na natureza

da informação (Hodge, Subramaniam & Stewart, 2009), bem como nos métodos, modelos e técnicas de avaliação empregados na elaboração das informações de sustentabilidade (Smith, Haniffa & Fairbrass, 2011).

Fica evidente que as informações de sustentabilidade são um componente altamente específico de cada empresa (Gürtürk & Hahn, 2016). Logo, para interpretar a relevância, a confiabilidade e a integridade das informações de sustentabilidade divulgadas pela empresa, a competência técnica exigida dos provedores de garantia para executar um trabalho de asseguração eficiente também deve ser altamente especializada no setor, nos negócios e nas operações de seus clientes (Huggins, Green & Simnett, 2011; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

Tanto a auditoria financeira quanto a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade possuem a estrutura de raciocínio pautada na relevância, confiabilidade e integridade das informações (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020). Nesse sentido, Jones e Solomon (2010) afirmam que os objetivos e a metodologia dos serviços de asseguração externa são fortemente inspirados pela auditoria financeira, motivo pelo qual as firmas de auditoria podem se beneficiar do uso das mesmas técnicas de verificação de informações em seus trabalhos. Sob essa perspectiva, as firmas de auditoria poderiam promover uma qualidade de garantia superior em relação aos demais provedores de garantia (O'Dwyer, 2011).

A experiência e o conhecimento provenientes das tarefas desenvolvidas nos serviços de auditoria financeira podem ser transferidos internamente para outras formas de auditoria oferecidas à mesma empresa cliente. O denominado efeito de *knowledge spillover* (Beck & Wu, 2006; Knechel, Sharma & Sharma, 2012) pode melhorar a qualidade do processo de asseguração externa, pois permite que ocorram sinergias e facilita a avaliação e o entendimento da política e de práticas de desempenho de sustentabilidade da empresa relatora, bem como dos métodos adotados pelos gerentes, técnicas de avaliação e suposições sobre as informações de sustentabilidade (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

Zorio, García-Benau e Sierra (2013) avaliaram a qualidade da asseguração externa dos RS na Espanha. Os autores constataram que o índice de qualidade é maior se os serviços de asseguração forem prestados por um auditor contábil. Curiosamente, os autores ainda constataram que a empresa Big4 que audita as demonstrações financeira é considerada de forma significativa para a decisão de contratar um auditor para realizar os serviços de asseguração externa de RSC. Corroboram Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2016) que confirmaram em seu estudo a existência de vantagem competitiva para uma firma Big4 entrar no mercado na

asseguração externa das divulgações de sustentabilidade quando ela também é auditora das demonstrações contábeis.

Martínez-Ferrero, García-Sánchez e Ruiz-Barbadillo (2018) apresentam evidências que apoiam a noção de que uma maior qualidade de garantia surge de duas competências do provedor de garantia: especialização e experiência. Os resultados mostraram uma maior qualidade dos relatórios de asseguração externa quando os provedores são especialistas do setor, devido ao seu amplo conhecimento do setor em questão, e quando têm maior experiência de mercado caracterizada pela longa duração do relacionamento com empresa assegurada (conhecimento específico do cliente). Além disso, a qualidade superior associada à expertise e especialização do setor aumenta quando os provedores de garantia também são firmas de contabilidade, devido às suas maiores habilidades e treinamento dentro da profissão de auditoria.

Com base nesses achados, Martínez-Ferrero, García-Sánchez e Ruiz-Barbadillo (2018) sugerem que empresas que necessitam aumentar a credibilidade e transparência de seus RS por meio da asseguração externa devem considerar a contratação de firmas de contabilidade, pois isso fortalece a relação positiva entre expertise e experiência em termos de qualidade. Nesse aspecto, os provedores devem considerar que a expertise e experiência reforçam a necessidade de se obter um conhecimento aprofundado e específico acerca do cliente e do seu setor de atuação, para, então, desenvolver as habilidades, aptidões e competências essenciais para o processo de asseguração externa.

Na lógica dos potenciais benefícios da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, o conhecimento prévio acerca de um determinado cliente aliado aos métodos e procedimentos importados dos serviços de auditoria contábil financeira são aspectos que atribuem aos serviços de asseguração externa realizados por esses profissionais maior qualidade. Entretanto, as firmas de auditoria, ao ingressarem em novos campos com o objetivo de obter mais receita, tendem a fornecer um trabalho de garantia das informações de sustentabilidade que agradam seus clientes (O'Dwyer, 2011).

No que se refere a relação cliente-provedor, é importante considerar a maneira pela qual as empresas podem exercer influência sobre os provedores de garantia e comprometer sua capacidade de agir de forma independente (Smith, Haniffa & Fairbrass, 2011). A independência e o ceticismo profissional são requisitos básicos dos tradicionais serviços de auditoria. Todavia, a captura gerencial e profissional dos processos de asseguração externa, relacionada aos aspectos comerciais da prática de garantia e às informações divulgadas nos RS, questiona a

observância desses princípios (Ball, Owen & Gray, 2000; Perego & Kolk, 2012; Boiral & Gendron, 2011).

A discricionariiedade das empresas relatoras na admissão do provedor de garantia e sua forte influência na determinação das condições de trabalho são refletidas nas taxas e no tempo de duração do contrato de garantia, tornando possível que a firma de auditoria já estabelecida seja capturada por meio da ameaça de perda dos serviços de auditoria financeira e asseguaração externa das divulgações de sustentabilidade (Ball, Owen & Gray, 2000). Nessa conjectura, a independência dos provedores de garantia passa ser discutível, dadas as relações comerciais subjacentes entre auditores e empresas (Owen et al., 2000; Perego & Kolk 2012). Essas relações comerciais podem comprometer o ceticismo profissional e a imparcialidade que caracterizam um trabalho de asseguaração externa como independente (Boiral & Gendron 2011).

A auditoria financeira de uma empresa é um grande empreendimento que corresponde a uma receita substancial para uma firma de auditoria. Se a empresa cliente paga expressivos honorários à firma de auditoria encarregada pelos serviços de auditoria e asseguaração externa, a provável dependência econômica representa uma ameaça em potencial à capacidade da firma de agir de forma independente (Zorio, García-Benau & Sierra, 2013), pois as relações comerciais estabelecidas entre a firma de auditoria e a empresa cliente tendem a encorajar os auditores a serem pouco críticos e a não questionarem seriamente a confiabilidade das informações divulgadas pela empresa (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019).

Farooq e De Villiers (2019b) afirmam que a falta de regulamentação para os processos de asseguaração externa das divulgações de sustentabilidade permite que os profissionais adaptem suas ofertas para atender aos requisitos específicos de seus clientes. Os referidos autores documentam três razões para que os provedores de garantia ofereçam serviços de garantia flexíveis aos interesses das organizações, sendo i) atrair novos clientes interessados em aumentar a credibilidade da divulgação de maneira econômica; ii) os usuários dos RS não fazem distinção entre os diferentes escopos de garantia; e iii) a exclusão de conteúdo que não forneçam evidências adequadas para verificação externa, adaptando o processo de asseguaração a maturidade dos sistemas e controle do cliente.

Em virtude das pressões comerciais, que envolve o relacionamento cliente-provedor entre as firmas de auditoria e as empresas relatoras, os auditores podem ser tentados a conduzir verificações superficiais e simbólicas em vez de verificações substanciais. Em parte, esse comportamento se explica pela falta de independência e familiaridade com a empresa cliente (Boiral et al, 2019).

Boiral et al. (2019) argumentam que, além das pressões comerciais, a familiaridade com as empresas relatoras pode comprometer a independência, como também dar origem a conflitos de interesse. De acordo com autores, assim como os relacionamentos prévios ou de longo prazo com as empresas relatoras podem melhorar o conhecimento das práticas organizacionais e reduzir certos riscos de erros e equívocos por parte dos auditores; eles também podem minar o ceticismo profissional, pensamento crítico e independência necessários para realizar auditorias de qualidade; bem como alimentar conflitos de interesses entre a amizade e o dever de permanecer independente.

A prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade traz consigo importantes implicações para a independência do provedor de garantia que podem afetar a qualidade do processo de garantia, dado que a verificação imparcial e substancial dos RS demande provedores de garantia independentes (Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020) examinaram o impacto da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade na qualidade da garantia sob a perspectiva do *trade-off* existente os potenciais benefícios da prestação conjunta desses serviços e a dependência econômica. Os autores constataram que a disseminação de conhecimento da auditoria para os serviços de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade promove uma melhoria na qualidade da garantia e a presença da propagação de conhecimento e seu impacto na qualidade da garantia é ainda maior quando a firma de auditoria, que também é o provedor de garantia, se caracteriza como especialista no setor.

Embora Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020) apontem evidências de que os benefícios da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade superam o potencial efeito negativo da familiaridade e dependência econômica na qualidade da garantia, observa-se que, de forma empírica, essas relações permanecem pouco exploradas pela literatura. Nesse sentido, formula-se a seguinte hipótese:

**H2: A prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade afeta a qualidade da asseguração externa.**

Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2022) explicam que a escolha da firma de auditoria para prestar serviços de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade pode ser considerada uma importante fonte de legitimação se os *stakeholders* perceberem que eles fornecem garantia de alta qualidade devido aos benefícios da prestação conjunta desses serviços. No entanto, a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa

também oferece ameaças à legitimidade organizacional se as partes interessadas considerarem que as empresas não estão escolhendo provedores de garantia adequadamente. Segundo os autores, as partes interessadas podem considerar que os auditores financeiros podem ter dificuldades para verificar as informações de sustentabilidade e, assim, fornecerem serviços de asseguração externa de qualidade como outros provedores de garantia.

Ainda, de acordo com Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2022), escolha da firma de auditoria contábil como provedora de garantia está ligada ao controle gerencial sobre o processo de asseguração externa, que envolve o comportamento oportunista dos gerentes em relação às informações de sustentabilidade divulgadas. Desse modo, os autores destacam que a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa pode comprometer a independência do provedor de garantia, pois as firmas de auditoria podem obter vantagens econômicas significativas ao fornecer ambos os serviços para a mesma empresa. Logo, para Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2022), as empresas só devem optar por sua firma de auditoria contábil quando esse provedor de garantia possuir certos atributos profissionais, como competência técnica, independência e especialização no setor ao qual empresa/cliente pertence.

Ressalta-se que a perda de independência reforça captura gerencial sobre o processo de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, sugerindo essa prática pode ser usada pelas empresas como estratégia deliberada para estabelecer e manter a legitimidade organizacional (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

#### 2.2.4.3. Efeito da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.

Sob a perspectiva das empresas relatoras e do público sobre a natureza dos provedores de garantia, Hodge, Subramaniam e Stewart (2009) constataram que os usuários dos relatórios atribuem mais confiança aos RS quando estes são assegurados por uma grande firma de contabilidade. Jones e Solomon (2010) explicam que a preferência por provedores contábeis é justificada pelo fato de que a asseguração externa dos RS é vista pela empresa relatora como uma extensão lógica da auditoria financeira e do domínio natural dos auditores, e a contratação de um mesmo profissional para ambos os serviços seria benéfico em termos de custo e tempo, uma vez que o auditor já estaria familiarizado com o setor, negócios e operações de seus clientes. Nesse sentido, há a preocupação de que as partes interessadas possam não considerar

“convencional” o trabalho de asseguarção realizado por um provedor não contábil (Casey & Grenier, 2015).

A prática de assegurar as informações de sustentabilidade é resultado do ceticismo do público a acerca da credibilidade das informações relatadas (Farooq & De Villiers, 2019a). Pflugrath, Roebuck e Simnett (2011) afirma que a reputação dos provedores de natureza contábil provinda do tradicional mercado de auditoria financeira aumenta a credibilidade das informações de sustentabilidade, aumentando a confiança das partes interessadas no desempenho de sustentabilidade das organizações. Nesse sentido, a reputação e competência técnica dos provedores de contabilidade exercem um impacto significativo no processo de asseguarção externa, principalmente quando a opinião é emitida por uma das Big4 (Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017b, 2018).

O reconhecimento das grandes firmas de auditoria no âmbito da contabilidade e de suas redes de negócios bem estabelecidas acentuam sua legitimidade e seu domínio sobre o mercado de asseguarção externa das divulgações de informações de sustentabilidade (Perego, 2009; Kolk & Perego, 2010; Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2016). Por esse motivo, o efeito “marca”, ou seja, o capital reputacional desses profissionais pode ser identificado ou percebido como suficiente para transmitir credibilidade ao público acerca do conteúdo divulgado (O’Dwyer & Owen, 2005; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2018).

Com a atuação predominante das firmas de contabilidade Big4, o mercado da asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade é um reflexo do desenvolvimento de uma “sociedade de auditoria” na medida em que é dominado pelas práticas e arranjos institucionais que foram inicialmente estabelecidos e difundidos na área financeira (Boiral & Gendron, 2011; O’Dwyer, Owen & Unerman, 2011). Nesse aspecto, Boiral, Heras-Saizarbitoria e Brotherton (2019) explicam que a natureza altamente profissionalizada e estruturada da auditoria financeira; no que concerne a normas, formação, reconhecimento externo, códigos de conduta e competências; é empregada como uma espécie de rótulo de qualidade para legitimar as firmas Big4 como provedores mais qualificados para assegurar as divulgações de sustentabilidade.

A “auditoria de hiper-realidade”, de acordo Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020), se baseia no conceito de hiper-realidade (Baudrillard, 1984, 1994; Grandy & Mills, 2004; Macintosh et al., 2000) que se refere à proliferação de informações enganosas, símbolos e simulacros (representações ou imitações) desconectados da realidade. Segundo os autores, a hiper-realidade é característica de uma sociedade pós-moderna na qual o controle de



informações, imagens e símbolos erroneamente assumidos como refletindo o mundo real são usados para gerenciar percepções e comportamentos. Dessa maneira, o gerenciamento da legitimidade organizacional pode se dar pela priorização em contratar um profissional com maior reputação no mercado.

Embora a chancela de uma firma de auditoria Big4 pareça atribuir credibilidade as divulgações de sustentabilidade - “mais real do que o real” (Baudrillard, 1994) - é possível que ela não tenha relação com nenhuma realidade. As informações e símbolos nos quais a hiper-realidade se baseia tendem a refletir uma espécie de falsificação ou substituto para uma realidade elusiva cujas representações construídas são muitas vezes tidas como certas (Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

O não consenso sobre qual profissional deve executar a asseguaração dos relatórios de sustentabilidade, que competências os provedores de garantia devem ter ou de como processo de asseguaração externa deve ser realizado (como versa o subitem 2.1.2. Provedores de garantia das informações de sustentabilidade) somado as divergências documentadas na literatura anterior (descritas no subitem 2.1.3. Qualidade do processo de asseguaração externa das informações de sustentabilidade) apontam incertezas de que os trabalhos de asseguaração realizados por firmas de contabilidade Big4 melhorem a qualidade das divulgações de informações de sustentabilidade.

Além do mais, nota-se que os resultados de estudos anteriores são ambíguos em demonstrar qual tipo de provedor de garantia, Big4 *versus* não Big4, fornece serviços de asseguaração externa de maior qualidade. De modo a obter evidências que possam explicitar os efeitos da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguaração externa, afirma-se a seguinte hipótese:

**H3: A natureza do provedor de garantia afeta a qualidade da asseguaração externa das divulgações de sustentabilidade.**

#### 2.2.4.4. Relação entre os objetivos e hipóteses

Na Tabela 3, apresenta-se a descrição geral da relação entre os objetivos e as hipóteses de pesquisa para análise das relações propostas.

**Tabela 3. Relação entre os objetivos e hipóteses.**

<b>Objetivos</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>Sinal Esperado</b>
Analisar o efeito da qualidade das divulgações de sustentabilidade na qualidade da asseguração externa	H1: Empresas com menor qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguração externa de menor qualidade.	-
Analisar o efeito da prestação conjunta de serviços de auditoria contábil financeira e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade na qualidade da asseguração externa.	H2: A prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade afeta a qualidade da asseguração externa.	+/-
Analisar o efeito da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.	H3: A natureza do provedor de garantia afeta a qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.	+/-

Fonte: Elaboração Própria (2023).

### 3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados na condução do trabalho de tese. Inicialmente, apresenta-se o modo de investigação, denominado enquadramento metodológico. Na sequência, destacam-se os procedimentos metodológicos utilizados em: seleção da amostra, definição das variáveis de pesquisa e, por fim, modelos e técnicas de análises e tratamento de dados.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos” (Richardson, 1989, p. 70).

Esta tese é classificada com base no seu objetivo geral e se caracteriza como descritiva, pois busca descrever a prática de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação empregada no gerenciamento da legitimidade organizacional. Conforme Gray (2012, p. 36), “os estudos descritivos buscam desenhar um quadro de uma situação, pessoa ou evento, ou mostrar como as coisas estão relacionadas entre si”. Gil (2008) explica que algumas pesquisas descritivas, além de identificar a existência de relações entre variáveis, buscam determinar a natureza dessas relações.

Além de descritiva, esta tese também pode ser classificada como analítica ao testar a Teoria da Legitimidade no campo da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, buscando explicar a relação entre as variáveis de pesquisa (Gray, 2012).

Em linha com a perspectiva teórica positivista e mediante uma abordagem dedutiva (Gray, 2016), por meio de um procedimento de análise documental de relatórios corporativos publicados, utiliza-se uma abordagem predominantemente quantitativa. Pesquisas predominantemente quantitativas se caracterizam pelo emprego da quantificação na coleta de dados, bem como pelo uso de técnica estatísticas para tratamento e análise dos mesmos (Richardson, 1989).

#### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

##### 3.2.1 Seleção da amostra

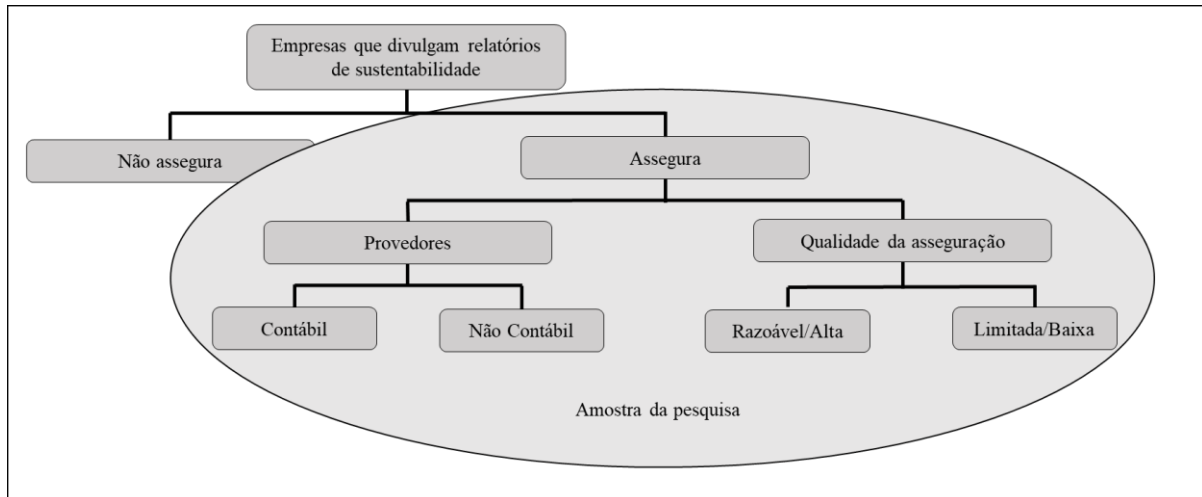
A presente tese tem por população empresas listadas na bolsa de valores Brasil, Bolsa e Balcão (B3) em 2022 que divulgam informações de sustentabilidade. A amostra, por sua vez, é composta por empresas que asseguraram externamente as divulgações de sustentabilidade no período de 2012-2021. O período de análise compreende o “Comunicado Externo 017/2011–

DP” da B3, o qual orienta que as empresas listadas relatem, a partir de 2012, em seu Formulário de Referência (FR - item 7.8 – Políticas socioambientais), se realizam divulgação e a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade; e, em caso negativo, sua justificativa. Constatou-se que, no ano de 2022, havia 472 empresas listadas na B3, sendo que 150 delas informaram em seu FR que divulgam informações de sustentabilidade.

Primeiramente, para coleta manual das divulgações de sustentabilidade, foi necessário identificar a forma de divulgação preterido pela empresa, pois observou que as informações de sustentabilidade podem ser divulgadas tanto em relatórios de sustentabilidade (RS) em formato *stand-alone* (relatório independente) quanto em relato integrado (RI), já que este último formato abarca informações de cunho socioambiental nos capitais Natural e Social.

Considerando que a qualidade das informações de sustentabilidade é definida a partir de elementos de divulgações estabelecidos pelo padrão de relato da Global Reporting Initiative (GRI) (vide subseção 3.2.2.3 Qualidade das divulgações de sustentabilidade - QDISCLOSURE), foram excluídas da análise as divulgações asseguradas que não apresentaram indicadores elaborados de acordo com as diretrizes da GRI. Para os casos de divulgação de RI, esta pesquisa considerou para análise somente os relatos em que as empresas optaram por incluir, também, os indicadores de sustentabilidade no padrão GRI.

Destaca-se que as divulgações de sustentabilidade foram coletadas manualmente nos *websites* disponibilizados pelas empresas em seus FR e a confirmação de que essas divulgações foram asseguradas externamente ocorreu por meio das declarações de asseguração externa anexas aos relatórios. Posteriormente, a amostra foi qualificada de acordo com a qualidade das informações divulgadas, relacionamento cliente-provedor e qualidade do processo de garantia. A Figura 3 apresenta o esquema de caracterização da amostra de pesquisa analisada a partir da árvore das decisões do processo de asseguração externa.



**Figura 3. Esquema de caracterização da amostra de pesquisa**

Fonte: Adaptado a partir de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) e Hummel, Schlick e Fifka (2017).

Este trabalho de tese partiu das 150 empresas listadas na B3 em 2022 que divulgaram informações de sustentabilidade e verificou, para cada ano da análise, se estas asseguraram externamente ou não suas divulgações. A Tabela 4 detalha o processo de seleção amostral.

**Tabela 4. Seleção da Amostra (2012-2021)**

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Empresas listadas na B3 em 2022 que divulgaram informações de sustentabilidade.	150	150	150	150	150	150	150	150	150	63*
(-) Empresas que não asseguraram as divulgações de sustentabilidade.	125	125	122	117	112	112	107	102	84	21
(-) Empresas com dados faltantes (base da Economatica, demonstrativos financeiros e FR).	2	3	0	0	0	0	0	1	1	4
(-) Empresas que não obtiveram a frequência mínima de 3 (três) divulgações de sustentabilidade asseguradas no período.	1	0	0	1	0	0	0	3	20	14
Total da amostra	22	22	28	32	38	38	43	44	45	24

Legenda: \* Das 150 empresas que haviam relatado em seus FR (2021) que divulgavam informações de sustentabilidade, somente 63 delas disponibilizaram os relatórios em seus *websites* até a data de coleta de dados desta pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

No geral, no período de 2012 a 2021, a quantidade de companhias participantes da pesquisa foi de 50. No entanto, a composição da amostra não foi a mesma para todos os anos, pois identificou-se que nem todas as empresas da amostra contrataram os serviços de asseguaração externa em todos os anos, uma vez que, a prática de assegurar externamente as divulgações de sustentabilidade é voluntária. Também, foram excluídas as observações de empresas com ausência de dados necessários para operacionalização das variáveis de interesse

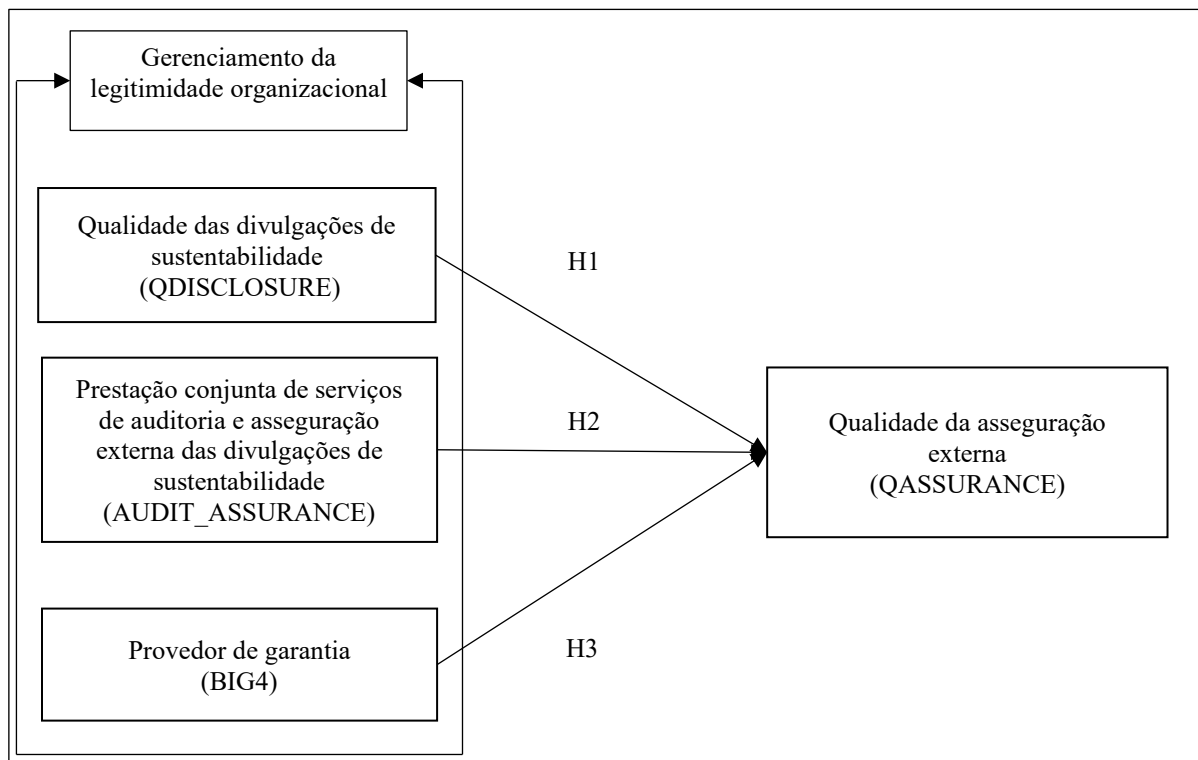
desta pesquisa, bem como daquelas, considerando a análise longitudinal dos dados, que não asseguraram suas divulgações de sustentabilidade por no mínimo três anos. Desse modo, esta análise contou com um conjunto de dados em painel desbalanceado, o qual compreendeu 336 observações.

Ressalta-se que, referente ao ano de 2021, a amostra foi composta por empresas que divulgaram suas informações de sustentabilidade até a data de 31 de maio de 2022 (data que findou a seleção da amostra), em razão de que, em geral, esse tipo de relato é divulgado de forma voluntária e não tem periodicidade regular de apresentação. Ainda, houve companhias que publicaram suas informações de sustentabilidade de forma consolidada, ou seja, com divulgação de um único relatório para um determinado grupo econômico; assim, o critério utilizado nesses casos foi o de considerar dados da companhia controladora.

### 3.2.2 Definição conceitual e operacional das variáveis de pesquisa

#### 3.2.2.1 Modelo Conceitual e Operacional da Pesquisa

Na Figura 4 apresenta-se o modelo conceitual e operacional da pesquisa, conforme as definições conceituais e a operacionalização das principais variáveis de interesse, utilizadas para dar suporte às hipóteses levantadas nesta Tese.



**Figura 4. Modelo Conceitual e Operacional da Pesquisa**

Fonte: Elaboração Própria (2023).

As definições conceituais e a operacionalização das principais variáveis de interesse estão fundamentadas na Teoria da Legitimidade e na literatura de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, bem como em evidências empíricas de estudos anteriores sobre a temática. Primeiramente, apresentam-se as formas de mensuração para: qualidade da asseguração externa (QASSURANCE), qualidade das divulgações de sustentabilidade (QDISCLOSURE), prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade (AUDIT\_ASSURANCE) e provedor de garantia (BIG4). Por fim, também, são apresentadas as variáveis secundárias, que são rotuladas como variáveis de controle, com a finalidade de isolar a contribuição única de cada variável independente.

### 3.2.2.2 Qualidade da asseguração externa (QASSURANCE)

Assim como a qualidade da auditoria, a qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade não é diretamente observável e as medidas utilizadas na literatura anterior se resumem em análises de conteúdo dos elementos de divulgação ou construção de índices a partir da extensão dos relatórios de asseguração externa. Nessa perspectiva, este trabalho adota a forma de mensuração de Hummel, Schlick e Fifka (2017) por considerar esses autores os percussores do conceito de qualidade da asseguração externa.

De acordo com Hummel, Schlick e Fifka (2017), qualidade da asseguração externa consiste na probabilidade de o provedor descobrir e relatar problemas referente aos sistemas e processos de relato das informações de sustentabilidade de seu cliente (empresa relatora). Dessa forma, a mensuração da variável dependente QASSURANCE foi construída por elementos de divulgação de profundidade e amplitude dos processos de garantia extraídos da análise dos relatórios de asseguração externa.

A profundidade é definida pela a intensidade (critérios e procedimentos) e pelo escopo do processo de garantia, construída com base no conteúdo dos elementos do relatório de asseguração externa, a saber: escopo, cobertura, métodos, nível, materialidade e recomendações. Tal medida é mensurada pela soma dos seis itens, ao longo de duas categorias, como apresenta a Tabela 5. Ressalta-se que, quando necessário, os elementos de profundidade dos processos de asseguração foram proporcionalmente redimensionados em escala [0, 1], podendo variar entre zero (profundidade mais baixa) e seis (maior profundidade).

**Tabela 5. Mensuração da profundidade dos processos de asseguração externa.**

<b>Categoria</b>	<b>Elemento</b>	<b>Mensuração</b>
Processo de asseguração externa	Escopo	A revisão cobre: (3) O relatório completo; (2) Valores numéricos e declarações qualitativas; e (1) Valores numéricos ou declarações qualitativas.
	Cobertura	Proporção do número de indicadores de desempenho de sustentabilidade assegurados em relação ao número de indicadores de desempenho de sustentabilidade relatados
	Método	A soma das seguintes metodologias aplicadas no processo de asseguração externa: verificações de documentação, entrevistas, análises de dados, visitas <i>in loco</i> e pesquisa de mídia pública
	Nível	O nível de asseguração indicado: (3) Alto/razoável; (2) Misto; (1) Moderado/limitado; e (0) Nenhuma
Conclusões	Materialidade	Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre a materialidade do relatório (1) ou não (0)
	Recomendações	Se a declaração de asseguração contém informações indicando que as recomendações são fornecidas ao cliente (1) ou não (0)
Total		0-6

Fonte: Adaptado de Hummel, Schlick e Fifka (2017).

Na categoria de processo de asseguração externa, o primeiro elemento refere-se à questão de quais divulgações são cobertas pelo contrato de garantia. Assim, escopo indica se a o processo cobre valores numéricos ou declarações qualitativas (é igual a 1), valores numéricos e declarações qualitativas (é igual a 2) ou o relatório completo (é igual a 3). Semelhante ao escopo, o elemento de cobertura captura o número de indicadores de desempenho de sustentabilidade que são revisados pelo provedor de garantia, medida pela proporção do número de indicadores de desempenho de sustentabilidade assegurados em relação ao número de indicadores de desempenho de sustentabilidade relatados.

O elemento de métodos busca captar a presença/ausência de cinco métodos e procedimentos de garantia: verificações de documentação, entrevistas, análises de dados, visitas *in loco* e pesquisa de mídia pública. Esse elemento varia no intervalo entre zero (nenhum método mencionado) e cinco (todas as categorias são mencionadas). Hummel, Schlick e Fifka (2017) argumentam que processos de asseguração externa com base em um amplo espectro de diferentes metodologias correspondem à processos mais profundos. Por exemplo, visitas *in loco* podem auxiliar os provedores de garantia a avaliar o rigor e a qualidade das fontes e coleta de dados (Park & Brorson, 2005), bem como a implementação de códigos de conduta (O'Dwyer, 2011). Já as pesquisas de mídia pública permitem que os provedores reflitam de forma crítica sobre o conteúdo das informações e a ocultação de potenciais riscos relacionados à sustentabilidade (Edgley, Jones & Solomon, 2010).

Nível é o elemento que corresponde ao risco do processo de garantia de não detectar quaisquer circunstâncias que podem pôr em dúvida a opinião do provedor de garantia sobre os



objetos examinados. Segundo padrão AA1000AS (2008), o prestador da garantia obtém um nível alto garantia quando há provas suficientes para apoiar sua opinião, sendo que o risco de erros ou equívocos relacionado a sua conclusão é muito baixo, mas não zero. Dessa maneira, um nível mais elevado de garantia requer procedimentos mais intensivos para reduzir suficientemente o risco dos processos de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade (Hummel, Schlick & Fifka, 2017).

Quanto aos elementos da categoria de conclusões, materialidade refere-se a um trabalho de asseguração em que o provedor de garantia é contratado para avaliar se o RS reflete os “impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização” (GRI, 2013, p. 17). Por fim, o elemento de recomendações consiste em sugestões de melhoria para os relatórios, sistemas e processos de sustentabilidade de uma empresa. A preparação de recomendações exige trabalho adicional do provedor de garantia e indica, portanto, um trabalho de assegurações de maior profundidade (Hummel, Schlick & Fifka, 2017).

A mensuração de amplitude é feita por meio da extensão do relatório de asseguração externa (clareza e transparência) composta por treze itens de divulgação definidos a partir dos padrões internacionais para revisão de informações não financeiras e socioambientais, como a ISAE 3000 e AA1000AS, recomendações da GRI e da literatura anterior sobre o conteúdo das declarações de garantia de sustentabilidade (Park & Brorson 2005; O’Dwyer & Owen 2005; Edgley, Jones & Solomon, 2010; O’Dwyer, Owen & Unerman, 2011; Manetti & Toccafondi 2012; Perego & Kolk 2012; Zorio, García-Benau & Sierra, 2013). Esses elementos são classificados em quatro categorias e codificados de forma binária (0 e 1), considerando a presença (divulgação – 1) e ausência (não divulgação – 0) de determinado elemento.

A Tabela 6 apresenta a mensuração para cada item do elemento de amplitude dos relatórios de asseguração externa proposta por Hummel, Schlick e Fifka (2017).

**Tabela 6. Mensuração da amplitude dos relatórios de asseguração externa.**

<b>Categoria</b>	<b>Elemento</b>	<b>Mensuração</b>
Informação geral	Destinatários	Se a declaração de asseguração externa é dirigida a todas as partes interessadas (1) ou não (0)
	Padrão de garantia	Se pelo menos um padrão de garantia é mencionado como estrutura para o trabalho de asseguração (1) ou não (0)
	Informações diversas	Se as informações diversas (nome e a empresa do provedor de garantia, data e local) são completamente mencionadas na declaração de asseguração externa (1) ou não (0)
Informações provedor	Competência do provedor	Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre a competência do provedor (1) ou não (0)
	Independência do provedor	Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre a independência do provedor (1) ou não (0)

	Área de responsabilidade	de	Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre a área de responsabilidade da empresa e do provedor (1) ou não (0)
Processo de asseguração externa	Escopo		Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre o escopo do processo de garantia (1) ou não (0)
	Método		Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre os métodos e procedimentos da garantia (1) ou não (0)
	Nível		Se a declaração de asseguração externa especifica o nível da garantia (1) ou não (0)
Conclusões	Veracidade		Se a declaração de asseguração externa indica a conclusão/opinião do provedor de garantia (1) ou não (0)
	Materialidade		Se a declaração de asseguração externa contém informações sobre a materialidade do relatório (1) ou não (0)
	Limitações		Se a declaração de asseguração externa contém limitações em relação ao relatório de sustentabilidade (1) ou não (0)
	Recomendações		Se a declaração de asseguração externa contém recomendações (1) ou não (0)
	Total		0-13

Fonte: Adaptado de Hummel, Schlick e Fifka (2017).

Como mostra a Tabela 6, a categoria de informações gerais abrange três elementos do relatório de asseguração externa: destinatários, que avalia se a asseguração é dirigida a todas as partes interessadas; padrão de garantia, que avalia se a asseguração é norteada por norma ou padrão de garantia; informações diversas, que avalia a identificação do provedor de garantia. Em relação aos elementos da categoria de informações do provedor de garantia referem-se aos atributos do provedor, tais como a descrição da competência e independência, bem como as informações relativas à área de responsabilidade tanto da empresa relatora como do provedor. Três elementos da declaração cobrem a amplitude das informações fornecidas na categoria de processo de asseguração externa, nomeadamente escopo, os métodos e o nível de garantia contratado. Já a categoria de conclusões inclui quatro elementos que descrevem se uma conclusão/opinião, informações sobre a veracidade e materialidade do relatório, limitações e recomendações são divulgados.

Hummel, Schlick e Fifka (2017) argumentaram que as empresas reladoras e provedores de garantia determinam conjuntamente os contratos de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade. Os autores acreditam que, especificamente, as empresas tendem a influenciar a profundidade dos processos de garantia, enquanto o tipo do provedor de garantia, mais precisamente a afiliação à profissão contábil, está relacionada com a amplitude do relatório de asseguração. Nesse aspecto, é importante destacar que, diferentemente dos referidos autores, esta pesquisa utilizou uma medida agregada para mensuração do índice de qualidade da asseguração externa, considerando a soma integrada dos itens dos elementos de profundidade e amplitude.

Considerando as suposições de dependência econômica do auditor apresentada na Tese, argumenta-se que a captura gerencial sobre asseguarção externa pode afetar não só os termos de profundidade do processo, mas também afetar a capacidade do provedor relatar possíveis problemas relacionados aos sistemas e processos de relato. Por essa razão, os itens Materialidade e Recomendações que se repetem em ambas estruturas avaliativas, de profundidade e amplitude, foram computados somente uma vez. Assim, a medida para qualidade da asseguarção externa varia entre 0 (mínimo) e 17 (máximo).

### 3.2.2.3 Qualidade das divulgações de sustentabilidade (QDISCLOSURE)

O desempenho de sustentabilidade pode incluir políticas, decisões e ações organizacionais que criam impactos sociais, ambientais e econômicos (Accountability, 2005; Hummel & Schlick, 2016). Nesse contexto, Papoutsi e Sodhi (2020) constataram que as divulgações de sustentabilidade são capazes de informar a investidores e outras partes interessadas o desempenho da sustentabilidade corporativa.

Dessa maneira, para elaboração da medida de qualidade das divulgações de sustentabilidade foi utilizada a estrutura avaliativa proposta por Hummel e Schlick (2016), a qual é construída a partir de elementos de divulgação das dimensões ambiental e social da sustentabilidade (especificamente informações relacionadas a funcionários) definidos de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) versão 3.1, padrões internacionais de relato de informações de sustentabilidade mais reconhecidos globalmente (KPMG, 2011; Hummel & Schlick, 2016). A Tabela 7 apresenta a mensuração para cada item da variável explicativa qualidade das divulgações de sustentabilidade.

**Tabela 7. Mensuração da qualidade das divulgações de sustentabilidade.**

Dimensão	Item	Mensuração	GRI. G3.1
	Materiais utilizados	Todos os materiais de entrada substanciais em peso ou volume	EN1
	Consumo de energia e renováveis	Consumo de energia direta e indireta, parcela de fontes de energia renováveis	EN3/4
	Captação de água	Total de retirada por fonte	EN8
	Emissão de gases de efeito estufa	Total de emissões diretas e indiretas (escopos 1, 2 e 3 do protocolo de GEE)	EN16/17
Ambiental	Substâncias que destroem a camada de ozônio e outras emissões atmosféricas	Emissões totais de substâncias destruidoras da camada de ozônio; outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso, para pelo menos uma substância; alternativamente, uma declaração explícita de irrelevância para ambos	EN19/20
	Descarte d'água	Descarte total por qualidade (emissões para a água, por tipo e peso, para pelo menos uma substância; alternativamente, uma declaração explícita de irrelevância) e destino	EN21

	Resíduos	Peso total por tipo e método de disposição	EN22
	Força de trabalho	Força de trabalho total baseada em pelo menos três critérios (divisão, região, tipo de emprego, contrato de trabalho, qualificação, idade ou sexo)	LA1
	Rotatividade de funcionários	Número total de funcionários que estão saindo por qualquer motivo (não apenas por um único motivo)	LA2
	Acordos coletivos	Percentual da força de trabalho total coberta por acordos de negociação coletiva	LA4
Social	Segurança e saúde	Segurança e saúde no trabalho com base em pelo menos dois critérios (taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo, fatalidades)	LA7
	Treinamento	Tempo de treinamento (ou relacionado)	LA10
	Discriminação	Número total de incidentes ou declaração explícita de que nenhum incidente ocorreu (as referências aos códigos de conduta não são suficientes)	HR4
	Trabalho infantil, forçado e obrigatório	Escopo e resultados numéricos de auditorias (dentro da empresa ou cadeia de suprimentos) referentes a pelo menos um aspecto	HR6/7
<b>Total</b>		<b>0-14</b>	

Legenda: Esta tabela apresenta os indicadores para a avaliação da qualidade da divulgação de sustentabilidade no que diz respeito às dimensões de relato ambiental e social, em particular relacionadas com os colaboradores. As primeiras duas colunas contêm os respectivos itens de divulgação. A coluna três apresenta os requisitos mínimos que são definidos para divulgação de alta qualidade. A quarta coluna indica o *link* para as diretrizes G3.1 (GRI, 2011).

Fonte: Adaptado de Hummel e Schlick (2016).

Como mostra a Tabela 7, cada categoria de sustentabilidade - ambiental e social – é composta por sete indicadores de desempenho. De acordo com Hummel e Schlick (2016), todos esses indicadores são classificados pelas diretrizes da GRI como um conjunto de indicadores base, geralmente aplicáveis à maioria das empresas. Assim, a mensuração da qualidade das divulgações de sustentabilidade proposta por Hummel e Schlick (2016) não é abrangente no que se refere a diversidade da matéria de sustentabilidade, mas está relacionada aos aspectos fundamentais do desempenho de sustentabilidade. De uma forma geral, essa medida é considerada adequada para se avaliar a qualidade das informações de sustentabilidade, em aspecto geral, pois se relacionam com os aspectos fundamentais do desempenho de sustentabilidade de uma empresa, bem como compreende itens de divulgação comum a todas as empresas, mesmo que, elas atuem em diferentes setores da economia.

A métrica proposta por Hummel e Schlick (2016), por se concentrar na qualidade e não na quantidade, além de permitir uma distinção entre a divulgação de alta qualidade e baixa qualidade, baseia-se nos critérios de qualidade da divulgação financeira: verificabilidade, confiabilidade, comparabilidade e consistência. Em vista disso, cada um dos itens de divulgação foi codificado com 1 de acordo com os critérios de divulgação de alta qualidade, baixa qualidade e não divulgação. A divulgação de alta qualidade ocorre quando há a divulgação de

informações quantitativas (dados numéricos e/ou monetários) que atendam ou excedam os requisitos mínimos de divulgação estabelecidos nas diretrizes da GRI.

Por outro lado, caso os requisitos mínimos de divulgação estabelecidos nas diretrizes da GRI não sejam atendidos e qualquer outra informação sobre o respectivo item seja fornecida, foi concedido um ponto para divulgação de baixa qualidade. Por exemplo, mesmo que uma empresa forneça informações abrangentes sobre um determinado item, mas retenha os dados que são realmente relevantes de acordo com as diretrizes da GRI, a divulgação é codificada como de baixa qualidade. De acordo Hummel e Schlick (2016), essa abordagem permite que o esquema de medição não seja enviesado, ofuscando as estratégias de divulgação, como implícito na Teoria da Legitimidade.

Por fim, quando não há informações sobre determinado item, o mesmo foi classificado como não divulgado, uma vez que, esse conjunto de divulgação abrange itens básicos ou mínimos que permitem avaliar o desempenho de sustentabilidade de uma empresa. As pontuações de divulgação de alta qualidade (baixa qualidade) foram calculadas como a soma de todas as pontuações de itens de divulgação de alta qualidade (baixa qualidade), que variam entre 0 (mínimo) e 14 (máximo).

Destaca-se que os itens de divulgação para compor a medida de qualidade das divulgações de sustentabilidade foram obtidos por meio de informações elaboradas pela administração da própria empresa e, por essa razão, se baseia na suposição da divulgação verdadeira.

#### 3.2.2.4 Prestação conjunta de serviços de auditoria e de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade (AUDIT\_ASSURANCE)

A prestação conjunta de serviços de auditoria e de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade - *knowledge spillover* - se refere a experiência e ao conhecimento desenvolvidos nas tarefas de auditoria por grandes firmas de contabilidade – como as que estão relacionada a áreas de ambiente operacional, risco de negócios, sistemas de controle interno – que podem ser transferidos internamente para outras atividades oferecidas ao mesmo cliente (Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

Semelhantemente aos estudos de Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2016) e Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020), esta pesquisa mensura a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como uma variável dicotômica (*dummy*), codificada com 1 se a firma responsável pela auditoria da demonstrações

financeiras também é contratada para assegurar as divulgações de sustentabilidade de seus clientes e 0 caso contrário (ou seja, se o provedor de garantia e a firma de auditoria não coincidirem).

As informações acerca da ocorrência da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade foram averiguadas nos relatórios de auditoria independente (anexos as demonstrações contábeis financeiras) e de asseguração externa (anexos aos relatos de sustentabilidade).

#### 3.2.2.5 Provedores de garantia (BIG4)

A natureza do provedor de garantia (BIG4) é uma variável binária ou nominal que assume o valor 1 se empresa relatora contrata uma firma Big4 (KPMG, PWC, Deloitte e EY) como provedora da asseguração externa e 0 caso ao contrário. A abordagem para mensurar a contratação de grandes firmas de contabilidade está de acordo com as pesquisas de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009), Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2016), Hummel, Schlick e Fifka (2017) e Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2018).

As informações acerca da natureza dos provedores foram identificadas nos relatórios de asseguração externa anexos aos relatos de sustentabilidade (Borial et al., 2019, Boiral e Heras-Saizarbitoria, 2020).

#### 3.2.2.6 Variáveis de controle

Algumas variáveis de controle foram incluídas para controlar o efeito de cada variável independente na qualidade da asseguração externa (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Zorio, García-Benau & Sierra, 2013; Casey & Grenier, 2015; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2018; Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020). Com base nos estudos referenciados anteriormente, esta pesquisa incluiu as variáveis Tamanho (TAM); Rentabilidade (RENT); Endividamento (ENDIV); e Tempo de Relacionamento (TREL).

O tamanho da empresa (TAM) corresponde ao logaritmo natural do ativo total. De forma ampla, a literatura sustenta uma relação positiva entre o tamanho da empresa e a probabilidade de contratar os serviços de asseguração externa (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Zorio, García-Benau & Sierra, 2013). Sustenta-se a expectativa de uma maior qualidade de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade de grandes empresas responde à suposição de que o tamanho serve como meio de visibilidade e pressão

pública (Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020) para que essas empresas contratem serviços de asseguarção externa de maior qualidade.

Ainda, as empresas maiores e mais rentáveis tendem a ter recursos necessários para custear os custos mais elevados associados aos processos de asseguarção externa de maior qualidade (Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020). Nesse sentido, a variável rentabilidade (RENT) é medida como a taxa de retorno sobre ativos (ROA), a qual foi obtida por meio da razão entre o lucro líquido e ativo total.

Por outro lado, empresas mais endividadas, por enfrentarem maiores restrições financeiras, tendem a priorizar a redução de custos (Casey & Grenier, 2015; Hummel, Schlick & Fifka, 2017) e, por esse motivo, podem dar preferência a serviços de asseguarção externa mais superficiais. Para tanto, a variável endividamento (ENDIV) foi medida pelo grau de endividamento da empresa, indicando a proporção de ativos que estão comprometidos pelas obrigações das empresas assumidas no período (razão entre passivo total e ativo total).

Por fim, quanto à variável de controle tempo de relacionamento (TREL), é preciso considerar que o conhecimento específico da empresa relatora cresce à medida que o tempo de relacionamento provedor-cliente aumenta, o que seria benéfico em termos de eficiência dos trabalhos de asseguarção (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018). Por outro lado, é possível tal relacionamento duradouro comprometa o ceticismo profissional, pensamento crítico e independência do provedor (Boiral et al., 2019). TREL consiste em uma variável numérica, medida pela duração do contrato de garantia em anos (Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018; Reynolds & Francis, 2000).

As variáveis que correspondem às informações contábeis e financeiras (ativos totais, ROA e passivos) foram coletadas do banco de dados da Economática®. Quando constatada ausência dessas informações na base Economática®, optou-se por fonte alternativa para esses dados os demonstrativos financeiros disponibilizados pelas empresas em *websites* de relacionamento com investidores (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício). Já a variável tempo de relacionamento (TREL) foi identificada a partir da análise dos relatórios de asseguarção externa.

### 3.2.2.7 Síntese das variáveis de pesquisa

A partir das variáveis dependentes, explicativas e de controle, formulou-se a Tabela 8, um resumo das variáveis investigadas nesta pesquisa.

Tabela 8. Síntese das variáveis de pesquisa.

	Definição	Fundamentação	QASSURANCE sinal previsto	Mensuração	Fonte de dados
QASSURANCE	Probabilidade conjunta do provedor de garantia descobrir e relatar problemas referente aos sistemas e processos de relato das informações de sustentabilidade do cliente.	Park e Brorson (2005), O'Dwyer e Owen (2005), Edgley, Jones e Solomon, (2010), O'Dwyer, Owen e Unerman (2011), Manetti e Toccafondi (2012), Perego e Kolk (2012), Zorio, García-Benau e Sierra (2013) e Hummel, Schlick e Fifka (2017).		Pontuação de divulgação dos elementos de profundidade e amplitude dos processos de garantia, medida conforme descrito no item 3 da Subseção 3.2.2.	Relatórios de asseguarção externa.
QDISCLOSURE	Relato das informações do desempenho de sustentabilidade de organização (ambiental e social) com base nos critérios de divulgação de alta qualidade, especificado pela divulgação de informações quantitativas.	Hummel e Schlick (2016) e Papoutsi e Sodhi (2020).	-	QDISCLOSURE <sup>alta</sup> : soma das pontuações dos itens de divulgação de alta qualidade. QDISCLOSURE <sup>baixa</sup> : soma das pontuações dos itens de divulgação de baixa qualidade.	Relatórios de Sustentabilidade ou Relato Integrado (Indicadores GRI).
AUDIT_ ASSURANCE	A prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade ao mesmo cliente.	Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2016) e Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020).	+/-	Variável binária codificada como 0 e 1 (dummy) -1 se a firma responsável pela auditoria das demonstrações financeiras também é contratada para assegurar as divulgações de sustentabilidade de seus clientes e 0 caso contrário (ou seja, se o provedor de garantia e a firma de auditoria não coincidirem).	Relatório de asseguarção externa/Formulário de Referência/Relatório de Auditoria Independente.
BIG4	Contratação de firmas de auditoria (Big4) como provedoras de garantia.	Simnett, Vanstraelen e Chua (2009), Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2016), Hummel, Schlick e Fifka (2017), Martínez-Ferrero e García-Sánchez	+/-	Variável binária codificada como 0 e 1 (dummy) -1 para se empresa relatora contrata uma firma Big4 (KPMG, PWC, Deloitte e EY) como provedora	Relatórios de asseguarção externa.



		(2018), Borial et al. (2019) e Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020).		da assegurarão externa de seu RS e 0 caso ao contrário.	
TAM	Tamanho da empresa.	Simnett, Vanstraelen e Chua (2009), Kolk e Perego (2010), Zorio, García-Benau e Sierra (2013), Hummel, Schlick e Fifka (2017) e Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020).	+	Logaritmo natural do ativo total: $TAM_{it} \ln(Ativo Total_{it})$	Economática®/Demonstrativos financeiros.
RENT	Rentabilidade.	Hummel, Schlick e Fifka (2017) e Ruiz-Barbadillo e Martínez-Ferrero (2020).	+	Retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos (ROA): $RENT_{it} = \left\{ \frac{Lucro Líquido_{it}}{Ativo Total_{it}} \right\}$	Economática®/Demonstrativos financeiros.
ENDIV	Endividamento.	Kolk e Perego (2010), Casey e Grenier (2015) e Hummel, Schlick e Fifka (2017).	-	Grau de endividamento da empresa, indicando a proporção de ativos que estão comprometidos pelas obrigações das empresas assumidas no período: $ENDIV_{it} = \left\{ \frac{PC_{it} + PNC_{it}}{Ativo Total_{it}} \right\}$	Economática®/Demonstrativos financeiros.
TREL	Tempo de relacionamento entre provedor de garantia e empresa relatora.	Martínez-Ferrero, García-Sánchez e Ruiz-Barbadillo (2018) e Boiral et al. (2019).	+/-	Variável numérica que representa a duração do contrato de garantia em anos.	Relatórios de assegurarão externa.

Fonte: Elaboração Própria (2023).

### 3.2.3 Modelos e técnicas para análises e tratamento dos dados

As Equações 1 e 2 referem-se à contratação trabalhos de asseguarção de menor qualidade por empresas com menor qualidade na divulgação de sustentabilidade (H1); aos efeitos da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade (H2); e dos efeitos do provedor de garantia (H3) na qualidade da asseguarção externa.

$$QASSURANCE_{ti} = \beta_0 + \beta_1 QDISCLOSURE_{ti}^{alta} + \beta_2 AUDIT\_ASSURANCE_{ti} + \beta_3 BIG4_{ti} + \beta_4 TAM_{ti} + \beta_5 RENT_{ti} + \beta_6 ENDIV_{ti} + \beta_7 TREL_{ti} + \mu_{ti} + r_{ti} \quad (1)$$

$$QASSURANCE_{ti} = \beta_0 + \beta_1 QDISCLOSURE_{ti}^{baixa} + \beta_2 AUDIT\_ASSURANCE_{ti} + \beta_3 BIG4_{ti} + \beta_4 TAM_{ti} + \beta_5 RENT_{ti} + \beta_6 ENDIV_{ti} + \beta_7 TREL_{ti} + \mu_{ti} + r_{ti} \quad (2)$$

Onde  $QASSURANCE_{ti}$  representa a variável dependente mensurada pela pontuação de divulgação dos elementos de profundidade e amplitude dos processos de garantia, que varia de 0 a 17. Além disso,  $\beta_0$  é o intercepto da equação;  $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6,$  e  $\beta_7$  os receptivos parâmetros estimados com as seguintes variáveis explicativas: Divulgação de sustentabilidade de alta (baixa) qualidade, Prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade, Provedor de Garantia, Tamanho, Rentabilidade, Endividamento e Tempo de relacionamento; e  $r_{ti}$  o termo de erro aleatório da regressão.

A técnica estatística utilizada para estimar as Equações 1 e 2 consiste em modelos estatísticos de regressão hierárquico linear para dados em painel (HLM), visto que a variável dependente  $QASSURANCE$  é uma variável métrica que mede a qualidade da asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade. Os modelos hierárquicos lineares, também conhecidos por modelos lineares mistos, são utilizados para “investigar comportamentos de variáveis dependentes métricas e, a partir dos quais, serão gerados resíduos normalmente distribuídos, porém não independentes e sem variância constante” (Fávero & Belfiore, 2017, p. 856). Esses modelos apresentam especificação linear e as variáveis explicativas envolvem um misto de efeitos fixos e aleatórios.

De acordo com Hox (2010), os modelos hierárquicos consideram a suposição de que as observações dentro de um conglomerado podem estar correlacionadas, estimando, assim, com eficiência, o erro padrão dos coeficientes de regressão. Além disso, esses modelos permitem que determinados dados de uma empresa, que não variam ao longo do tempo, possam ser

comparados com dados de outra empresa, o que permite ao pesquisador avaliar as diferentes influências sobre o comportamento da variável dependente (Fávero & Belfiore, 2017). Dessa forma, a estrutura de dados desta tese foi dividida em dois níveis (HLM2), considerando as variáveis independentes da empresa  $i$  que “variam no tempo” (nível 1: medidas repetidas no tempo do elemento -  $t$ ,  $i$ ) e as variáveis independentes da empresa  $i$  “fixas no tempo” (nível 2: elemento ou unidade observacional –  $i$ ).

Quanto ao tratamento de dados, foi adotado o método de winsorização de 10% de cada cauda da distribuição como medida de tratamento para possíveis *outliers*. A identificação das *outliers* ocorreu por meio do *bloxplot* com identificação de *outliers* (Fávero & Belfiore, 2017), empregado apenas nas variáveis QASSURANCE, QDISCLOSURE, RENT, ENDIV e TREL.

A verificação da suposição do modelo relacionada à normalidade dos resíduos se deu por meio do teste de Shapiro-Francia (Fávero & Belfiore, 2017), enquanto que a multicolinearidade foi testada pelo Fator de Inflação de Variância (VIF), assumindo o limite máximo de 10 unidades (Gujarati & Porter, 2011). A heterocedasticidade, por sua vez, foi testada pelo teste de Breusch-Pagan, ao passo que autocorrelação foi verificada pelo teste de Wooldridge (Fávero & Belfiore, 2017).

Os dados necessários para a mensuração das variáveis dependentes e explicativas desta pesquisa, conforme apresentados na seção 3.2.2, foram tabulados em planilhas eletrônicas e, posteriormente, analisados por meio de *softwares* estatísticos, como R versão 3.6.0 for *Windows*, pacotes “lme4” e “nlme”, e Stata® 15.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção propõe responder à questão de pesquisa, atingir os objetivos estabelecidos, bem como testar as hipóteses levantadas pela tese. Primeiramente, apresentam-se as análises descritivas das variáveis e, na sequência, os resultados da análise de regressão utilizada para avaliar os efeitos da qualidade das divulgações de sustentabilidade, da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa. Os resultados são discutidos a partir da abordagem teórica da Teoria da Legitimidade e da literatura anterior.

##### 4.1 Análise descritiva das variáveis e estatística inferencial

Na Tabela 9, são relatadas as estatísticas descritivas das variáveis de interesse desta pesquisa.

**Tabela 9. Estatísticas descritivas**

<b>PAINEL A - Variáveis Quantitativas</b>					
<b>Variável</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
QASSURANCE	11,8987	0,9752	11,8000	10,6000	13,4000
QDISCLOSURE <sup>alta</sup>	9,8988	1,9413	10,0000	7,0000	13,0000
QDISCLOSURE <sup>baixa</sup>	1,8244	1,2443	2,0000	0,0000	4,0000
TAM	17,3513	1,6517	17,2348	15,0761	20,5063
RENT	0,0389	0,0406	0,0335	-0,0179	0,1093
ENDIV	0,6792	0,1732	0,6848	0,3997	0,9204
TREL	2,7262	1,6882	2,0000	1,0000	6,0000
<b>PAINEL B - Variáveis Qualitativas</b>					
<b>Variável</b>	<b>Nº de casos "0"</b>		<b>Nº de casos "1"</b>		
AUDIT_ASSURANCE	161		175		
BIG4	74		262		
<b>PAINEL C - Estatística U de Mann-Whitney - QASSURANCE</b>					
<b>AUDIT_ASSURANCE</b>			<b>BIG4</b>		
	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>		<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Sim	11,6000	0,8384	Sim	11,6000	0,8775
Não	12,6000	0,9649	Não	12,8667	0,9922
	$z = 7,059$	$\text{Prob} >  z  = 0,0000^*$		$z = 6,769$	$\text{Prob} >  z  = 0,0000^*$

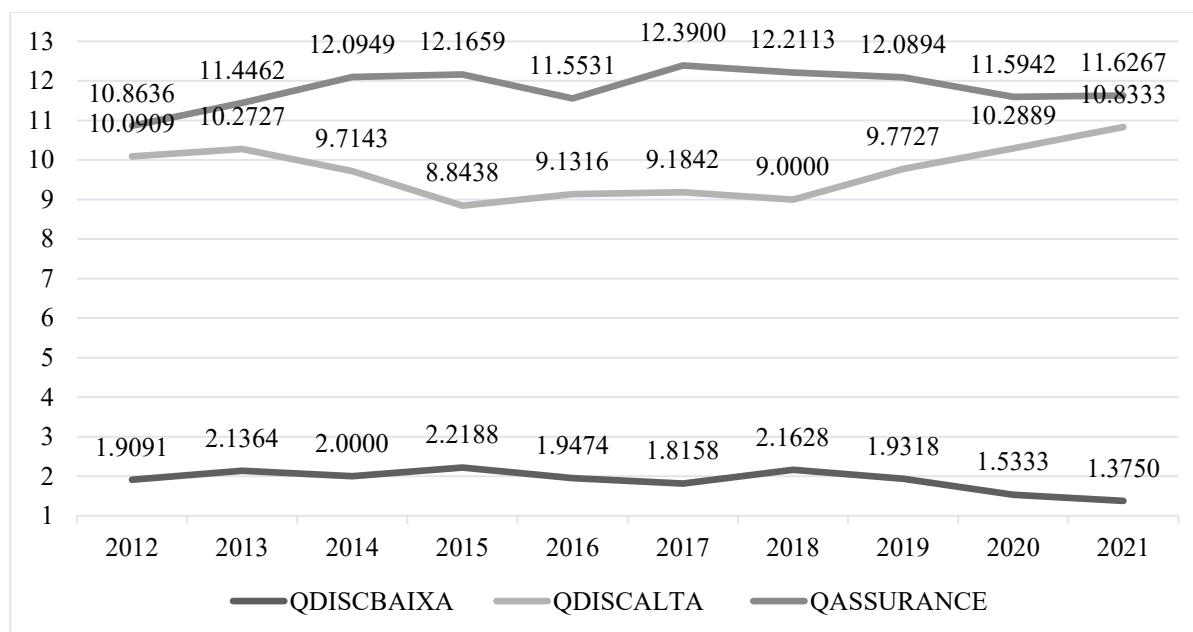
Legenda: \* ao nível de 95% de confiança, pode-se concluir que as medianas populacionais são diferentes.  
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com painel A, descrito na Tabela 9, a qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, baseada nos elementos de profundidade do processo e

amplitude do relatório de assegução externa que variam de 0 a 17, obteve uma média de 11,8987. Esse resultado fornece evidências de que a qualidade desses serviços ainda pode ser melhorada, reforçando os indícios de que a captura gerencial sobre os serviços de assegução pode restringir o exame acerca da integridade e confiabilidade das informações de sustentabilidade (Ball, Owen & Gray, 2000; O'Dwyer & Owen, 2005; Gillet, 2012; Seguí-Mas, Bolas-Araya & Polo-Garrido, 2015; Rossi & Tarquinio, 2017; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

Quanto à divulgação de sustentabilidade, observa-se que (Tabela 9), em média, dos 14 itens de divulgação de sustentabilidade cerca de 10 foram codificados como itens de alta qualidade e 2 foram codificados como itens de baixa qualidade. Este resultado demonstra que a maioria informações de sustentabilidade atenderam os requisitos mínimos de divulgação estabelecidos nas diretrizes da GRI, ainda que algumas informações tenham sido divulgadas de forma incompleta ou parcial. No que se refere as divulgações parciais, eventualmente, as empresas podem empregar esse tipo de divulgação em determinado aspecto da sustentabilidade, considerado como potencial influência negativa na legitimidade e reputação corporativa (Braam et al., 2016).

A Figura 5 demonstra o comportamento médio da qualidade da assegução externa e das divulgações de sustentabilidade.



**Figura 5. Comportamento médio da qualidade da assegução externa e das divulgações de sustentabilidade**  
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nota-se que, ao considerar o valor da média em 2012 de 10,8636, a qualidade da asseguarção externa apresentou melhoras com o passar do tempo. Quanto à qualidade das divulgações de sustentabilidade, verifica-se que a média de divulgação de itens de alta qualidade apresentaram uma queda entre o período de 2014 a 2019 enquanto que os itens de baixa qualidade mantiveram uma média constante com uma tendência de queda a partir do ano de 2018. Quanto a esse fato, ressalta-se que, além de divulgar tal informação de acordo ou não com os critérios de alta qualidade, a empresa pode optar pela não divulgação, pois a matriz de materialidade, metodologia pela qual se elege os temas materiais, define o conteúdo a ser divulgado nos relatórios, permitindo a omissão de determinado assunto/item.

A média de itens não divulgados pelas empresas da amostra foi de 2,1905, o que supera a média de divulgação de itens baixa qualidade. Dessa forma, tendo em conta que a mensuração da qualidade da divulgação de sustentabilidade proposta por Hummel e Schlick (2016) aborda aspectos fundamentais do desempenho de sustentabilidade e compreende itens de divulgação comum a todas as empresas, é possível que as empresas decidam pela não divulgação de determinado item do que o divulgar de forma incompleta ou parcial; ou, ainda, do que revelar sua verdadeira *performance*.

Com base nos resultados do painel B - Tabela 9, observa-se que, em relação ao provedor de garantia, cerca de 78% (262/336) das divulgações de sustentabilidade foram asseguradas por firmas de auditoria BIG4, sendo que 52,08% (175/336) dos provedores contratados eram filiados às firmas de auditoria que revisaram as demonstrações contábeis. Essa dominante atuação das BIG4 no mercado de asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade também foi documentada pela literatura anterior (Perego, 2009; Kolk & Perego, 2010; Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2016; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

O painel C da Tabela 9 exhibe a discriminação da amostra pela prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade e pela natureza do provedor de garantia (BIG4 ou não BIG4). Observa-se que a qualidade da asseguarção externa fornecida por firmas de auditoria Big4 (11,60) é menor do que aquela fornecida por provedores de garantia de outra natureza (12,86). A título de exemplo, constatou-se que aproximadamente 100% das firmas Big4 não relataram informações acerca de seu conhecimento especializado em sustentabilidade (elemento de competência), bem como não divulgaram as recomendações ou sugestões de melhorias para o processo de relato de seus clientes.

A não divulgação das recomendações ou sugestões de melhorias feitas pelos provedores de garantia as empresas relatoras afeta a capacidade da asseguração externa de promover a transparência organizacional e o engajamento das partes interessadas externas (Ball, Owen & Gray, 2000; Deegan, Cooper & Shelly, 2006). Esse resultado corrobora Rossi e Tarquinio (2017) e Hummel, Schlick e Fifka (2017) ao demonstrar que as grandes firmas de contabilidade estão menos motivadas a fornecer declarações de garantias mais detalhadas, pois acreditam que suas competências, amplamente reconhecidas no tradicional mercado de auditoria financeira, lhes confere o *status* de provedores de garantia legítimos.

Os resultados do teste de diferença de medianas (teste não paramétrico de *U* de Mann-Whitney), utilizado para amostra que violam a hipótese de normalidade, demonstraram significativamente ( $p < 0,05$ ) que a qualidade da asseguração externa é mais alta na amostra para qual não existe a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, bem como na amostra em que os serviços de asseguração externa é realizado por provedores de garantia não BIG4.

Os resultados descritos acima sugerem que, a princípio, a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade não melhora a qualidade da asseguração externa, bem como que as firmas de auditoria Big4 não promovem uma qualidade de asseguração externa superior em relação aos demais provedores de garantia. Esses achados são divergentes aos que foram encontrados por Zorio, García-Benau e Sierra (2013) de que o índice de qualidade é maior se os serviços de asseguração forem prestados por um auditor contábil, mas semelhantes aos que foram documentados por Gürtürk e Hahn (2016) e Rossi e Tarquinio (2017) de que os serviços de garantia fornecidos por não contadores são mais amplos.

No que se refere as variáveis de controle (painel B, Tabela 9), o valor médio do tamanho das empresas no período analisado (ativo total) é de R\$ 34.322.099,33, enquanto a média do retorno sobre os ativos (RENT) é de 3,89. Já o endividamento das empresas da amostra esteve em torno de 67,92% e tempo de relacionamento entre o provedor de garantia e a empresa relatora é de quase 3 anos (média = 2,7262).

Ademais, a Tabela 9 também relata uma dispersão controlada para as variáveis de interesse caracterizadas pelas medidas reduzidas de desvio-padrão e também pela proximidade entre a média e a mediana. Isto sugere que o procedimento de winsorização foi eficaz em reduzir o risco de influência de *outliers* na pesquisa.

Por meio da matriz de correlação, exibida na Tabela 10, verifica-se que não há valores altos para os coeficientes entre variáveis dependentes e independentes ou entre variáveis independentes, considerando que as correlações se apresentam, em sua maioria, como

moderadas (0,40 a 0,69) e baixas (0,01 a 0,39), e isso indica, de início, que os modelos não apresentam problemas de multicolinearidade.

**Tabela 10. Matriz de correlação**

	1	2	3	4	5	6	7	8
1.QASSURANCE	1							
2.QDISCLOSURE <sup>alta</sup>	0,1104*	1						
3.AUDIT_ASSURANCE	-0,3857**	0,0168	1					
4.BIG4	-0,3698**	0,0294	0,5110**	1				
5.TAM	-0,0364	0,0512	0,3469**	0,2141**	1			
6.RENT	-0,0996	0,0120	0,0118	0,1586**	-0,1794**	1		
7.ENDIV	0,0254	0,0114	0,2212**	0,0283	0,2588**	-0,4817**	1	
8.TREL	0,0559	-0,0268	0,1458**	0,1980**	0,1972**	0,0096	0,1118*	1
	1	2	3	5	6	7	8	9
1.QASSURANCE	1							
2.QDISCLOSURE <sup>baixa</sup>	-0,0406	1						
3.AUDIT_ASSURANCE	-0,3857**	-0,0966	1					
4.BIG4	-0,3698**	-0,1268*	0,5110**	1				
5.TAM	-0,0364	-0,1145*	0,3469**	0,2141**	1			
6.RENT	-0,0996	-0,0735	0,0118	0,1586**	-0,1794**	1		
7.ENDIV	0,0254	0,0073	0,2212**	0,0283	0,2588**	-0,4817**	1	
8.TREL	0,0559	0,0011	0,1458**	0,1980**	0,1972**	0,0096	0,1118*	1

Legenda: \* e \*\* correspondem a 5% e 1% de nível de significância, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ressalta-se que a verificação da suposição do modelo relacionada à multicolinearidade das variáveis é testada na subseção seguinte, juntamente com a análise multivariada dos dados.

#### 4.2 Análise multivariada confirmatória: regressão hierárquica linear para dados em painel (HLM2)

A Tabela 11 apresenta os resultados da estimação do modelo nulo ou modelo não condicional. Esta primeira estimação permite avaliar a variabilidade da qualidade da asseguuração externa das divulgações de sustentabilidade entre as empresas ao longo do tempo (2012-2021).

**Tabela 11. Estimação do modelo nulo**

QASSURANCE	Coefficiente	Erro Padrão	z	P> z
Constante	11,8879	0,0934	127,2700	0,0000
Efeitos Aleatórios - Empresas		Intercepto	Erro-Padrão	
Constante		0,3312		0,0885
Residual		0,6299		0,0527
Observações			336	
<i>Log restricted-likelihood</i>			-436,8300	
<i>LR test versus linear model</i>			<i>chibar2(01) = 66 (Sig. <math>\chi^2 = 0,000</math>)</i>	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).



A partir dos *outputs* da Tabela 11, pode-se inicialmente verificar que a estimação do parâmetro  $\gamma_{00}$  é igual a 11,8879, que corresponde à média da qualidade da asseguuração externa das divulgações de sustentabilidade esperada das empresas (reta horizontal estimada no modelo nulo, ou intercepto geral). Além disso, a correlação intraclasse (ICC), obtida por meio da estimação das variâncias dos termos de erro da constante e do residual ( $0,3312 / \{0,3312+0,6299\} = 0,3446$ ), indica que 34,46% da variância total da qualidade da asseguuração externa é devido à alteração entre empresas. Esse resultado é um primeiro indicativo de que a existência de variabilidade na qualidade da asseguuração externa das divulgações de sustentabilidade é proveniente de diferentes empresas.

Com base dos resultados apresentados na Tabela 11, é possível obter o resultado do teste *z* para os parâmetros de efeitos aleatórios. O fato de a estimação do intercepto aleatório  $\mu_{0j}$  ser superior ao seu erro-padrão indica que a variação na qualidade da asseguuração externa entre empresas é significativa. Estatisticamente, verifica-se que  $z = 0,3312 / 0,0885 = 3,7423 > 1,96$ , sendo 1,96 o valor crítico da distribuição normal padrão em um nível de significância de 5%. O resultado do teste de razão de verossimilhança (*LR test versus linear model*), na parte inferior da Tabela 11, embasa a escolha da modelagem hierárquica em deferimento de uma modelagem tradicional de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), pois com *Sig.  $\chi^2 = 0,000$*  rejeita-se a hipótese nula de que os interceptos aleatórios sejam iguais a zero (Fávero & Belfiore, 2017).

Os efeitos da qualidade da divulgação de sustentabilidade (H1); os efeitos da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguuração externa das divulgações de sustentabilidade (H2); e os efeitos da natureza do provedor de garantia (H3) na qualidade da asseguuração externa foram testados pelos modelos 1 e 2, referente às equações 1 e 2. Primeiramente, verificou-se as suposições do modelo HLM2 relacionadas à normalidade dos resíduos, multicolinearidade, heterocedasticidade e autocorrelação.

Na *performance* do teste Shapiro-Francia, foram identificados *p-valores* de 0,0066 (M1) e de 0,0002 (M2). Tais valores são inferiores ao nível de significância proposto de 5% e, portanto, rejeita-se a hipótese nula que indica a normalidade dos resíduos das equações 1 e 2. Entretanto, considerando o tamanho da amostra ( $n = 336$ ) e o Teorema do Limite Central, tal pressuposto foi relaxado (Wooldridge, 2014).

Na sequência, a Tabela 12 apresenta o resultado do teste VIF utilizado para testar a condição multicolinearidade dos modelos.

**Tabela 12. Multicolinearidade – VIF Modelos 1 e 2**

<b>PAINEL A - MODELO 1 (M1)</b>	
<b>Variável</b>	<b>VIF</b>
QDISCLOSURE <sup>alta</sup>	1,01
AUDIT_ASSURANCE	1,55
BIG4	1,46
TAM	1,32
RENT	1,41
ENDIV	1,45
TREL	1,08
<b>PAINEL B - MODELO 2 (M2)</b>	
<b>Variável</b>	<b>VIF</b>
QDISCLOSURE <sup>baixa</sup>	1,04
AUDIT_ASSURANCE	1,55
BIG4	1,47
TAM	1,33
RENT	1,42
ENDIV	1,45
TREL	1,08

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com a Tabela 12, nota-se que não há risco de multicolinearidade entre os regressores, visto que, para todas as variáveis de pesquisa, os valores de VIF estão consideravelmente distantes do valor limite de 10 unidades (Gujarati & Porter, 2011).

O teste de Breusch-Pagan estimou *p-valores* de 0,3690 (M1) e de 0,5465 (M2). Assim, ao um nível de significância proposto de 5% (*p-valor* > 0,05), pode-se afirmar que os modelos 1 e 2 não apresentam problemas de heteroscedasticidade. Por outro lado, quanto à autocorrelação, o teste de Wooldridge apresentou *p-valores* de 0,0001 (M1) e de 0,0002 (M2). Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula de que não há correlação serial de primeira ordem nos termos de erro, ao nível de significância de 5%, e, por conseguinte, foi utilizado o argumento “correlation =” na função “lme” do R para solucionar a ausência de homoscedasticidade dos modelos (Pinheiro et al., 2019).

Finalizados os procedimentos dos pressupostos básicos do modelo HLM2, têm-se os resultados finais das equações 1 e 2 na Tabela 13.

**Tabela 13. Resultados dos modelos HLM2 – Equações 1 (M1) e 2 (M2)**

<b>PAINEL A - MODELO 1 (M1)</b>					
<b>Variável</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>t</b>	<b>p-valor</b>	<b>Significância</b>
Constante	11,4321	0,7634	14,9749	0,0000	**
QDISCLOSURE <sup>alta</sup>	0,0209	0,0276	0,7569	0,4497	
AUDIT_ASSURANCE	-0,5244	0,1353	-3,8764	0,0001	**
BIG4	-0,6195	0,1649	-3,7563	0,0002	**
TAM	0,0447	0,0426	1,0474	0,2958	
RENT	-0,9064	1,5894	-0,5703	0,5690	
ENDIV	0,1173	0,4467	0,2626	0,7931	
TREL	0,0589	0,0330	1,7824	0,0758	

Observações						336
<i>Log restricted-likelihood</i>						-410,3053
Prob > chi2						0,0000
<b>PAINEL B - MODELO 2 (M2)</b>						
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t	p-valor	Significância	
Constante	11,8252	0,7507	15,7529	0,0000	**	
QDISCLOSURE <sup>baixa</sup>	-0,0572	0,0376	-1,5213	0,1293		
AUDIT_ASSURANCE	-0,5251	0,1352	-3,8837	0,0001	**	
BIG4	-0,6332	0,1650	-3,8375	0,0002	**	
TAM	0,0409	0,0432	0,9467	0,3446		
RENT	-1,0081	1,5883	-0,6347	0,5262		
ENDIV	0,1080	0,4496	0,2403	0,8103		
TREL	0,0608	0,0329	1,8486	0,0656		
Observações						336
<i>Log restricted-likelihood</i>						-409,0989
Prob > chi2						0,0000

Legenda: \* e \*\* correspondem a 5% e 1% de nível de significância, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os resultados dos modelos 1 e 2 (Tabela 13), que se referem às divulgações de alta qualidade (painel A) e às divulgações de baixa qualidade (painel B), não fornecem evidências significativas de que empresas com menor qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguarção de menor qualidade (H1), como outrora fundamentado por pressupostos da Teoria da Legitimidade e literatura anterior (O'Dwyer & Owen, 2005; Fonseca, 2010; Hummel & Schlick, 2017; Braam & Peeters, 2018; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020). Entretanto, ambos os modelos são coerentes em demonstrar que a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade produz uma qualidade de asseguarção externa menor (M1:  $\gamma = -0,5244$ ,  $p < 0,01$  e M2:  $\gamma = -0,5251$ ,  $p < 0,01$ ).

Os resultados da Tabela 13 dão suporte para H2, porém mostram evidências contraditórias ao argumento apresentado pela literatura anterior de que a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade afeta positivamente a qualidade do processo de asseguarção (Martínez-Ferrero, García-Sánchez e Ruiz-Barbadillo, 2018; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020).

Conforme discutido pela literatura, o efeito negativo e significativo da variável AUDIT\_ASSURANCE pode ser uma evidência que reforça a captura gerencial nos serviços de asseguarção externa, uma vez que, a familiaridade com empresa relatora reduz a capacidade do provedor de garantia em agir de forma independente. Estudos anteriores sugeriram que a falta de independência implica em um maior controle exercido pela empresa relatora na determinação dos termos de contrato de garantia, que, conseqüentemente, reflete na qualidade

da asseguração externa (Ball, Owen & Gray, 2000; O'Dwyer & Owen, 2005; Boiral & Gendron, 2011; Perego & Kolk, 2012; Farooq & De Villiers, 2019b).

Os resultados relatados na Tabela 13 coadunam com os argumentos de Boiral et al. (2019), ao sugerir que a familiaridade com as empresas relatoras podem minar o ceticismo profissional, pensamento crítico e a independência necessários para realizar trabalhos de asseguração externa de qualidade. Ainda, a esse respeito, esses resultados se mostraram consistentes com a discussão de Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020) ao apontar que essa familiaridade, advinda do relacionamento prévio entre cliente-provedor, levam os provedores de garantia a conduzir verificações superficiais e simbólicas em vez de verificações substanciais, flexíveis aos interesses de seus clientes.

Em relação a natureza do provedor de garantia (H3), representada pela variável BIG4, verifica-se na Tabela 13 que a qualidade da asseguração externa é significativamente menor quando o provedor contratado é uma firma de auditoria Big4 (M1:  $\gamma = -0,6195$ ,  $p < 0,01$  e M2:  $\gamma = -0,6332$ ,  $p < 0,01$ ). Os resultados de ambos os modelos são consistentes em demonstrar que, na prática, a reputação e o reconhecimento das grandes firmas de contabilidade no mercado de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade não melhoram a qualidade da asseguração externa.

Observa-se, por exemplo no M1 (painel 1, Tabela 13), que quando o provedor de garantia é uma firma de auditoria Big4 a qualidade da asseguração externa reduz cerca de 0,6195. Tal fato é reforçado pelos resultados do teste de diferença de medianas que demonstraram significativamente ( $p < 0,05$ ) que a qualidade da asseguração externa é mais alta na amostra em que os serviços de asseguração externa são realizados por provedores de garantia não Big4.

A literatura sobre a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade não apresenta um consenso sobre qual provedor de garantia é mais indicado para os serviços de garantia. A esse respeito, os resultados fornecidos por este trabalho são semelhantes aos estudos anteriores, por exemplo Seguí-Mas, Bolla-Araya e Polo-Garrido (2015), Rossi e Tarquinio (2017) e Hummel, Schlick e Fifka (2017), fornecendo evidências de provedores de garantia dotados de conhecimento especializado em sustentabilidade afetam positivamente a qualidade da asseguração externa.

Por outro lado, os resultados descritos acima são divergentes com literatura que apontam os atributos das firmas de auditoria Bi4, relacionados aos conhecimentos e experiência advindos da profissão de auditor financeiro, exercem impacto positivo na qualidade da asseguração

externa (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017b, 2018; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020; García-Sánchez et al., 2022).

Diante do efeito negativo e significativo da variável BIG4, consoante a estudos anteriores (O'Dwyer & Owen, 2005; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2018), pode-se inferir que o reconhecimento e domínio das firmas auditoria Big4 no mercado de asseguarção externa é consequência de seu capital reputacional, percebido pelas empresas relatoras como suficientes para atribuir legitimidade as suas divulgações de sustentabilidade.

Além disso, o referido resultado reforça a discussão proposta por Boiral e Gendron (2011) e Boiral, Heras-Saizarbitoria e Brotherton (2019) de que a dominante atuação das firmas Big4 é um reflexo do desenvolvimento de uma “sociedade de auditoria” empregada como uma espécie de rótulo de qualidade e que os procedimentos contábeis subjacentes ao processo de garantia parecem mal adaptados à natureza qualitativa, complexa e multifacetada das informações de sustentabilidade. Nesse ponto, Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020), ainda, sugerem que a chancela de uma firma de auditoria Big4 parece atribuir, simbolicamente, credibilidade as informações de sustentabilidade, de forma desconectada da realidade.

De acordo com a Tabela 13, as demais variáveis de controle TAM, RENT, ENDIV e TREL não apresentaram significância estatística ( $p > 0,01$  e  $0,05$ ) nos modelos 1 e 2, contrariando resultados de estudos anteriores (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Zorio, García-Benau & Sierra, 2013; Casey & Grenier, 2015; Hummel, Schlick & Fifka, 2017; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2018; Martínez-Ferrero, García-Sánchez & Ruiz-Barbadillo, 2018; Ruiz-Barbadillo & Martínez-Ferrero, 2020). Desse modo, não há evidências de que empresas mais rentáveis e menos endividadas contratem serviços de asseguarção de maior qualidade.

Relativo às hipóteses de pesquisa, os resultados estimados pelos modelos 1 e 2, vide Tabelas 13, estão descritos na Tabela 14.

**Tabela 14. Hipóteses de pesquisa**

Hipótese	Modelos		Sinal Encontrado
	1	2	
H1: Empresas com menor qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguarção de menor qualidade.	Rejeitada	Rejeitada	insignificante
H2: A prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade afeta a qualidade do processo de asseguarção.	Não se rejeita	Não se rejeita	-/-

---

H3: A natureza do provedor de garantia afeta a qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade.	Não se rejeita	Não se rejeita	-/-
---	----------------	----------------	-----

---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, este trabalho fornece resultados que suportam H2 e H3. As evidências dos efeitos negativo da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e das firmas de auditoria Big4 na qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade sinalizam que a perda de independência do provedor e a simbologia da marca Big4. Esses fatores reforçam captura gerencial sobre o processo de asseguração, sugerindo que a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade pode ser usada pelas empresas como uma estratégia deliberada para estabelecer e manter a legitimidade organizacional (Boiral, Heras-Saizarbitoria & Brotherton, 2019; Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020).

## 5. CONCLUSÕES

A crise de credibilidade das divulgações de sustentabilidade tem motivado diversas empresas a adotarem, complementarmente, a asseguração externa como uma estratégia para aumentar a confiança do público na sustentabilidade corporativa. Sob a ótica da Teoria da Legitimidade, a legitimidade organizacional é ainda mais fortalecida se a confiabilidade dessas informações for assegurada por um provedor de garantia independente.

A falta de padrões e de regulamentação específica orientados para complexidade das revisões externas de informações de sustentabilidade permitem que as empresas relatoras controle os aspectos mais críticos do processo de asseguração externa, como a escolha do provedor de garantia e os termos do contrato de garantia, que se relacionam aos elementos de amplitude e a profundidade da garantia.

Considerando a captura gerencial dos processos de elaboração, divulgação e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, empresas podem contratar serviços de asseguração externa de menor qualidade com a intuito de não revelar seu verdadeiro desempenho em sustentabilidade, bem como manter as taxas dos serviços de garantia baixas. A respeito disso, destaca-se que relatório de garantia é um importante meio na tentativa de influenciar as percepções do público sobre a legitimidade da empresa, já que os usuários desses relatórios não compreendem e nem distinguem diferentes formas de garantia.

No mercado da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, firmas de contabilidade Big4 podem oferecer serviços de auditoria e asseguração externa simultaneamente à mesma empresa cliente. No entanto, o *trade-off* existente entre os benefícios da prestação conjunta desses serviços, a dependência econômica do auditor e os conflitos de interesses gerados a partir da familiaridade com a empresa relatora fomenta discussões acerca das reais preocupações que motivam as empresas a adotar a asseguração externa como estratégia simbólica de legitimação.

Diante desta conjectura, este trabalho de tese buscou avaliar os efeitos da qualidade das divulgações de sustentabilidade, da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e da natureza do provedor de garantia na qualidade da asseguração externa de empresas brasileiras que asseguraram suas divulgações de sustentabilidade entre os anos de 2012-2021.

A H1 da pesquisa, a qual presumia que empresas com menor qualidade na divulgação de sustentabilidade são mais propensas a contratar trabalhos de asseguração de menor qualidade, foi rejeitada. Desse modo, não se obteve evidências de que as empresas com menor qualidade na divulgação de sustentabilidade gerencie a percepção do público acerca da

legitimidade organizacional por meio da contratação de serviços de asseguarção de qualidade de menor qualidade. Possível explicação para esse resultado é que a qualidade da asseguarção externa parece ser mais afetada por fatores relacionados aos atributos dos provedores de garantia e da relação entre cliente-provedor do que características relacionadas às empresas relatoras.

Os resultados dos modelos de regressão 1 e 2 (HLM2) apoiam H2 e H3 da tese. As evidências encontradas acerca dos conflitos de interesses estabelecidos pela familiaridade entre o provedor de garantia e empresa relatora; e da decisão de contratar uma firma Big-4 como provedor de garantia possa estar relacionada aos efeitos da simbologia da “marca” suportam o argumento de que, na prática, a busca por legitimidade é considerada um dos principais motivos para que as empresas contratem os serviços asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade com intuito de proteger a reputação corporativa.

O principal resultado desta tese foi documentar o efeito negativo e significativo da prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade na qualidade da asseguarção externa. Dessa maneira, há indícios que configuram a perda de independência do provedor de garantia, resultante dos conflitos de interesses estabelecidos pela familiaridade entre a firma de auditoria e empresa relatora. Além disso, o efeito negativo e significativo da variável BIG4 indica que o reconhecimento e domínio das firmas auditoria Big4 no mercado de asseguarção externa é consequência de seu capital reputacional, percebido pelas empresas relatoras como suficientes para atribuir legitimidade as suas divulgações de sustentabilidade.

Convém esclarecer que este trabalho não desconsidera que as competências e conhecimentos específicos necessários para uma auditoria sejam transferíveis para os trabalhos de asseguarção externa - efeito *knowledge spillover* - e que essa sinergia pode melhorar a qualidade do processo. No entanto, a falta de requisitos mínimos ou obrigatórios de qualidade fortalece o controle das empresas relatoras sobre o processo e provedores de garantia. Nesse sentido, enfatiza-se que o ceticismo profissional, pensamento crítico e independência são requisitos necessários, apontados pela literatura, para que provedor ofereça um serviço de asseguarção externa de qualidade.

Em suma, pode-se afirmar, com base nos resultados da presente tese que: a) não há evidências de que a qualidade da divulgação de sustentabilidade anteceda a qualidade da asseguarção externa; b) ao contrário do que apontado pela literatura, o efeito negativo e significativo da prestação conjunta dos serviços de auditoria e asseguarção externa contesta os benefícios dessa prática na qualidade da garantia externa, e, dessa forma, diversos conflitos



podem contribuir para a falta de independência do provedor, como a dependência econômica e familiaridade com a empresa relatora; e, por fim, c) simbologia da “marca” Big4, uma vez que, a qualidade dos serviços de asseguração externa fornecidos por esses profissionais é menor do que aqueles prestados por outros tipos de provedores.

Com isto, esta tese cumpre com seu objetivo geral. Em parte, foi possível confirmar a tese proposta de que a prestação conjunta de serviços de auditoria e asseguração externa e natureza do provedor de garantia são fatores que influenciam a qualidade da asseguração externa. Os sinais encontrados para essas relações permitem qualificar a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação simbólica empregada no gerenciamento da legitimidade organizacional.

A falta de independência do provedor permite que os processos de asseguração externa sejam realizados superficialmente, conduzidos, principalmente, pelos interesses da empresa relatora. Este fato favorece a captura gerencial dos processos de asseguração externa, impedindo que esses processos agreguem valor e relevância às divulgações de sustentabilidade. Da forma como ocorre, esses processos não contribuem verdadeiramente com o desempenho ESG, pois se encontram desassociados das reais práticas organizacionais.

Os resultados encontrados nesta tese apresentam implicações de natureza teórica, prática e social. Primeiramente, em relação às implicações teóricas destaca-se que as evidências em relação captura gerencial esclarecem as reais motivações das empresas quanto a contratação dos serviços de asseguração externa, bem como amplia e consolida essas discussões sob uma lente social - Teoria da Legitimidade. As evidências aqui documentadas permitem qualificar a asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como uma técnica utilizada pelas empresas brasileiras para gerenciar a percepção do público acerca da legitimidade organizacional.

Ainda, este trabalho de tese avança na literatura anterior, fornecendo evidências para o debate da qualidade da asseguração externa. Especificamente, esta pesquisa identificou determinantes da qualidade da garantia, principalmente, aqueles pautados no relacionamento cliente e provedor.

Dentre os determinantes avaliados, destaca-se a prestação conjunta dos serviços de auditoria e asseguração externa e a natureza do provedor de garantia. Quanto à a prestação conjunta dos serviços de auditoria e asseguração externa, observou-se a escassez de estudos empíricos que avaliassem as implicações desse determinante na qualidade da garantia, ou seja, pouco se sabe sobre o real impacto na qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade quando o provedor de garantia também é a firma que presta o serviço de

auditoria financeira. Nesse ponto, uma das principais contribuições deste trabalho é de contradizer a escassa literatura anterior ao mostrar empiricamente que essa relação preexistente está associada a perda de independência do provedor, atributo relevante na prestação de serviços de asseguração externa de qualidade.

No que se refere a natureza do provedor de garantia, a literatura anterior sobre o impacto do provedor na qualidade da asseguração externa apresenta um debate controverso em torno dos atributos de diferentes profissionais: qual provedor de garantia estaria melhor qualificado para os serviços de asseguração externa? Com base na literatura pré-existente, há uma expectativa que alguns dos atributos das grandes firmas de contabilidade possam contribuir para uma maior qualidade do trabalho de asseguração externa.

Observando a referida expectativa, esta tese contribui, de forma empírica, em demonstrar que os provedores de garantia não Big4 fornecem serviços de asseguração de maior qualidade. A esse respeito, a questão acerca do domínio das firmas de auditoria Big4 no mercado de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade foi abordada: conjunto de habilidades e competências versus capital reputacional. Nesse debate, este trabalho complementa a literatura anterior, fornecendo evidências que ajudam a compreender a potencial vantagem competitiva para as firmas Big 4 advinda de suas redes de clientes de auditoria, como foi apontado por Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2016).

A análise contribui à literatura que examina a disparidade da prática de asseguração das divulgações de sustentabilidade entre regiões e contextos, conforme indicado anteriormente. Esta tese expande esse tema de pesquisa no Brasil, abordando os determinantes da qualidade da asseguração externa.

As evidências obtidas nesta tese têm implicações de natureza prática, sobretudo, para órgãos reguladores e provedores de garantia. Para os órgãos reguladores, os resultados são úteis, pois mostram que os serviços de asseguração externa carecem de apoio institucional. Nesse aspecto, a formulação de requisitos básicos de qualidade para esses serviços ajudaria na mitigação da captura gerencial, fortalecendo a independência do provedor de garantia. Além disso, este trabalho se faz oportuno no momento em que as organizações nacionais e internacionais de contabilidade, como Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e International Accounting Standards Board (IASB), veem discutindo como tratar os principais desafios de diferentes tipos de asseguração externa, incluindo a revisão externa das divulgações de sustentabilidade.

Devido a notória atuação dos profissionais de contabilidade no mercado de asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, órgãos reguladores e profissionais de contabilidade

devem refletir a respeito de formas de aperfeiçoamento profissional no assunto “sustentabilidade”. Ao contrário das informações financeiras, as informações de sustentabilidade são de conteúdo diverso, complexo, específico e extenso. Por esse motivo, sua verificação se torna complexa para os profissionais. Dessa forma, tanto o aprimoramento profissional quanto a adequação de normas alinhadas com as especificidades do conteúdo de sustentabilidade são contributivos para um provedor de garantia com competência técnica suficiente para realizar serviços de asseguração externa eficientes.

No que se refere ao papel social da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade, que consiste na capacidade de o provedor garantir que os interesses e as expectativas das partes interessadas, principalmente externas, relacionados à RSC sejam atendidos (Manetti & Toccafondi, 2012); este trabalho de tese faz uma relevante observação em relação a independência do provedor de garantia. Destaca-se que a falta de independência prejudica a qualidade, ou seja, a eficiência dos processos de asseguração externa. Por esse motivo, é discutível se os provedores de garantia têm desempenhado corretamente o papel de atestar a confiabilidade das informações relatadas.

No mais, esta tese está sujeita a algumas limitações. Dentre essas limitações, destaca-se a dificuldade de regressar análises de sensibilidade usando medidas alternativas para a qualidade da asseguração externa. Como a qualidade da garantia é multidimensional, não há uma característica única que possa ser usada para medi-la. Dessa forma, pesquisas futuras podem corroborar esses achados com diferentes medidas. A esse respeito, ressalta-se que a coleta de dados para profundidade do processo e amplitude do relatório de asseguração externa baseia-se nas informações contidas nas declarações de garantia de sustentabilidade, sendo sustentada pela suposição de que as informações relatadas sejam verdadeiras e completas.

Outra limitação importante está associada ao tamanho amostral e a consistência por parte das empresas em divulgar e assegurar externamente suas divulgações de sustentabilidade. Apesar do crescimento da demanda por asseguração e, recentemente, da demanda por relatórios de garantia de alta qualidade, vigora no Brasil a discricionariedade na adoção dessas práticas. Esse fato gera restrições quanto ao número de observações e balanceamento do painel, em caso, de análises em séries temporais. Além disso, a fusão do banco de dados das divulgações e asseguração externa das divulgações de sustentabilidade com dados econômicos e financeiros, também, limitou a amostra de pesquisa.

É importante enfatizar que, apesar desta tese qualificar a asseguração externa das divulgações das informações de sustentabilidade como uma estratégia de legitimação simbólica empregada no gerenciamento da legitimidade organizacional, não foi pretensão da autora

simplificar a realidade complexa, anulando outros motivos possíveis já mencionados anteriormente. Desse modo, recomenda-se para futuras pesquisas que as limitações descritas sejam de alguma forma desafiadas.

A confirmação do efeito negativo da prestação conjunta dos serviços de auditoria e asseguração externa na qualidade da garantia sugere evidências de que a falta de independência inviabilize serviços de asseguração capazes de melhorar a qualidade da informação de sustentabilidade. Esse *insight* deve motivar investigações futuras a explorarem de forma profunda a relação entre a empresa relatora e o provedor garantia, na tentativa de compreender como as empresas relatoras influenciam, na prática, as negociações dos termos de contrato de asseguração externa, demonstrando a maneira como essa interferência prejudica a capacidade do provedor de se manter independente.

## REFERÊNCIAS

- Acar, M., & Temiz, H. (2020). Empirical analysis on corporate environmental performance and environmental disclosure in an emerging market context: socio-political theories versus economics disclosure theories. *International Journal of Emerging Markets*, 15(6), 1061-1082. doi: <https://doi.org/10.1108/IJOEM-04-2019-0255>.
- Accountability. (2008). AA1000 Stakeholder engagement standard 2008. London: Accountability. Recuperado de <http://www.mas-business.com/docs/AA1000APS%202008%20Final.pdf>. Acesso em 13 junho de 2019.
- Adams, C. A., & Evans, R. (2004). Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. *Journal of Corporate Citizenship*, 14, 97–115. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/jcorpciti.14.97>. Acesso em 13 setembro de 2019.
- Aerts, W. and Cormier, D. (2009). Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, 34 (1), 1-27. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2008.02.005>.
- Aguinis, H. (2011). Organizational responsibility: Doing good and doing well. In S. Zedeck (Ed.), *APA handbook of industrial and organizational psychology 3*, 855-879. Washington, DC: American Psychological Association. Doi: 10.1037/12171-024.
- Alrazi, B., De Villiers, C., & Van Staden, C. J. (2015). A comprehensive literature review on, and the construction of a framework for, environmental legitimacy, accountability and proactivity. *Journal of Cleaner Production*, 102, 44-57.
- Ameer, R., & Othman, R. (2012). Sustainability practices and corporate financial performance: A study based on the top global corporations. *Journal of Business Ethics*, 108(1), 61-79.
- Andriof, J., Waddock, S., Husted, B., & Rahman, S. (2002). *Unfolding stakeholder thinking: Theory, responsibility and engagement*. Sheffield: Greenleag Publishing.
- Ashforth, B. & Gibbs, B. (1990). The double-edge of organizational legitimation. *Organization Science*, 1 (2), 177-194.
- Ball, A., Owen, D. L., & Gray, R. (2000). External transparency or internal capture? The role of third-party statements in adding value to corporate environmental reports. *Business Strategy and the Environment*, 9, 1–23. doi: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0836\(200001/02\)9:1<1::AID-BSE227>3.0.CO;2-H](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0836(200001/02)9:1<1::AID-BSE227>3.0.CO;2-H)
- Baudrillard, J., (1984). The precession of simulacra. In: Wallis, B. (Ed.), *Art after Modernism: Rethinking Representations*. David R Godine, Boston, MA, 253-282.
- Baudrillard, J., (1994). *Simulacra and Simulation*. University of Michigan Press, Ann Arbor, MI.
- Bansal, P. & Clelland, I. (2004). Talking trash: legitimacy, impression management, and unsystematic risk in the context of the natural environment. *Academy of Management Journal*, 47 (1), 93-103. doi: <https://doi.org/10.5465/20159562>.

- Bebbington, J., Larrinaga, C., & Moneva, J. M. (2008). Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21 (3), 337-361. doi: <https://doi.org/10.1108/09513570810863932>.
- Beck, P. J., & Wu, M. G. (2006). Learning by doing and audit quality. *Contemporary Accounting Research*, 23(1): 1-30. doi: <https://doi.org/10.1506/AXU4-Q7Q9-3YAB-4QE0>.
- Boiral, O. (2016). Accounting for the unaccountable: Biodiversity reporting and impression management. *Journal of Business Ethics*, 135(4), 751–768. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2497-9>.
- Boiral, O., & Gendron, Y. (2011). Sustainable development and certification practices: Lessons learned and prospects. *Business Strategy and the Environment*, 20(5), 331-347. doi: <https://doi.org/10.1002/bse.701>.
- Boiral, O., & Heras-Saizarbitoria, I. (2020). Sustainability reporting assurance: Creating stakeholder accountability through hyperreality?. *Journal of Cleaner Production*, 243, 118596. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118596>.
- Boiral, O., & Henri, J. F. (2017). Is sustainability performance comparable? A study of GRI reports of mining organizations. *Business & Society*, 56(2), 283-317. doi: <https://doi.org/10.1177/0007650315576134>.
- Boiral, O., Heras-Saizarbitoria, I., & Brotherton, M. (2019). Assessing and improving the quality of sustainability reports: The auditors' perspective. *Journal of Business Ethics*. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3516-4>.
- Boiral, O., Heras-Saizarbitoria, I., Brotherton, M., & Bernard, J. (2019). Ethical issues in the assurance of sustainability reports: Perspectives from assurance providers. *Journal of Business Ethics*, 159(4), 1111-1125. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3840-3>.
- Braam, G. J., de Weerd, L. U., Hauck, M., & Huijbregts, M. A. (2016). Determinants of corporate environmental reporting: The importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production*, 129, 724-734. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.03.039>.
- Braam, G., & Peeters, R. (2018). Corporate sustainability performance and assurance on sustainability reports: Diffusion of accounting practices in the realm of sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25 (2), 164-181. doi: <https://doi.org/10.1002/csr.1447>.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4 (4), 497-505. Doi: <https://doi.org/10.5465/amr.1979.4498296>
- Casey, R. J., & Grenier, J. H. (2015). Understanding and contributing to the enigma of corporate social responsibility (CSR) assurance in the United States. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34 (1), 97–130. Doi: <https://doi.org/10.2308/ajpt-50736>.

- Channuntapipat, C., Samsonova-Taddei, A., & Turley, S. (2019). Exploring diversity in sustainability assurance practice. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(2), 556–580. Doi: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2940>.
- Cho, C. H., Laine, M., Roberts, R. W., & Rodrigue, M. (2015). Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 40, 78–94. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.12.003>.
- Cho, C. H., Michelon, G., & Patten, D. M. (2012). Impression management in sustainability reports: An empirical investigation of the use of graphs. *Accounting and the Public Interest*, 12 (1), 16–37. Doi: <https://doi.org/10.2308/apin-10249>.
- Cho, C. H., Michelon, G., Patten, D. M., & Roberts, R. W. (2014). CSR report assurance in the USA. An empirical investigation of determinants and effects. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5 (2), 130–148. Doi: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2014-0003>.
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32 (7-8), 639-647. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>.
- Clark, B. R. (1956). Organizational adaptation and precarious values: A case study. *American Sociological Review*, 21 (3), 327-336.
- Clarkson, M. B. (1995). A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. *Academy of Management Review*, 20 (1) 92-117.
- Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33 (4), 303–327. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.05.003>.
- Cohen, J. R., & Simnett, R. (2015). CSR and assurance services: A research agenda. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34 (1), 59–74. doi: <https://doi.org/10.2308/ajpt-50876>.
- Comissão Europeia (2014). Non-financial reporting. Recuperado de [http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/non-financial\\_reporting/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/non-financial_reporting/index_en.htm). Acesso em 10 de agosto de 2021.
- Dando, N., & Swift, T. (2003). Transparency and assurance: Minding the credibility gap. *Journal of Business Ethics*, 44, 195–200. doi: <https://doi.org/10.1023/A:1023351816790>.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor independence, ‘low balling’, and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113–127.
- Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 15 (3), 282-311.

- Deegan, C. (2006). Legitimacy theory. *Methodological Issues in Accounting Research: theories and methods*, 161-182.
- Deegan, C. (2007). Organizational Legitimacy as a Motive for Sustainability Reporting, in J. Unerman, J. Bebbington and B. O'Dwyer (eds.), *Sustainability, Accounting and Accountability*, 146-168. Routledge.
- Deegan, C., Barry, J.C. & Shelly, M. (2006). An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. *Managerial Auditing Journal*, Vol. 21 No. 4, pp. 329-371. Doi: <https://doi.org/10.1108/02686900610661388>.
- Deegan, C., Cooper, B. J., & Shelly, M. (2006). An investigation of TBL report assurance statements: Australian evidence. *Australian Accounting Review*, 16 (39), 2-18. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2006.tb00355.x>.
- De Villiers, C., & Van Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 31 (8), 763-781.
- Dowling, J., & Pfeffer, J. 1975. Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. *Pacific Sociological Review*, 18, 122-136.
- Elsbach, K. D., & Sutton, R. I. 1992. Acquiring organizational legitimacy through illegitimate actions: A marriage of institutional and impression management theories. *Academy of Management Journal*, 35, 699-738.
- Edgley, C. R., Jones, M. J., & Solomon, J. F. (2010). Stakeholder inclusivity in social and environmental report assurance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(4), 532–557. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513571011041615>.
- Engelbrecht, L., Yasseen, Y., & Omarjee, I. (2018). The role of the internal audit function in integrated reporting: A developing economy perspective. *Meditari Accountancy Research*, 26(4), 657–674. Doi: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2017-0226>.
- Eugénio, T. (2010). Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade. *Revista Universo Contábil*, FURB, 6 (1), 102-118.
- Farooq, M. B., & De Villiers, C. (2017). The market for sustainability assurance services: A comprehensive literature review and future avenues for research. *Pacific Accounting Review*, 29(1), 79–106. Doi: <https://doi.org/10.1108/PAR-10-2016-0093>.
- Farooq, M. B., & de Villiers, C. (2018). The shaping of sustainability assurance through the competition between accounting and non-accounting providers. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32 (1), 307-336. doi: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2016-2756>.
- Farooq, M. B., & de Villiers, C. (2019a). Sustainability assurance: who are the assurance providers and what do they do?. In *Challenges in managing sustainable business*, 137-154. Palgrave Macmillan, Cham. doi: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-93266-8\\_6](https://doi.org/10.1007/978-3-319-93266-8_6).



- Farooq, M.B. & de Villiers, C. (2019b). How sustainability assurance engagement scopes are determined, and its impact on capture and credibility enhancement. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33 (2), 417-445. doi: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2018-3727>.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2016). The assurance market of sustainability reports: What do accounting firms do?. *Journal of Cleaner Production*, 139, 1128-1137. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.08.157>.
- Fonseca, A. (2010). How credible are mining corporations' sustainability reports? A critical analysis of external assurance under the requirements of the international council on mining and metals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17 (6), 355-370. doi: <https://doi.org/10.1002/csr.230>.
- Fonseca, V. S. D., & Machado-da-Silva, C. L. (2002). Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. *Organizações & Sociedade*, 9 (25), 93-109. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000600004>.
- Freedman, M., & Stagliano, A. J. (2008). Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. *Critical Perspectives on Accounting*, 19 (4), 466-486. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.01.006>.
- Freeman, R.E., (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Cambridge University Press, Boston, MA.
- Frost, G.R., Seamer, M., (2002). Adoption of environmental reporting and management practices: an analysis of New South Wales public sector entities. *Financial Accountability & Management*, 18 (2), 103-127. doi: <https://doi.org/10.1111/1468-0408.00147>.
- García-Sánchez, I.-M., Raimo, N., Uribe-Bohorquez, M.-V., & Vitolla, F. (2022). Corporate reputation and stakeholder engagement: Do assurance quality and assurer attributes matter? *International Journal of Auditing*, 26(3), 388– 403. doi: <https://doi.org/10.1111/ijau.12287>
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e Técnicas de pesquisa Social* (6a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Gillet, C. (2012). A study of sustainability verification practices: the French case. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 8 (1), 62-84. doi: <https://doi.org/10.1108/18325911211205748>.
- Gillet, C. (2015). Assurance of Sustainability Information: A Study of Media Pressure. *Accounting in Europe*, 12 (1), 87-105. doi: 10.1080/17449480.2015.1036894.
- Grandy, G., & Mills, A. J. (2004). Strategy as simulacra? A radical reflexive look at the discipline and practice of strategy. *Journal of Management Studies*, 41(7), 1153-1170. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2004.00470.x>.

- Gray, D. E. (2016). *Pesquisa no mundo real*. (2a. ed.). Porto Alegre: Penso Editora.
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8 (2), 47-77. Doi: <https://doi.org/10.1108/09513579510146996>.
- Gray, R., Owen, D., & Adams, C. (1996). *Accounting & accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting*. Prentice Hall.
- Gray, R.H. (2000). Current developments and trends in social and environmental auditing, reporting and attestation: a review and comment. *International Journal of Auditing*, 4 (3), 247–268. doi: <https://doi.org/10.1111/1099-1123.00316>.
- Gray, R.H. (2001). Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt?. *Business Ethics: A European Review*, 10 (1), 9–15. doi: <https://doi.org/10.1111/1467-8608.00207>.
- Gray, R.H. (2006). Social, environmental and sustainability reporting and organizational value creation? Whose value? Whose creation?. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19 (6), 793-819. doi: <https://doi.org/10.1108/09513570610709872>.
- GRI (Global Reporting Initiative). (2006). *G3 sustainability reporting guidelines*. Amsterdam: Global Reporting Initiative. Recuperado de <https://www.iasplus.com/en/binary/ifac/0601g3guidelines.pdf>. Acesso em 13 setembro de 2020.
- GRI (Global Reporting Initiative). (2013). *Reporting principles and standard disclosures*. Amsterdam: Global Reporting Initiative. Recuperado de <https://respect.international/g4-sustainability-reporting-guidelines-reporting-principles-and-standard-disclosures/>. Acesso em 10 setembro de 2019.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Basic econometrics*. Boston, Mass: McGraw-Hill.
- Gürtürk, A. & Hahn, R. (2016). An empirical assessment of assurance statements in sustainability reports: smoke screens or enlightening information?. *Journal of Cleaner Production*, 136 (A), 30-41. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.09.089>.
- Hasan, M., Roebuck, P. J., & Simnett, R. (2003). An investigation of alternative report formats for communicating moderate levels of assurance. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 22(2), 171–187. Doi: <https://doi.org/10.2308/aud.2003.22.2.171>.
- Henriques, I., & Sadorsky, P. (1999). The relationship between environmental commitment and managerial perceptions of stakeholder importance. *Academy of management Journal*, 42 (1), 87-99. doi: <https://doi.org/10.5465/256876>.
- Hickman, L.E, & Cote, J. (2019). CSR reporting and assurance legitimacy: a client Assuror Dyad investigation. *Journal of Applied Accounting Research*, 20 (4), 372-393. doi: <https://doi.org/10.1108/JAAR-01-2018-0009>.

- Hodge, K., Subramaniam, N., & Stewart, J. (2009). Assurance of sustainability reports. Impact on report users' confidence and perceptions of information credibility. *Australian Accounting Review*, 19(3), 178–194. doi: <https://doi.org/10.1111/zj.1835-2561.2009.00056.x>.
- Hox, J. J. (2010). *Quantitative methodology series. Multilevel analysis: Techniques and applications* (2nd ed.). New York, NY, US: Routledge/Taylor & Francis Group.
- Hummel, K., & Schlick, C. (2016). The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure quality. Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 455–476. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.001>.
- Hummel, K., Schlick, C., & Fifka, M. (2017). The role of sustainability performance and accounting assurors in sustainability assurance engagements. *Journal of Business Ethics*, 154(3), 733-757. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3410-5>.
- Huggins, A., Green, W. J., & Simnett, R. (2011). The competitive market for assurance engagements on greenhouse gas statements: Is there a role for assurors from the accounting profession?. *Current Issues in Auditing*, 5(2): A1-A12. doi: <https://doi.org/10.2308/ciia-50083>.
- Hybels, R. C. (1995). On legitimacy, legitimation, and organizations: A critical review and integrative theoretical model. In *Academy of Management Proceedings*, 1995(1), 241-245. doi: <https://doi.org/10.5465/ambpp.1995.17536509>.
- IAASB. (2013). International standard on assurance engagements 3000 (revised): Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information. Recuperado de <https://www.ifac.org/publicationsresources/internationalstandardassuranceengagementsisae-3000-revised-assurance-enga>. Acesso em 13 setembro de 2020.
- Jackson, P.M. (1982). *The Political Economy of Bureaucracy*. Oxford: Philip Allan.
- Jones, M.J. & Solomon, J.F. (2010). Social and environmental report assurance: some interview evidence. *Accounting Forum*, 34 (1), 20-31. doi: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2009.11.002>.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1992). The balanced scorecard - Measures that drive performance. *Harvard Business Review*, 70, 71–79.
- King, B. G.; Whetten, D. A. (2008). Rethinking the relationship between reputation and legitimacy: a social actor conceptualization. *Corporate Reputation Review*, [S.l.], v. 11, p. 192-207. Doi: <https://doi.org/10.1057/crr.2008.16>.
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: An international investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 182–198. doi: <https://doi.org/10.1002/bse.643>.

- KPMG. (2022). The KPMG survey of Sustainability Reporting 2022. KPMG International Cooperative 2022. Recuperado de <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/xx/pdf/2022/10/ssr-small-steps-big-shifts.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2022.
- Knechel, W. R., Sharma, D. S., & Sharma, V. D. (2012). Non-audit services and knowledge spillovers: Evidence from New Zealand. *Journal of Business Finance & Accounting*, 39(1-2): 60-81. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2011.02268.x>.
- Levine, S., & White, P. E. (1961). Exchange as a conceptual framework for the study of interorganizational relationships. *Administrative Science Quarterly*, 583-601.
- Leuz, C., Wysocki, P., 2008. Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: A review and suggestions for future research. Unpublished work, March 2008. Recuperado de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1105398](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1105398). Acesso em 13 setembro de 2021.
- Lindblom, C.K., (1994). The Implications of Organizational Legitimacy for Corporate Social Performance and Disclosure. Paper presented at the 1993 Critical Perspectives on Accounting Conference, New York.
- Machado, D. P., & Ott, E. (2015). Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, 11(1), 136-156. doi: DOI:10.4270/RUC.2015107.
- Macintosh, N. B., Shearer, T., Thornton, D. B., & Welker, M. (2000). Accounting as simulacrum and hyperreality: perspectives on income and capital. *Accounting, Organizations and Society*, 25(1), 13-50. doi: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(99\)00010-0](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(99)00010-0).
- Manetti, G., & Becatti, L. (2009). Assurance services for sustainability reports. Standards and empirical evidence. *Journal of Business Ethics*, 87, 289–298.
- Manetti, G., & Toccafondi, S. (2012). The role of stakeholders in sustainability reporting assurance. *Journal of Business Ethics*, 107(3), 363–377. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/41476255>. Acesso em 13 agosto de 2020.
- Mathews, M.R. (1983). *Socially Responsible Accounting*. Chapman & Hall, London.
- Maroun, W. (2018). Accounting for strike action: an illustration of organised hypocrisy. *Social and Environmental Accountability Journal*, 38 (3), 167-196. Doi: <https://doi.org/10.1080/0969160X.2018.1527708>.
- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2017a). Coercive, normative and mimetic isomorphism as determinants of the voluntary assurance of sustainability reports. *International Business Review*, 26(1), 102-118. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2016.05.009>.
- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2017b). Sustainability assurance and assurance providers: Corporate governance determinants in stakeholder-oriented countries, *Journal of Management and Organization*, 23 (5). <https://doi.org/10.1017/jmo.2016.65>.

- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2018). The level of sustainability assurance: The effects of brand reputation and industry specialisation of assurance providers. *Journal of Business Ethics*, 150(4), 971-990. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3159-x>.
- Martínez-Ferrero, J., García-Sánchez, I. M., & Ruiz-Barbadillo, E. (2018). The quality of sustainability assurance reports: The expertise and experience of assurance providers as determinants. *Business Strategy and the Environment*, 27(8), 1181-1196. doi: <https://doi.org/10.1002/bse.2061>.
- Meyer, J.W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83 (2), 340-363.
- Michelon, G., Patten, D. M, & Romi, A. M. (2019). Creating Legitimacy for Sustainability Assurance Practices: Evidence from Sustainability Restatements, *European Accounting Review*, 28 (2), 395-422, doi: 10.1080/09638180.2018.1469424.
- Odriozola, M. D., & Baraibar-Diez, E. (2017). Is corporate reputation associated with quality of CSR reporting? Evidence from Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(2), 121–132. Doi: <https://doi.org/10.1002/csr.1399>
- O'Dwyer, B. (2011). The case of sustainability assurance. Constructing a new assurance service. *Contemporary Accounting Research*, 28(4), 1230–1266. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01108.x>
- O'Dwyer, B., Owen, D.L., & Unerman, J. (2011). Seeking legitimacy for new assurance norms: the case of assurance on sustainability reporting. *Accounting, Organization and Society*, 36 (1), 31-52. doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2011.01.002>.
- O'Dwyer, B., & Owen, D. L. (2005). Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: A critical evaluation. *British Accounting Review*, 37, 205–229. doi: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2005.01.005>.
- Owen, D.L., Swift, T.A., Humphrey, C., & Bowerman, M. (2000). The new social audits: accountability managerial capture or the agenda of social champions?. *European Accounting Review*, 9 (1), 81–98. Doi: <https://doi.org/10.1080/096381800407950>.
- Papoutsis, A., & Sodhi, M. S. (2020). Does disclosure in sustainability reports indicate actual sustainability performance?. *Journal of Cleaner Production*, 260, 121049. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121049>.
- Park, J., & Brorson, T. (2005). Experiences of and views on thirdparty assurance of corporate environmental and sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 13(10-11), 1095–1106. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.12.006>.
- Parsons, T. (1956). Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations-I. *Administrative Science Quarterly*, 63-85.
- Patten, D.M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17, 471-475.

- Perego, P. (2009). Causes and consequences of choosing different assurance providers: an international study of study of sustainability reporting. *International Journal of Management*, 26 (3), 412-425. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1765/19537>. Acesso em 13 maio de 2019.
- Perego, P., & Kolk, A. (2012). Multinationals' accountability on sustainability. The evolution of third-party assurance of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 173–190. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1420-5>.
- Perrow, C. (1970). *Organizational Analysis: A Sociological View*. Belmont, California: Wadsworth.
- Peters, G. F., & Romi, A. M. (2014). The association between sustainability governance characteristics and the assurance of corporate sustainability reports. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 34(1), 163–198. doi: <https://doi.org/10.2308/ajpt-50849>
- Pfeffer, J. (1972). Interorganizational influence and managerial attitudes. *Academy of Management Journal*, 15(3), 317-330.
- Pfeffer, J. (1981). *Power in organizations*. Marshfield, MA: Pitman.
- Pflugrath, G., Roebuck, P., & Simnett, R. (2011). Impact of assurance and assurer's professional affiliation on financial analysts' assessment of credibility of corporate social responsibility information. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 30, 239–254. doi: <https://doi.org/10.2308/ajpt-10047>.
- Pinheiro, J.C. et al. (2019). Package nlme - Linear and Nonlinear Mixed Effects Models. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/nlme/nlme.pdf>.
- Power, M. (1991). Auditing and environmental expertise: between protest and professionalisation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 4(3), 30-42. doi: <https://doi.org/10.1108/09513579110141751>.
- Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 375–400. doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00010-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00010-6).
- Richardson, A. J. (1985). Symbolic and substantive legitimation in professional practice. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de Sociologie*, 139-152.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social: métodos e pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Rossi, A., & Tarquinio, L. (2017). An analysis of sustainability report assurance statements: Evidence from Italian listed companies. *Managerial Auditing Journal*, 32(6), 578-602. doi: <https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2016-1408>.
- Ruiz-Barbadillo, E., & Martínez-Ferrero, J. (2020). Empirical analysis of the effect of the joint provision of audit and sustainability assurance services on assurance quality. *Journal of Cleaner Production*, 266, 121943. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121943>.

- Seguí-Mas, E., Bolas-Araya, H. M., & Polo-Garrido, F. (2015). Sustainability assurance on the biggest cooperatives of the world: an analysis of their adoption and quality. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 86(2), 363-383.
- Sethi, S. P. (1979). A conceptual framework for environmental analysis of social issues and evaluation of business response patterns. *Academy of Management Review*, 4(1), 63-74.
- Sethi, S. P., Martell, T. F., & Demir, M. (2017). Enhancing the role and effectiveness of corporate social responsibility (CSR) reports: The missing element of content verification and integrity assurance. *Journal of Business Ethics*, 144(1), 59-82. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2862-3>.
- Shocker, A. D., & Sethi, S. P. (1973). An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, 15(4), 97-105.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on sustainability reports: An international comparison. *Accounting Review*, 84, 937-967. Doi: <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>.
- Simon, D. T., & Francis, J. R. (1988). The effects of auditor change on audit fees: Tests of price cutting and price recovery. *Accounting Review*, 255-269.
- Smith, J., Haniffa, R., & Fairbrass, J. (2011). A conceptual framework for investigating 'capture' in corporate sustainability reporting assurance. *Journal of Business Ethics*, 99(3), 425-439. doi: 10.1007/s10551-010-0661-4.
- Soobaroyen, T., & Mahadeo, J. D. (2016). Community disclosures in a developing country: insights from a neo-pluralist perspective. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 29(2), 452-482. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2014-1810>.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.
- Svendsen, A. (1998). *The stakeholder strategy: Profiting from collaborative business relationships*. San Francisco, CA: Berett-Koehler.
- Toms, J.S., (2002). Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. *The British Accounting Review*, 34, 257-282. doi: <https://doi.org/10.1006/bare.2002.0211>.
- Unerman, J., Bebbington, J., & O'Dwyer, B. (2007). *Sustainability accounting and accountability*. New York: Routledge.
- Wills, D. I. (2017). Organisational Legitimacy: The Case of the Australian Red Cross. Tese de doutorado, Universidade da Tasmânia, Tasmânia, Austrália. Recuperado de <http://ecite.utas.edu.au/120181>. Acesso em 13 abril de 2019.
- Wood, D. J. (1991). Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, 16(4), 691-718.

Woodward, D. G., Edwards, P., & Birkin, F. (1996). Organizational legitimacy and stakeholder information provision. *British journal of management*, 7(4), 329-347.

Wooldridge, J. M. (2014). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo, SP: Cengage Learning.

Zald, M.N. (1970). *Power in Organizations*. Vanderbilt University Press.

Zhang, Z., & Chen, H. (2019). Media coverage and impression management in corporate social responsibility reports: Evidence from China. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, ahead-of-print. doi: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-10-2018-0293>.

Zhou, S., Simnett, R., & Green, W. J. (2016). Assuring a new market: The interplay between country-level and company-level factors on the demand for greenhouse gas (GHG) information assurance and the choice of assurance provider. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 35(3), 141-168. doi: <https://doi.org/10.2308/ajpt-51414>.

Zorio, A., García-Benau, M. A., & Sierra, L. (2013). Sustainability development and the quality of assurance reports Empirical evidence. *Business Strategy and the Environment*, 22, 484–500. doi: <https://doi.org/10.1002/bse.1764>.